

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

Neres de Lourdes da Rosa Bitencourt

UMA PROPOSTA DE CIDADANIA PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
ESTUDO DE CASO: COMUNIDADE DE VARGEM DO BRAÇO NO
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

Florianópolis - SC

2000

Neres de Lourdes da Rosa Bitencourt

UMA PROPOSTA DE CIDADANIA PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

ESTUDO DE CASO: COMUNIDADE DE VARGEM DO BRAÇO NO
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão da Qualidade Ambiental.

Orientador: Alejandro M. Rodriguez, Dr.

Co-Orientador: João Helvio Righi de Oliveira, Dr.

Florianópolis - SC

2000

Bitencourt, Neres de Lourdes da Rosa

Uma proposta de cidadania para a preservação ambiental - estudo de caso: comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. /Neres de Lourdes da Rosa Bitencourt. – Florianópolis, 2000.
166f.

Dissertação (Mestrado em Gestão da Qualidade Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Bibliografia: f 127 – 133

1. Meio Ambiente. 2. Ética. 3. Cidadania. I. Título
CDU –

Neres de Lourdes da Rosa Bitencourt

UMA PROPOSTA DE CIDADANIA PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

**ESTUDO DE CASO: COMUNIDADE DE VARGEM DO BRAÇO NO
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestre em Gestão da Qualidade Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de outubro de 2000.

Prof. Ricardo Miranda Barcia, Dr.
Coordenador

Alejandro Martins, Dr.
Orientador

João Helvio Righi de Oliveira, Dr.
Co-orientador

Eduardo Juan Soriano-Sierra, Dr.
Examinador

Sandra Sulamita Nahas Baasch. Dr^a.
Examinadora

Antonio Carlos Brasil Pinto, Dr.
Examinador

*A esta força interior, sem limites, que me impulsiona a
buscar cada vez mais o conhecimento.*

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui o meu eterno reconhecimento a todos que contribuíram e me acompanharam nessa jornada, especialmente a,

Família: Mariluce, Manoel, Aidil e Daniel, pela solidariedade nesta caminhada;

Professora Sandra N. S. Baach pelas preciosas sugestões no início do projeto e pela sua orientação durante todo o processo até a dissertação final;

Professor Osmar Possamai pela orientação do projeto inicial;

Professor João Helvio R. de Oliveira, pela orientação inicial no mestrado;

Advogado Antonio Carlos Brasil Pinto, pela orientação na pesquisas jurídica;

Leonardo Ribeiro de Carvalho, Gerente de Unidades de Conservação da FATMA, pelo seu empenho em ajudar-me nas diversas consultas;

Davi Vieira da R. Fernandes, Diretor de Estudos Ambientais da FATMA, pelas informações concedidas;

Dulce Westphal, Bibliotecária da FATMA, pelo auxílio na obtenção de dados;

Mariza Colombo, EPAGRI, pela contribuição nas informações sobre a comunidade;

Agrônomo Müller, EPAGRI, pelas informações sobre a agricultura na comunidade;

Angela M. R. Couto, Geógrafa/IBGE, pela sua contribuição;

Marcos da Ré, Diretor da empresa Socioambiental, pelas informações concedidas;

Tenente Guesser, pela sua maravilhosa contribuição nas informações sobre o trabalho da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental;

Jaime, funcionário do IBGE, pelas informações nas diversas consultas;

Maira Elizabete dos Santos, pelas preciosas sugestões desde o início do trabalho;

Mere, Ana Márcia e Humberto pelas informações, acolhida e amizade que frutificou deste encontro;

Advogado, José Saito, pelo brilhante esclarecimento sobre a problemática existente na comunidade;

Professor João de Deus, pelos esclarecimentos sobre a questão investigada;

Moradores da comunidade de Vargem do Braço, que contribuíram com suas informações e seu carinho para a realização da pesquisa de campo;

Analista de Sistemas, Alexandre Machado, pela generosidade e incalculável contribuição na verificação dos dados da pesquisa de campo;

Alexandre H. de Abreu, Promotor do M. P. do Meio Ambiente, pela sua contribuição;

Ricardo Bruchado, pelas informações fornecidas;

Engenheira, Maria Cristina V. Büchele, Gerência de Meio Ambiente da CASAN, pelas informações concedidas;

Agrônomo, Eduardo Amaral, SDM, pelas maravilhosas sugestões e esclarecimentos;

Advogada Tânia, pela sua contribuição;

Bertino e Dr. Sergio / DASF, pelas informações concedidas;

Engenheiro Marcelo Loiola, por sua grande ajuda e amizade;

Professor Eduardo Soriano-Sierra, pelas dicas valiosas para o dia da defesa;

Guilherme, Integrante do PET / Computação, por sua preciosa ajuda no dia da defesa.

BITENCOURT, Neres de Lourdes da Rosa. **Uma Proposta de Cidadania para a Preservação Ambiental** – Estudo de Caso: Comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Florianópolis, 2000. 166f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Qualidade Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

RESUMO:

O presente trabalho teve como principal propósito analisar a situação da comunidade de Vargem do Braço, localizada no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e investigar a ação do Poder Público, observando o enfoque jurídico para o fornecimento de subsídios aos atores sociais com vistas à formação da cidadania. Desde a criação do Parque existem conflitos entre os atores envolvidos na sua administração e os agricultores que lá vivem. Nesta análise, examinaram-se os aspectos sobre uma Unidade de conservação e suas implicações conforme a legislação ambiental vigente. Por outro lado, a área é estratégica para o abastecimento de água potável da Grande Florianópolis. (cerca de 70% do abastecimento). Os dados que levaram às conclusões apresentadas foram buscados através de questionários, entrevistas com os atores - agricultores, representantes de associações e do órgão administrador. Entre as recomendações do presente trabalho, a formação de uma ONG – organização Não-Governamental para o exercício da cidadania e da ética nas relações entre as questões sociais e o meio ambiente.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Ética, Cidadania.

BITENCOURT, Neres de Lourdes da Rosa. **Uma Proposta de Cidadania para a Preservação Ambiental** – Estudo de Caso: Comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Florianópolis, 2000. 166f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Qualidade Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

ABSTRACT

The present work had as main purpose to analyze the Vargem do Braço's community situation, located in the Tabuleiro Mountain State Park, and to investigate the action of the Public Power, observing the juridical focus for subsidies' supply to the social actors with views to the formation of the citizenship. From the creation of the Park conflicts exist among the actors involved in the administration and the farmers that there live. In this analysis, the aspects about an unit of conservation and their implications were examined according to the effective environmental legislation. On the other hand, the area is strategic for the drinkable water supply of Great Florianópolis (about 70% of the provisioning). The data that took to the presented conclusions were gathered through questionnaires, interviews with the actors - farmers, representatives of associations and of the administrating organ. Among the recommendations of the present work, the formation of an non governmental organization for the exercise of the citizenship and of the ethics in the relationships between the social subjects and the environment.

Key-words: Environment, Ethis, Citizenship.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE TABELAS.....	14

CAPÍTULO I – CONSTITUIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO

1.1	Introdução.....	15
1.2	Objetivo do estudo.....	18
1.2.1	Objetivo geral.....	18
1.2.2	Objetivos específicos.....	18
1.2.3	Justificativa.....	18

CAPÍTULO II – ENFOQUE JURÍDICO NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

2.1	O Surgimento das leis Ambientais no Brasil.....	20
2.2	A Criação de espaço territorial especialmente protegido – Classificação Parque	21
2.3	Primeiras depredações pela ação antrópica na costa catarinense.....	24
2.4	Criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....	26
2.4.1	Da proteção do Parque.....	28
2.4.2	Da administração do Parque.....	31
2.4.3	As desanexações e desapropriações realizadas no Parque.....	32
2.4.4	Proprietários no Parque: Ocupação das terras e desejos de desapropriação (Vargem do Braço).....	33
2.4.5	A Agricultura: O manejo de agrotóxicos no Parque (Vargem do Braço).....	36
2.5	Implicações da legislação sobre propriedades no Parque: Da desapropriação..	37
2.5.1	Da legitimação da propriedade.....	43
2.6	Agricultura – Algumas implicações da legislação: a lei que define agrotóxicos e a problemática do manejo.....	45
2.6.1	A norma sobre o manejo orgânico de produção.....	46
2.7	Algumas reflexões sobre a intervenção do Poder Público na questão ambiental...	48

CAPÍTULO III – ÉTICA & CIDADANIA NO MEIO AMBIENTE = HARMONIA SOCIOAMBIENTAL

3.1	Definindo ética.....	51
3.2	Meio Ambiente - Da influência cultural a um novo sistema ético: o caminho para uma visão ecológica profunda.....	52
3.2.1	Mudanças de valores.....	54
3.2.2	Expandindo a consciência ecológica.....	58
3.3	Cidadania: Origem da cidadania.....	60
3.3.1	Definindo cidadania.....	61
3.3.2	Direitos e deveres do cidadão na legislação ambiental brasileira.....	62
3.3.3	O cidadão ampliando sua visão frente as questões ambientais.....	67
3.3.4	ONG – uma proposta de cidadania.....	68

CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1	Contextualização.....	72
4.2	Aspectos históricos e culturais.....	75
4.3	Aspectos físicos - Localização geográfica e condições de acesso.....	77
4.3.1	Relevo.....	78
4.3.2	Hidrografia	78
4.3.2.1	Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão, no qual deságua o rio Vargem do Braço.....	79
4.3.3	Aspectos da vegetação.....	80
4.3.4	Clima.....	80
4.4	Aspectos econômicos.....	80

CAPÍTULO V – REFERENCIAL METODOLÓGICO

5.1	Questões de pesquisa.....	82
5.2	Identificação e critérios de seleção dos atores.....	83
5.3	Identificação de conflitos.....	83
5.4	Metodologia científica adotada.....	83
5.4.1	Nível da pesquisa.....	83
5.4.2	Delineamento da pesquisa.....	84
5.4.3	Tipo de amostragem.....	84
5.4.4	Técnica de coleta de dados.....	84
5.5	Sobre a interpretação dos dados	87
5.6	Análise da propriedade dos entrevistados.....	88

CAPÍTULO VI – RESULTADO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

6.1	Perfil dos agricultores que trabalham com o modelo orgânico de produção.....	89
	Frequência do trabalho.....	92
6.1.1	Aspecto cultural – recursos da herança cultural.....	92
6.1.2	Saneamento.....	93
	Destino do esgoto.....	93
	Destino do lixo.....	95
6.1.3	Infra-estrutura.....	96
	Infra-estrutura externa – Acesso entre a propriedade e a cidade.....	96
6.1.4	Caracterização das propriedades.....	97
	Divisas das terras com os rios.....	98
	Desenvolvimento da propriedade.....	98
	Uso e proteção de encostas.....	99
6.1.5	A produção realizada pelos agricultores entrevistados.....	100
	Produção Agrícola.....	100
	Produção animal.....	100
6.1.6	Fatores ambientais para dados de projeto.....	100
6.1.7	Recursos naturais.....	100
6.1.8	Expectativas pessoais.....	101
6.2	Perfil dos agricultores que usam agrotóxicos (residem na comunidade).....	101
6.2.1	Caracterização das famílias entrevistadas.....	102
	Nível de escolaridade.....	103

	Frequência do trabalho.....	103
6.2.2	Aspecto cultural – recursos da herança cultural.....	104
6.2.3	Saneamento.....	104
	Destino das embalagens de agrotóxicos.....	104
6.2.4	Infra-estrutura.....	106
	Infra-estrutura interna.....	106
	Infra-estrutura externa - Acesso entre a propriedade e a cidade.....	106
6.2.5	Caracterização das propriedades.....	106
6.2.6	A produção realizada pelos agricultores.....	106
	Produção Agrícola.....	106
	Produção animal.....	107
6.2.7	Fatores ambientais para dados de projeto.....	107
6.2.8	Recursos naturais.....	107
6.2.9	Expectativas pessoais.....	107
6.3	Perfil dos agricultores que usam agrotóxicos (não residem na comunidade).....	108
6.4	Perfil dos sítiantes de fins de semana na comunidade de Vargem do Braço.....	108
6.4.1	Caracterização da propriedade dos sítiantes entrevistados.....	109
	Alterações na propriedade.....	109
6.5	Questões sobre as características encontradas na região de Vargem do Braço..	110
6.5.1	Produção orgânica como proposta para início de um novo modelo ecológico..	110
6.5.2	A visão da comunidade sobre o Parque.....	112
	Resumo das entrevistas.....	112
6.6	Resultado das entrevistas com os atores do setor Público - Visão sobre a comunidade de Vargem do Braço.....	114
	Atores do órgão administrador do Parque.....	114
	As discriminatórias administrativas das propriedades.....	115
	Ministério Público do Meio Ambiente do Estado	115
	Polícia de Proteção Ambiental.....	116
	As empresas que trabalham no zoneamento para o Parque	116
	A hipótese da construção de uma barragem.....	117
	Procuradoria Geral do Estado.....	117
	Outros órgãos do setor Público	117
6.6.2	ONG – Em parceria com um órgão do setor Público.....	118
6.6.3	Resumo das entrevistas.....	118
6.6.4	Algumas reflexões sobre as entrevistas nos setores Públicos.....	118

CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

7.1	Considerações Finais.....	121
7.2	ONG - Proposta para a comunidade organizar-se frente à problemática existente	123
7.3	Sugestões Para Novas Pesquisas.....	125

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 126

ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO.....	133
ANEXO B - MOSAICO DE FOTOGRAFIAS DA REGIÃO DE VARGEM DO BRAÇO, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SANTA CATARINA, BRASIL.....	135
ANEXO C – QUESTIONÁRIOS APLICADOS NA COMUNIDADE DE VARGEM DO BRAÇO.....	148
ANEXO D – QUESTÕES APLICADAS – ÓRGÃOS DO SETOR PÚBLICO.....	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CPPA	Companhia de Polícia de Proteção Ambiental
CEASA	Central de Abastecimento
CECCA	Centro de Estudos Cultura e Cidadania
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DASF	Diretoria de Assuntos Fundiários
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
GAPLAN	Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LEA	Laboratório de Educação Ambiental
ONG	Organização Não-Governamental
PEST	Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAD	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e da Agricultura
SDM	Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	World Wide Fund for Nature
WWW	World Wide Web (internet)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Tempo (em anos) que as famílias entrevistadas residem na comunidade....	90
Figura 2	Número de filhos das famílias entrevistadas.....	92
Figura 3	Distância do esgoto (em metros) até a fonte de água.....	93
Figura 4	Distância do esgoto (em metros) até a casa	94
Figura 5	Distância do esgoto (em metros) até as plantações.....	94
Figura 6	O destino do lixo orgânico.....	95
Figura 7	O destino do lixo inorgânico.....	95
Figura 8	Tipos de propriedades por agricultor.....	97
Figura 9	Número de filhos das famílias entrevistadas.....	103
Figura 10	Destino das embalagens de agrotóxicos.....	105
Figura 11	Localização Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....	135
Figura 12	A Beleza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....	136
Figura 13	A beleza do rio Vargem do Braço e da Vegetação nas suas margens.....	136
Figura 14	Assoreamento do rio Vargem do Braço e a presença de seixos.....	137
Figura 15	Barragem de captação de água do Rio Vargem do Braço.....	137
Figura 16	Rio Vermelho, um dos afluentes do rio Vargem do Braço.....	138
Figura 17	Rio em uma propriedade particular, afluente do rio Vargem do Braço.....	138
Figura 18	O salto do rio Vermelho	139
Figura 19	No entorno do salto do rio Vermelho uma área com preservação natural da mata.....	139
Figura 20	Rio em uma propriedade particular, afluente do rio Vargem do Braço.....	140
Figura 21	Córrego na propriedade de uma sitiante.....	140
Figura 22	Açude construído em uma propriedade particular.....	141
Figura 23	Açude natural em uma propriedade particular.....	141
Figura 24	Uma das Escolas sem atividades na região.....	142
Figura 25	O campo de futebol da comunidade.....	142
Figura 26	A igreja matriz, localizada bem no coração da comunidade.....	143
Figura 27	Flores nativas da região.....	143
Figura 28	Uma família de agricultores trabalhando na lavoura.....	144
Figura 29	Depósito de lixo para embalagens de agrotóxicos. Devido a demora da coleta, as embalagens também são colocadas diretamente no chão.....	144

Figura 30	Casa de agricultor, estilo enxaimel.....	145
Figura 31	Casa de agricultor, estilo enxaimel.....	145
Figura 32	Portão de entrada da propriedade de um sitiante.....	146
Figura 33	Parte da propriedade de um agricultor.....	146
Figura 34	A exploração de areia na região interna do Parque	147
Figura 35	A beleza e exuberância das montanhas na região.....	147
Figura 36	Vista parcial da região, algumas residências e plantações.....	148
Figura 37	Vista parcial da região, algumas residências e plantações.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	A ocupação das terras na região de Vargem do Braço.....	33
Tabela 2	Caracterização dos proprietários entrevistados	86
Tabela 3	Faixa etária das famílias entrevistadas.....	91
Tabela 4	Nível de escolaridade das famílias entrevistadas.....	92
Tabela 5	Saneamento.....	94
Tabela 6	Infra-estrutura interna.....	96
Tabela 7	Área das propriedades dos entrevistados.....	97
Tabela 8	Faixa etária das famílias entrevistadas.....	102
Tabela 9	Tempo (em anos) que as famílias dos sitiantes adquiriram as propriedades	109
Tabela 10	Escolaridade dos sitiantes.....	109

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO

1.1 Introdução

As preocupações em relação ao meio ambiente basicamente surgiram por volta da década de 60, quando foram elaboradas leis visando a preservação ambiental de forma mais ampla. Mas, foi na década de 70, com o advento da conferência de Estocolmo, que se deu início a estudos mais precisos em relação ao meio ambiente e a sua preservação.

Na década de 80, vários fatores foram importantes para que o meio ambiente tivesse uma atenção especial com uma maior preocupação sobre sua defesa. Tiveram uma expressiva força, os movimentos ambientalistas, organizados em vários países com repercussão mundial. Surgiram, assim, Organizações Não-Governamentais com milhões de associados no mundo inteiro, como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o *Greenpeace*, o *Friends of the Earth*, etc. São instituições que, devido a sua atuação, ganharam grande prestígio junto à sociedade e à opinião pública.

Com a priorização do desenvolvimento tecnológico, o meio ambiente foi bastante prejudicado. Embora, em muitos casos, aplique-se à tecnologia de ponta para anular ou minimizar efeitos da intensidade e diversidade das ações humanas sobre os impactos que resultam de degradação ambiental.

Por outro lado, percebe-se um significativo crescimento na atenção manifestada pelas Organizações Não-Governamentais e ambientalistas em geral, embasadas em fundamentos éticos ambientais, no sentido de “acordar” as pessoas para as diversas degradações que estão acontecendo em seu meio, informando-as sobre quais medidas devem ser tomadas para minimizar tais degradações.

Neste sentido, no Brasil, cada vez mais, têm surgido organizações de força, que, em um movimento de cidadania, buscam pressionar os setores político-administrativos da sociedade para que haja sensibilidade por parte das lideranças do Poder Público em preservar o meio ambiente.

Na década de 90, embora recente, observou-se uma preocupação ainda mais acentuada, mas as elaborações em prol da defesa do meio ambiente mostraram-se mais

precisas, como, por exemplo, os debates acerca do desenvolvimento sustentável. Com base nesta afirmação, pode-se perceber uma crescente preocupação em se averiguar meios adequados para a convivência pacífica do homem em seu meio, querendo o bem-estar social e ambiental para que possa haver equilíbrio ecológico a todas as gerações.

Nesse contexto, a criação de Unidades de Conservação e demais áreas naturais protegidas, visando a conservação da natureza e preservação da diversidade biológica, tem sido muito empregada como busca de garantia de preservação.

Embora ainda seja precário em alguns Parques, o verdadeiro sentido da preservação do meio ambiente tem gerado conflitos, à medida que não permite moradia de comunidades tradicionais em seu interior.

Diante desse cenário, pode-se observar que há motivos muito relevantes para que as sociedades ou comunidades, que vivem nestas condições, passem a ter interesse em fomentar comportamentos de mudar o velho paradigma e atuar em um gerenciamento ambiental de suas atividades, propondo, de fato, a preservação do meio ambiente.

A problemática inicial pode ser sintetizada, expondo que o estudo limitar-se-á a apresentar uma investigação que vá em direção à problemática em questão: à moradia de pessoas no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e aos conflitos com o órgão administrador. Esta pesquisa pretende dar subsídios aos atores envolvidos na questão, à comunidade e ao setor Público, com embasamento jurídico, buscando fomentar o exercício da cidadania e da ética na relação entre as questões sociais e o meio ambiente.

Para tanto, justifica-se esta investigação ao observar alguns conceitos num passado não muito distante, denotando os constantes conflitos da comunidade em questão. Mesmo de forma muito lenta, estão buscando um meio para se organizarem e formarem a cidadania a fim de garantirem os seus direitos e tentarem, com isso, respaldarem-se junto ao Poder Público.

Diante disso, buscar-se-á, com a análise jurídica, observar quais as implicações da lei sobre a situação existente no Parque. Também será analisada a parte da legislação estadual que denota questões sobre a proteção do Parque.

Assim, o Primeiro Capítulo apresenta os objetivos do estudo a serem atingidos, bem como as limitações de tal estudo.

O Segundo Capítulo constará de uma análise da legislação que implica a questão da proteção do meio ambiente e a criação do Parque. Diante desta abordagem, será verificada qual a maneira de preservar o meio ambiente mediante a questão da propriedade privada. Como a legislação considera uma propriedade e como a legitima? E, como se dá a

desapropriação dentro do embasamento jurídico? Quais os aspectos que devem ser levados em conta em uma desapropriação? Em que aspectos esta pode se dar, sem causar conflitos?

No Terceiro Capítulo, uma vez que há clareza sobre o aspecto jurídico, buscou-se observar o que vem a ser cidadania, pois esta vem legitimar a ação dos atores na problemática existente, conforme consta na contextualização. As Organizações Não-Governamentais podem auxiliar para o fortalecimento da cidadania. Buscou-se, ainda, enfocar a ética para que o entendimento da preservação ambiental seja amparado em atitudes éticas, pois assim será possível haver harmonia entre todas as esferas da sociedade na questão ambiental ou sócioambiental.

No Quarto Capítulo, além da contextualização, será apresentada a caracterização da área, objeto de estudo.

No Quinto Capítulo, será exposta a metodologia usada para analisar quais os tipos de proprietários de terras existentes na região de Vargem do Braço.

No Sexto Capítulo, serão analisados os dados levantados mediante a pesquisa de campo, observando, assim, de que forma o agricultor pode estar causando a degradação ambiental na região, ou pode estar contribuindo com o modelo de agricultura ecológica.

No Sétimo Capítulo, denotando-se como conclusão, tem-se que uma sociedade civil organizada, embasada em atitudes éticas, tendo seu cidadão consciência de seus direitos e deveres e, principalmente, buscando estar sempre bem informado sobre todos os acontecimentos, pode ser capaz de avaliar o que deve ou não ser feito para a preservação do meio ambiente. Pode ainda com isso, caminhar para uma sociedade mais equitativa, com vontade de promover o equilíbrio ecológico para que haja harmonia socioambiental.

Faz-se, ainda, algumas recomendações sobre as Organizações Não-Governamentais, nas quais se verifica atuação bastante forte junto aos órgãos do Poder Público e à sociedade civil, em prol da defesa do meio ambiente e da formação da cidadania.

1.2 Objetivo do estudo

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a situação da comunidade de Vargem do Braço, localizada no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e investigar a ação do Poder Público para fornecer subsídios aos atores na formação da cidadania.

1.2.2 Objetivos específicos

São destacados alguns objetivos considerados relevantes para a efetivação do trabalho junto ao Poder Público e à comunidade em questão:

- Analisar quais as implicações da legislação sobre uma Unidade de Conservação, de categoria “Parque”, criadas com populações já existentes em seu interior;
- Conhecer o perfil político socioeconômico da comunidade de Vargem do Braço frente às questões do meio ambiente;
- Verificar quais as transformações que surgiram, na comunidade de Vargem do Braço, com a transformação da área em Unidade de Conservação de categoria Parque;
- Investigar a atuação do Poder Público na comunidade em questão;
- Analisar a legislação vigente para traçar diretrizes em prol de uma gestão ambiental adequada;
- Dar subsídios para instrumentalizar os atores na implementação de mudanças no comportamento buscando um desenvolvimento sustentável.

1.2.3 Justificativa

- Situar a região de Vargem do Braço, no âmbito de sua evolução histórica, analisando inicialmente as suas implicações após a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (criado em 1975), a situação dos moradores, os incentivos das ações de desapropriação e

as indenizações, bem como as relações da comunidade com o Poder Público/Estado na atualidade;

- Levar às pessoas daquela comunidade a conscientização da importância da não poluição da bacia hidrográfica;
- Levar em conta que toda ação, com base na legislação ambiental, atitudes éticas e cidadania, deve contemplar os anseios da sociedade em harmonia com o meio ambiente.

CAPÍTULO II

ENFOQUE JURÍDICO NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

2.1 O Surgimento das leis ambientais no Brasil

As preocupações ambientais, com certeza, não surgiram, como relata a história, pela vontade do homem em preservar o meio ambiente. Mas, é sabido que foi a sua preocupação com a situação econômica que fez com que houvesse elaboração das primeiras leis sobre a preservação ambiental.

No período colonial, com as ordenações do Reino de Portugal, iniciadas no século XVI, foram elaboradas as primeiras normas com o propósito de proteger o meio ambiente. Estas normas continham várias determinações reais sob a forma de leis, alvarás, cartas régias e regimentos. As Ordenações Afonsinas, leis sistematizadas por ordem do Rei de Portugal, Afonso IV, ditavam normas sobre o corte deliberado de árvores frutíferas e também sobre o roubo das aves. Nas Ordenações Manuelinas sistematizadas pelo Rei de Portugal, Dom Manuel, havia normas sobre a destruição das florestas, o sofrimento dos animais, a regulamentação da caça quanto às áreas delimitadas, espécies e épocas de liberação da prática etc. Foi quando se iniciaram as primeiras aplicações de zoneamento ambiental. Para os crimes, as penas eram severas e variavam de multas ao banimento. Mais tarde, foram criadas as Ordenações Filipinas pelo Rei da Espanha Felipe II. Foi quando se deu início à expansão das obras públicas, como construção de caminhos, fontes, chafarizes, pontes etc. Também houve incentivo para o reflorestamento e para a plantação de árvores em terrenos baldios. Foram incluídos também outros artigos que versavam sobre a poluição nas águas. Não era permitido poluir as águas dos rios e das lagoas de forma a prejudicar os peixes (WAINER, 1991).

No Brasil, a exploração da madeira, o pau-brasil, deu-se por volta de 1502, concedida pelo Rei de Portugal. Mas, somente após dois séculos é que Portugal assumiu este comércio, monopolizando-o. Mais tarde, foi criada a “Conservadoria das Matas” para o controle dos desmatamentos. Já no século XVIII, por volta de 1754, foi criada uma lei que estabelecia o corte somente das árvores confiscadas, sendo proibido o corte de árvores

produtoras de madeira sem uma prévia fiscalização para averiguar quais poderiam ou não ser cortadas. Na verdade, a preservação era muito importante, pois as árvores deveriam ser preservadas para a construção naval (CARUSO, 1990, p. 132).

No século XIX, dá-se início ao reflorestamento das áreas desmatadas. Nesta época, também são organizados os primeiros parques de reservas florestais. Mas, Caruso (op. cit.) argumenta que, por todo o século XIX, houve muitos desmatamentos.

Após a divulgação da Declaração de Estocolmo, por volta de 1972, a idéia de proteção ambiental foi disseminada por vários países. No Brasil, os meios de comunicação divulgaram, e ainda o fazem, as destruições alarmantes causadas, principalmente, na Amazônia, com o desmatamento e as queimadas, o que resultou em vários debates mundiais.

A preocupação com a defesa do meio ambiente passou a ser fundamentalmente importante e vários países reformularam suas leis. No Brasil, pela primeira vez uma Constituição – a de 1988 – foi elaborada contendo um capítulo – Capítulo VI – destinado somente às questões relevantes à defesa do meio ambiente.

2.2 A Criação de espaço territorial especialmente protegido - Classificação Parque

No Brasil, a competência para a criação de Leis para a defesa do meio ambiente cabe aos três centros de poder: a União Federal, os Estados, os municípios e o Distrito Federal, os quais podem criar normas jurídicas sobre meio ambiente, pois são centros autônomos e possuem suas próprias atribuições, que são definidas na Constituição Federal. Mas, vale lembrar que a competência para produzir leis gerais cabe à União Federal, os Estados podem produzir leis de nível regional e as normas criadas dentro do âmbito de interesses locais são de criação dos municípios (NEVES e TOSTES, 1992).

Existem vários tipos de Unidades de Conservação, cada uma com sua característica própria e seu grau de restrição. Sua denominação dá-se pela escolha do que se pretende proteger em cada área. Os Parques são um tipo de Unidade de Conservação, são grandes áreas que apresentam peculiaridades em suas terras e seus componentes, e inclusive as águas existentes neles têm de pertencer ao Poder Público. Este é incumbido de preservar a natureza, com os objetivos e limites definidos, e sob regimes especiais de administração, que forneçam garantias adequadas de proteção (op. cit.).

A criação de Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, mediante a determinação do Poder Público, foi estabelecida pelo Código Florestal, Lei 4.771, de

15.09.65, mais precisamente no artigo 5º. Conforme pode ser observado, no Brasil, existem categorias de manejo que são submetidas ao disposto do Código Florestal Brasileiro, que são os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as Florestas Nacionais. Conforme o Código, a finalidade da criação é resguardar os atributos excepcionais da natureza, mantendo a proteção de toda a flora e fauna, bem como das belezas naturais, podendo estas serem utilizadas para fins científicos, culturais e recreativos, ficando proibida a exploração dos recursos naturais, exceto para a visitação pública, sobre a qual poderá ser cobrado ingresso. Perante a Lei, os parques são bens destinados ao uso comum do povo e devem ser criados por ato administrativo motivado (MARÉS DE SOUZA FILHO, 1993).

Fica assim estabelecido, mediante a lei, que os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e as Reservas Biológicas não podem ser explorados. Por sua vez, as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais podem sofrer exploração de seus recursos.

Segundo Marés de Souza Filho (op. cit.), o Poder Público, conforme Lei Constitucional tem a obrigação de adequar, mediante suas ações, os usos de bens ambientais privados ou particulares aos interesses coletivos. A definição de espaços protegidos tem uma importância fundamental para promover uma garantia quanto à sobrevivência do equilíbrio ecológico.

Para a Administração criar uma unidade de forma concreta faz-se necessário que esteja prevista a possibilidade legal de sua criação. Assim sendo, quando o Poder Público cria um Parque com a finalidade de sua preservação ou proteção, está sendo criada uma Unidade de Conservação.

Pela lei, a finalidade da criação de Parque, uma Unidade de Conservação ou espaço protegido, dá-se pelas suas belezas, suas riquezas de fauna e flora. Como exemplo, as fontes de água potável, a vegetação, os animais, enfim, tudo o que denota características muito peculiares.

A primeira Unidade de Conservação Brasileira foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937.

Mais tarde, o Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, aprovou o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.

Conforme consta no artigo 1º do “§1º, para os efeitos deste Regulamento, consideram-se Parques Nacionais as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidos à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo”. Ainda, referindo-se ao artigo 5º, “A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios

deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o Plano de Manejo”. Com a aplicação do Plano de Manejo, as áreas do Parque poderão ficar assim definidas, conforme o artigo 7º, a saber, (PINTO, 1996, p. 514),

- Zona Intangível: não é permitido qualquer tipo de alteração na natureza, qualquer tipo de intervenção humana. Neste caso, o objetivo é a preservação, garantindo a evolução natural;
- Zona Primitiva: é permitida a mínima intervenção humana. O objetivo é preservar as características naturais e proporcionar, à pesquisa científica, educação ambiental e recreação;
- Zona de Uso Extensivo: é permitida alguma alteração humana. O objetivo é a manutenção do ambiente, conservando suas características naturais, mas o público pode ter acesso para fins educativos e recreativos;
- Zona de Uso Intensivo: são as áreas naturais, mas que foram alteradas pela ação humana. O objetivo é harmonizar a recreação intensiva e a educação ambiental com o meio;
- Zona Histórico Cultural: são áreas com manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que são preservadas ou estudadas. O objetivo é proteger os sítios arqueológicos em harmonia com o meio;
- Zona de Recuperação: são as áreas bastante alteradas pelo homem que, quando restauradas, serão incorporadas a uma das outras áreas. O objetivo é restaurar a área;
- Zona de Uso Especial: são as áreas destinadas à administração, manutenção e aos serviços do Parque, com habitação, oficinas etc. O objetivo é diminuir o impacto da implantação das estruturas no Parque.

Os artigos que seguem, desde 8º até o 57º do Decreto 84.017/79, tratam das diversas especificações de restrições dos Parques Nacionais.

2.3 Primeiras depredações pela ação antrópica na costa catarinense

O desmatamento da Ilha de Santa Catarina, por volta do século XVI, deu-se em virtude da necessidade da madeira para a construção de casas, por sua utilidade em navios e seu uso como lenha. O desmatamento deu-se também em virtude do uso do solo para a agricultura. Mas Caruso (1990, p. 80) argumenta que o desmatamento ocorrido na época era feito de forma primitiva, não havendo grande relevância quanto aos prejuízos na derrubada das matas, pois era feita em escalas muito pequenas, apenas para o cultivo de uma agricultura rudimentar. Somente mais tarde aconteceram as grandes devastações do solo catarinense, como expõe a autora:

Mas, este desmatamento primitivo, realizado em função das necessidades de solo para o cultivo de algodão, milho e mandioca, principalmente não era feito de uma forma indiscriminada, como aconteceu mais tarde, ao ponto de um botânico alertar no final do século XVIII sobre o perigo que as derrubadas de matas podiam representar para as fontes de água (loc.cit.).

Para Caruso (loc. cit.), a convivência dos índios com a natureza era feita de forma harmônica, pois estabeleciam suas sociedades de maneira organizada, “o que explica a manutenção da floresta ‘impenetrável’ e que sozinha servia como proteção aos habitantes da Ilha em caso de ataque.” Logo, observa-se que a mudança ocorreu somente com a vinda dos imigrantes para o Estado. Conforme as observações dos viajantes que na Ilha estiveram, a maneira de o homem relacionar-se com a natureza, de forma a preservá-la em suas condições naturais, sem alterá-la, teve uma mudança rápida quando os açorianos chegaram na Ilha para habitá-la, conforme a autora expõe:

Neste sentido, 1748 é um marco fundamental para quem quiser entender as etapas relativas ao desmatamento da Ilha de Santa Catarina. Um marco que vai significar um salto na ocupação e colonização do lugar, que antes era habitado por algumas dezenas de pessoas que abriam raríssimas clareiras nas florestas, para uma população que em menos de oito anos subiu para mais de cinco mil pessoas (op. cit., p. 80).

Os imigrantes que aqui chegaram começaram a derrubar as florestas e a expulsar os índios *tupi-guarani*, que quando não eram expulsos, morriam devido às doenças trazidas pelos estrangeiros, provocando, dessa forma, o seu desaparecimento. O que tornou mais fácil para a exploração da madeira foi a sua localização junto ao mar. “Além da madeira que se empregava na construção de casas e móveis havia também aquela que se empregava na construção de canoas para a pesca de subsistência e peças de navios, e uma terceira parte era

exportada.” A madeira catarinense era explorada em larga escala pelos açorianos. Somente por volta do século XIX houve um decréscimo quanto a sua exploração. O decréscimo deu-se por não existirem pessoas que trabalhassem no seu beneficiamento (op. cit., p. 91).

Mas, o motivo principal que levou ao desmatamento do território catarinense foi a agricultura, pois para a prática agrícola fez-se necessária a retirada de toda a vegetação existente.

Abrindo clareiras a fogo e machado, o colono deixava o solo desnudado, limpo, num trabalho que liquidava todas as árvores, arbustos e ervas de uma determinada área. Este processo dava-se primeiro nas imediações do litoral, nas planícies quaternárias, e à medida em que o solo se esgotavam, a fronteira agrícola ia movendo-se para o interior e subindo as encostas dos morros até atingir os topos (op. cit. p. 100).

À medida que os solos iam enfraquecendo, pela baixa fertilidade, os agricultores mudavam-se para outros lugares onde os solos, cobertos pelas matas, ainda não haviam sido explorados. E, assim, prosseguia-se o alastrar do desmatamento, um dos tristes acontecimentos presentes na história dos primeiros agricultores.

2.4 Criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Consta no Plano Diretor às medidas para uma gestão do Parque, bem como as medidas e os motivos de sua criação e os critérios para sua implantação, “sempre em harmonia com o conceito fornecido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) para Parques Nacionais, Parques Estaduais e Reservas Análogas.” Segundo (MAGNANINI e NEHAB, 1976, p. 1), conforme “recomendações da UNESCO” e “(X Assembléia Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza, Índia, 1969) fica definida, como Parque Nacional, uma área relativamente extensa que:”

1°. apresenta um ou mais ecossistemas, geralmente pouco ou não alterados pela ocupação humana, em que as espécies vegetais e os animais, os sítios geomorfológicos e os habitantes ofereçam interesses espaciais do ponto de vista científico, educativo e recreativo;

2°. Com a intenção de impedir ou eliminar, o mais cedo possível, as alterações e efetivamente proteger os fatores biológicos, geomorfológicos ou estéticos que justifiquem sua criação;

3°. Com autorização para à visitação, sob condições especiais, para propósitos educativos, culturais e recreativos.

Assim sendo, como definição para a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, conforme consta nas páginas iniciais do Plano Diretor do Parque elaborado em 1976 por Magnanini & Nehab (op. cit.), foi sugerido:

O Parque é uma área delimitada por abranger atributos excepcionais da natureza a serem preservados permanentemente, submetida a regime jurídico de inalienabilidade e indisponibilidade em seus limites, inalteráveis, a não ser por ação de autoridade legislativa competente e administrada pelo Governo Estadual, de modo a conciliar harmonicamente os usos científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio natural.

A coordenação do Parque está a cargo da Fundação do Meio ambiente – FATMA. Este órgão, além de outras funções, tem como atribuição manter e frisar diretrizes para o bom funcionamento do Parque como uma área de Unidade de Conservação amparada na Lei Federal e Estadual.

Segundo Magnanini & Nehab (op. cit., p. 6), a finalidade da criação do Parque está em atender às necessidades da população em geral, respeitando os limites de uso, conforme o artigo 5º da Lei 4.771/65 citada anteriormente. Assim, dentro dos critérios, é destacado o seguinte: para pesquisas científicas, como primeira prioridade, para uso educativo, como segunda prioridade e terceira prioridade para a recreação.

Para a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, foram destacados ainda vários outros motivos, entre eles, a vasta área que o parque representa - 1% da área total do Estado - e preservando-a há também o favorecimento (op. cit., p. 7-14):

- Pela “manutenção do crescimento, compatibilizando-o com a qualidade de vida da população em sua vizinhança (...)”;
- Por dar ao Estado “grande repercussão social e política, pois implica numa guinada a favor da cultura e bem estar social da população, mudando, inclusive, o curso da história de Santa Catarina; por favorecer a convivência sadia do homem com a natureza (...)”;
- Porque tem aumentado “o consumo de água potável na área da Grande Florianópolis;” e as “águas do manancial de Pilões, no Rio Vargem do Braço, quando de longas estiagens, leva a CASAN a estudar a captação das águas do Rio Cubatão, parcialmente alimentado pelas vertentes da área”;

- Também pela “urgência de medidas com vistas à proteção de inúmeros mananciais, ainda puros, permanentemente alimentados pelo filete interno hídrico, gerado pela lenta absorção do humus, esponja viva mantida pela floresta”;
- Da preservação da floresta, de grande relevância, sendo que, “além de benéfica no abastecimento de água, melhora o solo e o clima muitos quilômetros além de seus limites.”

Registra-se a proposta apresentada por Klein¹ no XXVI Congresso Nacional de Botânica, no qual relatou a importância da preservação da vegetação da Serra do Tabuleiro e que, para preservá-la, deveria ser criado um Parque Florestal. Visto que, dado a relevância de sua preservação, então, através do Decreto Lei nº. 1.260 de 10 de novembro de 1975, foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Conforme decreta o artigo 93, inciso XIX da Constituição Estadual:

“Art. 1º. – Fica criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro visando à proteção e à preservação dos mananciais de água, da flora, da fauna, de determinados aspectos geológicos, da paisagem e dos locais apropriados ao lazer e à atração turística, (...)” (op. cit., p. 15). O Decreto abrangeu áreas parciais de vários municípios, conforme pode ser observado no Capítulo IV, na contextualização.

2.4.1 Da proteção do Parque

Conforme a Legislação Ambiental do Estado de Santa Catarina², a Lei Estadual nº. 5.793, de 16 de outubro de 1980, “Dispõe sobre a Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental e dá outras providências.” Mais tarde esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº. 14.250 de 05 de junho de 1981. Conforme consta no Capítulo III, o referido Decreto trata “Das Áreas de Proteção Especial e das Zonas de Reserva Ambiental.” De acordo com a lei, a seção I diz respeito às áreas de Proteção Especial, então, nesta lei pode ser observada a categoria “Parque”, bem como das disposições para sua proteção, como segue:

¹ Cf. o Plano Diretor do Parque: Roberto M. Klein concluiu no XXVI Congresso Nacional de Botânica em 1975 que, para proteger a vegetação da Serra do Tabuleiro, o Parque deveria ser criado. (MAGNANINI e NEHAB, 1976, p.14-15)

² Ver em Legislação Ambiental Básica do Estado de Santa Catarina, (SANTA CATARINA, 1999b).

Art. 42 – São consideradas áreas de proteção especial:

I – os locais adjacentes:

a) a parques estaduais (...)

V – os mananciais de água, as nascentes de rios e as fontes hidrominerais; e

VI – os sítios de interesse recreativo, cultural e científico; (...) (SANTA CATARINA, 1999b, p. 20- 25).

Conforme preconiza o Art. 43, inciso “(...) VIII – manancial de água – a bacia hidrográfica, desde as nascentes até as barragens de captação, e as lagoas de abastecimento; (...)”. E também é importante observar o inciso X do mesmo artigo, “sítio de interesse recreativo, cultural e científico – a área com atributos ambientais relevantes capazes de propiciar atividades de recreação, desenvolvimento de pesquisas científicas e aprimoramento cultural.”

E, ainda esclarece o art. 44 – “São considerados locais adjacentes, para efeito de proteção: I – a faixa de terra de 500 (quinhentos) metros de largura em torno: a) dos parques estaduais; (...)”.

No que consta a lei sobre a devastação da vegetação, pode ser observado o art. 49:

Nas áreas de formações vegetais defensivas à erosão, ficam proibidos o corte de árvores e demais formas de vegetação natural, obedecidos os seguintes critérios:

I – ao longo dos cursos de água, em faixa marginal, cuja largura mínima será:

a) de 10 (dez) metros, para rios de largura inferior a 20 (vinte) metros;

b) igual a metade da largura do rio, quando a largura for superior a 20 (vinte) metros;

II – ao redor das lagoas, lagos e reservatórios de água numa faixa de 100 (cem) metros;

III – ao redor das nascentes, numa faixa de 50 (cinquenta) metros;

IV – nas áreas acima das nascentes, no topo dos morros, montes, montanhas e serras;

V – nas encostas ou parte destas, com declividade superior a 45° (quarenta e cinco graus), equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

(...) VII – nas bordas dos tabuleiros ou chapadas. (op. cit.).

Observa-se também o art. 52 que prescreve o seguinte: “Nos mananciais e nascentes de que trata o artigo 42 é proibido:”

“I – o lançamento de qualquer afluente, resíduos e biocidas;

II – o corte de árvores e demais formas de vegetação natural; (...)”

Ainda, no que se refere às Zonas de Reserva Ambiental, conforme o “art. 55 – São consideradas zonas de reserva ambiental: I – os parques estaduais; (...)”.

Sobre o que é considerado como Parque Estadual, segundo o que prescreve o art. 56, inciso “I – parque estadual – a área delimitada por abranger atributos excepcionais da

natureza, submetida ao regime jurídico da inalienabilidade e da indisponibilidade em seus limites, inalteráveis, a não ser por ato do Chefe do Poder Executivo; (...)."

Sobre as proibições conforme prescreve o art. 57:

Nos parques estaduais é proibido³:

- I - a extração dos recursos do solo;
- II - **a utilização dos recursos hídricos⁴**;
- III - o corte de árvores e de qualquer tipo de vegetação;
- IV - a extração de qualquer produto de origem vegetal;
- V - a caça e a pesca de qualquer natureza;
- VI - a construção e a edificação de qualquer natureza; e
- VII - a implantação e a operação da atividade industrial, comercial, agropecuária e outras de qualquer natureza, **exceto às atividades recreativas, turísticas e administrativas⁵** previstas nos objetivos do parque. (op. cit.).

O artigo 59 dispõe sobre a proibição de promover queimadas, como é verificado nos incisos, a saber:

- "I - nas áreas de proteção especial;
- II - nas zonas de reserva ambiental; e
- III - nas terras de propriedade do Estado e dos Municípios."

É de relevância também o art. 61 que prescreve o seguinte: "Com vista à preservação ambiental ou ecológica, é proibido o parcelamento do solo;

- I – em áreas de proteção especial, de que trata este Regulamento; e
- II – em áreas onde as condições ambientais ultrapassem os limites máximos dos padrões de qualidade ambiental(...)".

"Parágrafo 2º - Para o manejo do solo rural não serão consideradas as formas geométricas nem os limites das propriedades, de modo a assegurar o adequado escoamento das águas, adotando-se a bacia hidrográfica como unidade de planejamento."⁶

"Parágrafo 4º - Entende-se por uso adequado a adoção de um conjunto de práticas e procedimentos que visem a conservação, melhoramento e recuperação do solo, atendendo a função sócio-econômica-cultural de propriedade e a manutenção do equilíbrio ecológico."⁷

Por último, observa-se o artigo que trata da "Implantação das Áreas de Proteção Especial e das Zonas de Reserva Ambiental" que se encontra como segue:

"art. 62 – Decreto do Chefe do Poder Executivo:

- I – criar:

³ Grifou-se.

⁴ Grifou-se.

⁵ Grifou-se.

⁶ Cf. a nova redação dada pelo Decreto n. 3.610 de 27 de julho de 1989, (há grifos no original).

⁷ Há grifos no original.

a) os parque estaduais; (...)”

“II – declarará:

a) as áreas de formação vegetal defensiva ou de preservação permanente, independente do estabelecido no artigo 49;

b) os sítios de interesse recreativo, cultural e científico; e

III – indicará: (...)”

“f) os mananciais;”

Para a proteção ambiental das Unidades de Conservação, é extremamente necessária a competência da instituição que é sua guardiã. Para que isso ocorra, há uma série de fatores considerados relevantes, quais são:

o controle dominial das áreas atingidas; infra-estrutura, recursos humanos e materiais para manejo e fiscalização; treinamento de funcionários e pesquisadores; controle das atividades desenvolvidas nas áreas de entorno; controle e ordenação de visitação pública; definição de critérios técnicos que permitem a identificação de áreas que suportem exploração sustentada ou ocupação humana para subsistência, quando for o caso, como forma de controle e gerenciamento de pressões diversas para exploração econômica (...) (PASSOS, 1997, p. 174)

Dai decorre a importância da administração pública ser uma instituição amparada em bases éticas, para assim assumir com responsabilidade e competência todos os critérios necessários para a defesa do meio ambiente. Com base na lei, o ser humano pode encontrar garantias fundamentais para a preservação de todos os recursos naturais existentes.

2.4.2 Da administração do Parque

Conforme investigação da legislação básica do Estado de Santa Catarina, a Fundação do Meio Ambiente é o órgão responsável pela administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Conforme consta no Capítulo V, “Do controle da Proteção Ambiental”, artigo 81, de acordo com a nova redação dada pelo Decreto nº 344, de 03 de agosto de 1987:

Compete a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente:

I – Através da Fundação do Meio Ambiente – FATMA:

a) – executar e controlar, direta ou indiretamente, as atividades de proteção e conservação dos recursos naturais;

b) – exercer a fiscalização da qualidade do meio ambiente; (...). (SANTA CATARINA, 1999b, p. 28).

Na comunidade de Vargem do Braço, a atribuição do órgão é a de proteger e fiscalizar para que o meio ambiente não seja degradado.

Há, na Fundação do Meio Ambiente, uma proposta de lei que cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. Esta proposta, além de criar os instrumentos para a gestão, também estabelece medidas de conservação da diversidade biológica em todo o Estado de Santa Catarina e de outras providências (op. cit., p. 87-97)

2.4.3 As desanexações e desapropriações realizadas no Parque

Conforme consta no Decreto Estadual nº 8.857, de 11 de setembro de 1979 foi desanexado 3.625 hectares de terras do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. As justificativas para a desanexação são: ⁸

Considerando a necessidade de agilização da efetiva implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro;

Considerando que tal implantação se tornará viável em menor espaço de tempo mediante a exclusão de parte das áreas de terras que os compõem, face à carência de recursos para indenizações;

Considerando que as áreas excluídas, num total de 3.625 hectares, são ocupadas por 118 pequenos agricultores, que tem como única fonte de subsistência a agricultura;

Considerando que essa exclusão diminuirá sensivelmente problemas de ordem social na região; (SANTA CATARINA, 1999a, p. 37-41)

As áreas desanexadas foram (op. cit.):

- 1.330 hectares localizadas em São Bonifácio;
- 1.875 hectares, situadas entre as localidades de Queçaba, Rio Novo, Rio Cubatão e Rio do Cedro;
- 280 hectares em Santo Amaro da Imperatriz, ao Sul do perímetro urbano e na face do Morro Queimado;
- 140 hectares em Enseada de Brito.

⁸ Limites e confrontações ver em Legislação das Unidades de Conservação no Estado de Santa Catarina, (SANTA CATARINA, 1999a, p. 87-97).

O Decreto de nº 18.766, de 20 de dezembro de 1982, declara como utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, as áreas de terras particulares que estão integradas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Conforme consta no artigo 6º, “As despesas com a execução da desapropriação de que se trata este Decreto correrão à conta do item 4210.00 vinculado ao Projeto 2701.03070211.080 – aquisição de bens imóveis do orçamento de encargos do Estado – recursos sob a supervisão da Secretaria da Fazenda” (op. cit., p. 50).

Através do Decreto Estadual nº 24.598, de 28 de dezembro de 1984, foi constituído o Grupo Executivo de Implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sob a presidência do Superintendente da FATMA. O Grupo funcionará integrado com os seguintes membros: Secretário de Estado Chefe do Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral – GAPLAN, Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Secretário da Fazenda e Procurador Geral do Estado.

Entre as ações de responsabilidade do Grupo, conforme artigo 3º pode-se citar:

(...) II – promover a desapropriação amigável das propriedades particulares reconhecidas, celebrando os acordos e subscrevendo os termos necessários;

III – determinar a realização de avaliações dos imóveis a serem adquiridos e reprovar os respectivos laudos;

IV – compatibilizar a existência de propriedade particular no território do Parque com o zoneamento aprovado, quando possível, celebrar acordos com os mesmos proprietários, para assegurar a permanência na área, sob a condição de que estes, sem o ônus para o Estado, aceitem através de escritura pública as limitações e servidões administrativas decorrentes da criação do Parque;

V – Solicitar à Procuradoria Geral do Estado, quando necessário, a propositura da ação de desapropriação;

VI – remeter à Procuradoria Geral do Estado os títulos de propriedade particular que não forem reconhecidos, para a propositura das ações competentes, inclusive reintegração na posse, após concluído o processo discriminatório;

VII – inscrever no registro competente o patrimônio afetado ao Parque como bem inalienável; (...) (op. cit., p. 51-52).

Observa-se ainda que a legislação contém de vários mecanismos, mas, às vezes, deixa a desejar em virtude da falta de recursos que são necessários para manter uma boa fiscalização nas Unidades de Conservação ou, também, pode ocorrer, simplesmente, por omissão política.

2.4.4 Proprietários no Parque: Ocupação das terras e desejos de desapropriação (Vargem do Braço)

A seguir, a ocupação das terras na região de Vargem do Braço, segundo consta, na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, as amostras fornecidas pela Diretoria de Assuntos Fundiários – DASF:

Tabela 1 - A ocupação das terras na região de Vargem do Braço

DISCRIMINAÇÃO	FREQUÊNCIA	ÁREA (ha)	PERCENTUAL
Terras com escritura	48	10.127	77,90%
Terras sem escritura	08	2.873	22,10%
TOTAL	56	13.000	100%

Fonte: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. DASF - Diretoria de Assuntos Fundiários, Comissão especial de discriminação de terras devolutas do Estado de Santa Catarina, CE / SC -2, Florianópolis, 1993, (adaptado do documento original).

Por ser uma área estratégica, pois além da riqueza da fauna e da flora, o manancial de água que atualmente serve para abastecer a Grande Florianópolis fica localizado na região, denotam-se motivos para muita preocupação quanto a sua preservação. Isto pode ser constatado no documento de discriminação de terras:

A ocupação do solo do Rio Vargem do Braço e a ocupação humana de suas margens e encostas são altamente indesejáveis para o bem estar da coletividade, uma vez que a atividade que os mesmos desenvolvem resultam em ação altamente poluidora nos mananciais de água para consumo da população. (SANTA CATARINA, 1993, p. 5)

Frente às entrevistas realizadas na FATMA, por Amaral, a maioria dos entrevistados concorda com a “incompatibilidade” de moradores dentro de uma Unidade de Conservação, mas essa afirmação resulta da determinação da legislação e não da falta de condições de manterem as pessoas que sempre residiram na comunidade, pois “(...) até defendem a manutenção de algumas comunidades na área.” Parece que o único impedimento para que as pessoas possam viver no Parque de forma organizada, em harmonia com a natureza, está no fato de ainda não ter sido efetivada a definição de categoria de cada área na implantação do Parque (AMARAL, 1998, p. 148).

Quando o assunto é a comunidade de Vargem do Braço, segundo Amaral (op. cit.), grande parte dos entrevistados da FATMA não concorda com pessoas morando e trabalhando naquela comunidade, pois há um manancial de água que precisa ser preservado. O motivo pelo qual não há como compatibilizar os moradores residindo no local também se deve à construção de uma barragem naquela localidade. O manancial é prioridade. Neste caso, é reforçada ainda mais a necessidade da desapropriação das terras dos moradores do local. As pessoas “tomadoras de decisão” da FATMA relatam o seguinte:

Você sabe que o parque foi criado em 1975 e isso faz 25 anos. Acredito que, mesmo mantendo a Vargem do Braço anexada ao parque e se não houver uma outra forma de gestão, uma diferente do que é feita hoje, o problema do manancial não só vai permanecer no mesmo como acredito que vai se agravar (op. cit., p. 152).

A argumentação é a de que a comunidade pode ser mantida na área, mas que esta não pertença mais àquela Unidade de Conservação, argumentam os “tomadores de decisão” (loc. cit.).

Na tentativa de solucionar o problema, o que vem se tentando agilizar por parte dos interessados é a desanexação da comunidade Vargem do Braço da Unidade de Conservação, “(...) é uma proposta defendida tanto por moradores quanto por servidores da FATMA,” (op. cit., p. 170) Isto se deve, segundo o autor, à legislação que não permite moradores na parte interna do Parque e também a outro motivo que seria a indenização para a retirada dos moradores de suas terras, já que o Estado alega não ter recursos para a efetivação de tal ação.

Segundo Amaral (op. cit., p. 93) a Companhia de Águas e Saneamento – CASAN, intenciona, para 2010, construir uma barragem nas proximidades da foz do rio Vargem do Braço para o abastecimento de água para a Grande Florianópolis. A realização de tal obra “(...) acarretaria a inundação de toda a área cultivada e a efetiva necessidade de retirada dos moradores.” Visando proteger o manancial de água, em 1993, a FATMA, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e a Procuradoria Geral do Estado deram início às “ações discriminatórias⁹ do parque” para, em seguida, iniciarem as desapropriações. Conforme consta no documento, “A nosso ver, a discriminatória administrativa efetuada sobre o imóvel em pauta, visa, objetivamente, a desocupação do imóvel, mediante o pagamento

⁹ “Ação Discriminatória: Ação de discriminação de terras da União e do Estado. É a movida pela União ou pelo Estado contra aqueles que, por qualquer razão, discordaram com que se procedesse à descrição, à medição e à separação de suas terras das públicas, para que, judicialmente, tais atos possam ser realizados, discriminando as de domínio da União e as de propriedade do Estado.” (DINIZ, 1998, p. 47).

indenizatório.” Mas nem sempre é a medida mais plausível para as famílias tradicionais, como pode ser observado:

A simples desapropriação das propriedades nem sempre resolve o problema da remoção de famílias já instaladas na área há longo tempo e que, devido à precariedade do nível de educação, poderão encontrar grandes dificuldades ou impossibilidade de adaptação à outras condições de vida num local diverso do que estão habituados.

Torna-se, então, patente a necessidade de um programa social por parte das autoridades governamentais no sentido de minorizar esses problemas. (MAGNANINI & NEHAB, 1976, p. 30)

Com isso, representantes da comunidade de Vargem do Braço apresentaram a intenção de criar um projeto em parceria com os órgãos “FATMA, CASAN e Secretaria da Agricultura/EPAGRI”, visando buscarem meios adequados para a gestão de um desenvolvimento sustentável na região que evitasse a poluição da bacia e, assim, a retirada dos moradores de suas terras.

Mas, na FATMA, conforme consta, no Plano Diretor do Parque, a área da comunidade é considerada “zona de recuperação”, portanto, fica inviável manejá-la. É importante perceber que, na época da criação do parque, os problemas com relação aos moradores, agricultores, já havia sido detectado, e a preocupação em solucioná-los também já havia surgido.

Segundo Amaral (1998, p. 120) já aconteceu algumas desapropriações na região de Vargem do Braço, isto ocorreu após a criação do Parque, quando alguns moradores levados pela informação de que haveria impedimentos, pela Lei, de usarem suas terras da forma que lhes convinham. Os moradores, agricultores, são contrários à desapropriação de suas terras. “Ressaltam que essa medida tira o homem de uma relação equilibrada com o meio em que vivem e ainda cria um problema social.” Por outro lado, para alguns moradores não seria problema se fossem retirados daquela localidade se fossem colocados em outra com a mesma quantidade de terras para continuarem plantando.

2.4.5 A Agricultura: O manejo de agrotóxicos no Parque (Vargem do Braço)

Quando o Parque foi criado, em 1975, constava, em seu Plano Diretor, a não permissão do uso do solo de áreas internas do Parque para o uso da agricultura:

(...) Toda atividade possivelmente poluidora, a montante de qualquer captação d'água para consumo da população, deverá ser rigorosamente proibida. A ocupação do solo do rio Vargem do Braço e a ocupação humana de suas margens e encostas são altamente indesejáveis para o bem estar da coletividade. Mesmo que não existisse o Parque Estadual, jamais se poderá concordar ou tolerar a coexistência da bacia de captação de água potável da grande Florianópolis com atividades rurais, criação de gado, uso de pesticidas, adubos ou corretivos químicos do solo. (Magnanini & Nehab, 1976, p. 124)

Assim, conforme o Plano Diretor fica claro que os agricultores que moram e trabalham em suas lavouras, na parte interna do Parque, não são bem-vindos em suas próprias terras.

Além disso, afirma Amaral (1998, p. 154), alguns agricultores na região de Vargem do Braço não compreendem que a agricultura com agrotóxicos seja contribuinte para a degradação do meio ambiente, como, por exemplo, os mananciais de água. “Esses agricultores consideram que, se a aplicação de agrotóxicos não é feita próxima da margem do rio, não há possibilidades de poluição do mesmo pelos produtos. Isso é confirmado quando se analisa a fala de alguns deles ao considerar que o agrotóxico é veneno quando jogado no rio, mas é remédio quando utilizado no controle de pragas, doenças e plantas invasoras.” A falta de compreensão por parte dos agricultores faz com que se torne necessário um aprofundamento na busca de meios adequados para levar essas pessoas ao entendimento do que pode ser prejudicial à qualidade da água do manancial, à biodiversidade do ecossistema e à própria saúde do agricultor.

Os agricultores da comunidade de Vargem do Braço almejam a flexibilidade do Estado em relação às restrições ou proibições existentes, mas, por outro lado, não pretendem deixar de continuar com a maneira tradicional, isto é, de usar agrotóxicos nas plantações, alegando não haver impacto ao meio ambiente. Demonstram pela falta de compreensão que são atitudes imunes à natureza, como se não houvesse a contaminação (op. cit. p, 165).

Para Amaral (loc. cit.), no que consta de suas observações, a maneira com que os agricultores utilizam os insumos químicos tem se intensificado e, segundo estes agricultores, para produzir é necessária a aplicação de agrotóxicos e de adubos. A produção de hortigranjeiros, na região de Vargem do Braço, abastece a população local e, através da Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. – CEASA é fornecido para a Grande Florianópolis, sendo esse fornecimento para Capital muito importante para o município de Santo Amaro da Imperatriz por contribuir para o aumento de sua renda e conseqüente arrecadação de impostos.

2.5 Implicações da legislação sobre propriedades no Parque: Da desapropriação

Uma das normas sobre Unidades de Conservação de Proteção integral está na não permissão de propriedade privada nesta área, ensejando, assim, a desapropriação. Sobre isso, Diegues (1996) critica a legislação que implica a não permissão do manejo nestas áreas de proteção. Para o autor, antes de serem instituídos espaços territoriais especialmente protegidos, deveria ser discutido e debatido com as comunidades que ali vivem. Para Diegues (op. cit.), a legislação não está de acordo com a realidade existente no país, pois na maioria das áreas especialmente protegidas, que não permite habitações, há pessoas morando lá. Em alguns casos, tais áreas foram criadas após a já existência de moradores, que, por sua vez, sofrem pressões ou são forçados a saírem do local onde residiam. Dessa forma, se não há uma prévia indenização¹⁰, pode haver a geração de conflitos, contribuindo, assim, para a proliferação de impactos de ordem social e econômica.

No Código Florestal, a Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, é taxativo quando se refere aos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, pois proíbe qualquer tipo de exploração dos recursos naturais. Conforme artigo 5º:

O Poder Público criará:

- a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para os objetivos educacionais, recreativos e científicos.
- (...) Parágrafo único - é proibido qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo (Brasil, 2000).

Além disso, conforme o referido Código Florestal que determina a preservação permanente das florestas, há também a ordenação em seu artigo 2º da limitação de uso, que mesmo com limites, não é indenizável pelo Poder Público. Sobre esse limite de uso, Rodrigues (1996) questiona: “Ocasionalmente a transferência da propriedade das terras onde se localizam as florestas ou outras formas de vegetação natural de caráter permanente do artigo

¹⁰ “Indenização: Reparação. Retribuição. Compensação. Pagamento das perdas e danos. Todo ato que causa um dano injusto é ilícito e obriga o seu autor à indenização dos prejuízos causados, provenha ele de culpa contratual. Ressarcimento. Satisfação do dano.” (LEIB, 1994, p. 194).

2º do Código Florestal?” O art. 2º prevê a preservação permanente das florestas e vegetação natural, eis que:

- 1) Ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água desde o seu nível mais alto em faixa marginal, cuja largura mínima seja:
 - a) de trinta metros para os cursos d’água de menos de dez metros de largura;
 - b) de cinquenta metros para os cursos d’água que tenham de dez a cinquenta metros de largura;
 - c) de cem metros para os cursos d’água que tenham de cinquenta a duzentos metros de largura;
 - d) de duzentos metros para os cursos d’água que tenham de duzentos a seiscentos metros de largura;
 - e) de quinhentos metros para os cursos d’água que tenham largura superior a seiscentos metros de largura;
 - f) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais;
 - g) nas nascentes ainda que intermitentes e nos chamados olhos d’água qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de cinquenta metros de largura;
 - h) no topo dos morros, montes, montanhas e serras;
 - i) nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45 graus, equivalente a 100% na linha de maior declive. (...)
 - j) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
 - l) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a cem metros em projeções horizontais;
 - n) em altitude superior a mil e oitocentos metros, qualquer que seja a vegetação. (RODRIGUES, 1996, p. 123-124)

A lei ordena que, nestas áreas, não seja permitido qualquer tipo de manejo, mas a restrição de uso não dá ao proprietário o direito de ter sua terra indenizada, já que não pode usá-la da forma que lhe convenha devido às restrições. “Contudo, o proprietário não é desapossado, nem perde a propriedade dessas áreas.” Para Rodrigues, analisando o âmbito da questão da referida lei, deveria, então, ser criada uma outra modalidade de “estação ecológica”, na qual fosse permitido o manejo da área, mas com a fiscalização do Poder Público (loc. cit.).

Conforme consta no referido Código Florestal, que trata do impedimento normal do uso da propriedade, quando se trata de área de reserva, deveria haver indenização para as pessoas com propriedades nestas áreas:

Nestes casos, em que a limitação ao livre gozo da propriedade não for medida de caráter geral por circunstâncias da natureza, ou melhor, em que haja apenas o

sacrifício de um ou de alguns, privados da melhor posse que constituía o direito persistente e suprimido apenas pelo ato do Poder público, este deve desapropriar ou indenizar os direitos sacrificados. (PEREIRA *apud* MACHADO, 1998, p. 626)

Neste caso, o desconforto individual causado pelas limitações de uso e ocupação do solo e de exploração dos recursos naturais, disponíveis em virtude da não permissão, pela lei, do uso das florestas de preservação permanente e também da beira de cursos d'água, não incorre em indenização.

Ainda, sobre o processo de indenização de áreas de particulares em que o Poder Público torna-as de seu poder para a preservação de seus recursos naturais, o autor expõe que, quando existem limitações quanto ao uso de um bem natural, limitação tal, a ponto de a propriedade ficar destituída de seu próprio valor econômico, como algo que está fora do comércio, é considerada pelo autor uma atitude radical. “Restituição dessa ordem, sem indenização, não é mera limitação administrativa, é interdição da propriedade, equivalente a confisco (...)” (loc. cit.).

O fato de uma floresta ser transformada em reserva e ser proibido qualquer tipo de exploração pelo Poder Público, este, por lei, tem a obrigação de promover a indenização. A indenização é um costume já antigo, pois os decretos que criavam “florestas protetoras” continham, em sua redação, ordenamentos para indenizações. Mas, por outro lado, o Poder Público pode intervir em uma propriedade e desapropriá-la quando esta não atender aos ditames da legislação, isto é, quando não há o cumprimento, por parte do proprietário, de sua função social e ambiental (op. cit.).

O conflito acontece justamente porque o proprietário de uma área tem algumas garantias pela constituição de exploração econômica. Mas, também é constitucional que a propriedade particular deva respeitar os interesses coletivos e levar em conta as questões ambientais. Então, mesmo sendo uma propriedade particular, há limites quanto ao seu uso econômico, sendo que o proprietário não é livre para usufruir de sua propriedade como bem lhe aprouver. Borges (1999, p. 57) expõe “(...) que se eliminada radicalmente a utilidade econômica, a hipótese não será de limitação, mas de confisco puro e simples, instituto, aliás, desconhecido, por ilegítimo, em qualquer ordem constitucional democrática e civilizada”.

Borges (loc. cit.) chama atenção para o reconhecimento de que não existe direito particular de propriedade sem levar em conta os interesses da coletividade, pois este último sempre prevalece sobre o particular e isso poderá ser verificado no próximo item.

Por outro lado, Daneluzi (1997, p. 97-98) critica os abusos que podem ocorrer quando são feitas as indenizações em desapropriações para a implementação de Unidades de Conservação, pois, em virtude disso, poderia ser inviabilizada a criação de novas unidades de conservação, já que a sua criação poderia implicar também desapropriações e, logo, mais indenizações. Além disso, há o acarretamento de problemas financeiros para a fiscalização das unidades já criadas. Isto, segundo o autor, “acaba paralisando o braço do Poder Público”, pois “os cofres públicos não suportariam tal despesa.” Diante dessa questão, o autor expõe quatro pressupostos, sem os quais, segundo ele, não há como ter sucesso sobre as indenizações (loc. cit.):

- Não deve haver indenização às áreas de preservação permanente e à reserva legal, pois, conforme consta no Código Florestal, já há limites quanto ao direito de propriedade, pois existem áreas que não devem ser apropriadas (a mata atlântica e a beira de curso d’água) e também não deve haver ressarcimento quando a restrição refere-se a um acidente geológico natural;
- Observar juridicamente as formas de intervenção bem como as restrições no uso da propriedade, pois para uma propriedade ser legítima deve atender às exigências sociais, além do que, pode haver limitação administrativa de uso na propriedade;
- Deve ser analisado o título da propriedade, evitando duplos pagamentos da mesma área. Observando, também, por um mapeamento, os invasores e posseiros;
- Observar a data de aquisição da terra pelo proprietário, caso seja depois da data de intervenção do Estado, não há motivos para haver indenizações, pois comprou as terras já sabendo das restrições, não pode responsabilizar o Estado. Sobre isso, o autor explica que há casos em que as terras são compradas por um custo baixo devido às restrições e, após, o novo proprietário exige indenização dos cofres públicos, enriquecendo-se à custa destes.

Sobre isso, Daneluzi (op. cit. p. 80) conclui que as perícias exigidas para a avaliação da propriedade a ser indenizada devem ser feitas por pessoas qualificadas. Os valores a serem pagos pelo imóvel indenizado devem observar o valor usado na aquisição e o valor de mercado. Além disso, “o Ministério Público deve intervir nas ações de desapropriação direta e indireta em áreas de preservação ecológica, tendo em vista o interesse social na implementação da legislação ambiental e da probidade administrativa”.

O Ministério Público pode fornecer garantias para que não haja desapropriações que venham a favorecer apenas um indivíduo em particular, mas que, de forma geral, vise o bem-estar da coletividade.

Sobre a forma de desapropriação, Borges (1999, p. 154) expõe:

Se, através da limitação administrativa, ocorrer esvaziamento do conteúdo do direito de propriedade, há expropriação, ato ilícito da Administração, e o prejuízo é indenizável, o que tem sido chamado de desapropriação indireta. [...]

Desapropriação indireta é a designação dada ao abusivo e irregular apossamento do imóvel particular pelo Poder Público, com sua conseqüente integração no patrimônio público, sem obediência às formalidades e cautelas do procedimento expropriatório.

Na verdade, ao proprietário não é permitido o uso de sua propriedade pelo Poder Público. Assim, é necessário concordar que, quando o Poder Público toma posse de uma propriedade particular sem as devidas regularidades para que ocorra a indenização, o ato é dado como um ato abusivo ao proprietário:

Os proprietários devem suportar cargas normais da vida em sociedade. Mas quando estas cargas extravasam os limites da normalidade e da igualdade coloca-se o proprietário em situação de discriminação, não podendo ser imputada a ele a obrigação de arcar com ônus especiais e pesados em nome do benefício de toda a coletividade (op. cit., p. 156).

Além disso, as responsabilidades com a proteção do meio ambiente devem ser partilhadas igualmente entre todos os cidadãos. Segue-se que, quando o uso de uma propriedade se esvaziar por completo devido às restrições impostas pelo Poder Público, ou quando este transfere a propriedade para o patrimônio público, deve sim, haver indenização ao proprietário legítimo:

A desapropriação indireta costuma ocorrer quando se institui, em propriedades particulares, espaços territoriais especialmente protegidos que não permitem exploração econômica por parte do proprietário, pelo que se considera seu regime incompatível com a propriedade privada. Aí as restrições deixam de ser parciais para atingir totalmente a propriedade, gerando direito de indenização (op. cit., 161).

Pelo fato de a legislação, que normatiza os parques, não permitir qualquer tipo de intervenção humana, faz-se o registro de que são necessárias as indenizações.

Por outro lado, segundo a autora, vale observar as mudanças que estão ocorrendo em relação a este fato, “(...) atualmente, está sendo desenvolvido uma poderosa indústria turística e de pesquisas científicas que, dependendo da forma de conservação a qual uma determinada região está submetida, podem ser praticadas perfeitamente (...)”. “(...) muitas vezes, é o próprio estabelecimento de áreas de preservação que irá servir de suporte para a valorização econômica de um bem. (...)”¹¹ (ANTUNES, *apud* BORGES, 1999, p. 162).

Em síntese, caso haja conciliação da área preservada com algum tipo de manejo, que o proprietário possa desenvolver-se economicamente ou que não haja perda econômica, não implicará indenização.

2.5.1 Da legitimação da propriedade

As restrições impostas em lei do uso da propriedade dão-se em virtude da necessidade de salvaguardar a função social. Mirra (1996, p. 16) analisa os artigos da Constituição Federal: art. 5º “(...), XXIII – a propriedade atenderá a sua função social.” O proprietário tem o dever de exercer o seu direito de propriedade em benefício da coletividade, isto é, sua propriedade não pode atender somente aos seus interesses particulares, pois é devido ao seu cumprimento da função social que a legitimidade de sua propriedade é estabelecida. Ainda, conforme art. 186, “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: (...) II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.” Esta imposição da Constituição está, na verdade, exigindo o cumprimento da função social pela propriedade rural que requer, como prioridade, a preservação do meio ambiente. Dessa forma, o reconhecimento do direito de propriedade dar-se-á somente quando existir o cumprimento da função social ambiental (op. cit. p. 116).

Conforme argumenta Aguiar (1994, p. 70), “A desapropriação, por interesse, do equilíbrio ambiental é uma prerrogativa constitucional da União, que deve ser exigida pela cidadania organizada”. Segundo o autor, é de competência Legislativa da União e está “materializado na Constituição Federal no art. 22”, conforme segue: “Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; II – desapropriação; (...)” (BRASIL,

¹¹ Há grifos no original.

1998, p. 32). Logo, a prática adequada da lei sobre o meio ambiente, bem como de sua organização, pode propor um leque maior para ampliar a sua aplicação para a defesa ambiental. Conforme ainda expõe Aguiar:

“(...) Cabe à cidadania, por sua ação consistente, retirar o texto constitucional do campo retórico para traduzir, na concretude, os princípios ali consignados, tornando, por exemplo, realmente social, a função da propriedade” (AGUIAR, 1994, p. 70).

O autor acredita que a cidadania deve buscar, por meio de ações concretas, a aplicabilidade da Lei Constitucional para garantir a preservação do meio ambiente.

Segundo Custódio (*apud* BRASIL PINTO, 1998, p. 65), a propriedade, qual seja sua definição, deve sempre atender às exigências estabelecidas pela lei, isto é, seu uso de forma adequada para atender às gerações presentes e futuras:

Nota-se, em razão da obrigatoriedade do atendimento da função social da propriedade, quer pública ou privada, urbana ou rural, a presença de inseparável e obrigatório requisito, ou seja, o uso racional da propriedade e dos recursos ambientais, tanto naturais quanto culturais, que lhe são integrantes, ‘para sua disponibilidade permanente, indispensável à manutenção do equilíbrio ambiental propício à vida em geral, no interesse presente e futuro de todos’ (loc. cit.).

Brasil Pinto (op. cit.) chama a atenção para a obrigatoriedade da propriedade em atender aos quesitos da função social. Dessa forma, pode-se dizer que uma propriedade privada só é reconhecida quando ela respeita as normas referentes a sua utilização, isto é, agindo sempre de acordo com a esfera social.

Além disso, a intervenção do Estado na propriedade privada tem sido executado pelo poder da Polícia, visando garantir a execução de suas funções com finalidades de interesses públicos. Para melhor explicitar:

Emerge então, em sentido constitucional, que o princípio da função social da propriedade está impregnado por significação pública, exclusiva do Direito Público, eis que condicionado o poder a uma finalidade. Como assinala a doutrina, ‘não se trata de extinguir a propriedade privada, mas de vinculá-la a interesses outros que não os exclusivos do proprietário.’ Sundfeld (*apud*, BRASIL PINTO, op. cit., p. 77).

A defesa do meio ambiente, por parte do proprietário, poderá garantir-lhe o cumprimento de sua obrigação em administrar sua propriedade visando a esfera pública.

Ainda, sobre os direitos do meio ambiente nas palavras de Borges (1999, p. 31):

O direito do meio ambiente é um direito a que correspondem obrigações, mas, sendo direito de terceira geração e não um direito social, diferencia-se deste no momento em que as obrigações que lhes são correspondentes não são apenas deveres públicos de fazer (ou deveres do Estado), mas são também deveres dos próprios particulares, titulares do direito (loc. cit.).

Dessa forma, segundo a autora, é dever de todos a preservação do meio ambiente, das pessoas físicas, jurídicas, públicas e privadas, que são de maneira geral incumbidas de preservar o meio ambiente a todas as gerações. Além disso, é um direito que ultrapassa a questão da propriedade, quando se refere aos direitos de todos, incluindo às futuras gerações.

2.6 Agricultura – Algumas implicações da legislação: a lei que define agrotóxico e a problemática do manejo

Para melhor entender a definição de agrotóxicos e afins, conforme observou Machado (1998, p. 491), a lei 7.802/89 em seu artigo 2º e inciso I apresenta o seguinte:

- a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
- b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, desseccantes, estimuladores e inibidores de crescimento (loc. cit.).

Com relação à agricultura, devido ao aumento das populações, houve conseqüentemente a necessidade de uma maior demanda de produtos e assim o aumento do uso de agrotóxicos.

Sobre esta questão, Oliveira (1997, p. 1) expõe que, a partir dos anos 40, a demanda de uso de “substâncias organossintéticas para o controle das pragas e doenças” que ocorrem na agricultura expandiu-se muito. “Uma grande variedade de substâncias foram, desde então, sintetizadas com finalidades variadas (inseticidas, fungicidas, herbicidas entre outros)”, cuja a denominação genérica destes produtos, a saber, “agrotóxicos; biocidas; defensivos agrícolas; fitofármacos; pesticidas; praguicidas; produtos fitossanitários; xenobióticos e agroquímicos.” Os agricultores catarinenses consomem um percentual de agrotóxicos bastante significativo, segundo dados pesquisados pelo autor sobre a demanda de consumo nos estados brasileiros, que juntos consomem 89% destes produtos. Os grandes

consumidores: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina que, apesar de se tratar de um território bem menor em dimensões territoriais, não fica longe em termos de consumo, se relacionado aos outros Estados citados, pois alcança um total de 4,5% no consumo de agrotóxicos.

Ainda, segundo Oliveira, (loc. cit.) os municípios de “Águas Mornas, Palhoça (extremo norte), Santo Amaro da Imperatriz e São José (sudoeste),” correspondem a uma área de 738 Km², utilizada para a agricultura. São utilizados por ano, somente nesta área na plantação de horticultura, o total de 32,1 toneladas de agrotóxicos, que correspondem a 85 marcas comerciais do produto.

Segundo Rocha (1998, p. 174), além de causar alterações nos agroecossistemas, o uso de agrotóxicos pode causar a morte dos animais e também levá-los à extinção, podendo causar danos à saúde do próprio agricultor:

A exposição dos ‘produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos’, conhecidos por pesticidas, praguicidas, formicidas, herbicidas, fungicidas ou agrotóxicos, são muito freqüentes e provocam, as vezes, seqüelas para o ser Humano. Têm sido observados e relatados casos agudos de intoxicação, com lesões das mais diversas, distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, e mortes na lavoura (loc. cit.).

Pode-se observar que, ao longo dos anos, o meio ambiente tem sofrido todo tipo de alterações, mas parece que estas mudanças se devem porque o homem não tem consciência do perigo que causa quando uso insumos na lavoura ou quando provoca qualquer tipo de alteração no meio ambiente.

É importante advertir que, na lavoura, as pragas, consideradas pelos agricultores, são todos os tipos de insetos e animais que atrapalham a produção. Conforme pode ser verificado mediante a pesquisa de Oliveira:¹²

E como o objetivo é assegurar a colheita e obter lucro, o termo praga também é aplicado a animais que são capazes de reduzir a quantidade ou a qualidade de alimentos, rações, sementes entre outros, que possam causar prejuízo na agricultura e danos a saúde humana. Foram consideradas pragas das lavouras 16 espécies de aves e 5 tipos de mamíferos de pequeno porte, além das 18 pragas e 11 doenças das lavouras (1997, p 85).

¹² Ver tabela sobre as espécies consideradas como pragas das lavouras na região da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão, em (OLIVEIRA, 1997, p 85).

Com isso, pode-se verificar que há um consumo expressivo de defensivos agrícolas no modelo atual de agricultura. Dessa forma, o uso de agrotóxicos pode causar a morte dos animais e também levá-los à extinção.

2.6.1 A norma sobre o manejo orgânico de produção

Para o manejo da agricultura orgânica no Brasil existe a “Instrução Normativa” Nº 7 de maio de 1999 (BRASIL, 1999, p. 1-3). Esta norma dispõe sobre as regras para o cultivo de produtos orgânicos vegetais e animais. Pode ser observado em seu conceito o seguinte:

1.1. Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio-econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e ou insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados OGM/transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação, visando:

- a) A oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente;
- c) Preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo;
- d) A conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar; e
- e) O fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final da produtos orgânicos e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais.

1.2. Considera-se produto da agricultura orgânica, seja “In natura” ou processado, todo aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuária e industrial. O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados ecológico, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura. Para efeito desta Instrução considera-se produtor orgânico, tanto o produtor de matérias-primas como o processador das mesmas. (loc. cit.)

No Brasil, as técnicas de desenvolvimento de sistemas orgânicos para a produção de alimentos sem prejudicar o meio ambiente está aos poucos sendo disseminada. Segundo Aquino e Neves (1996, p. 18-22) são as produções de alimentos saudáveis que não causam prejuízos ao meio ambiente. Assim, foram desenvolvidas novas técnicas que são mais seguras para a produção de alimentos. Entre as técnicas desenvolvidas existe a chamada de “rotação”, que consiste em uma maneira de não deixar a terra ficar “cansada”. Há também a técnica de

“consórcio” que é o plantio de diversas culturas, sendo que muitas podem ficar no mesmo canteiro. O mato não precisa ser retirado como acontece na agricultura tradicional, pois ele serve de alimento para os bichos, que por sua vez, comem as chamadas “pragas”, existentes nas plantações. Manter o mato aumenta a diversidade. Dessa forma, com o mato a terra fica coberta, diminuindo a perda de nutrientes com as águas da chuva. Além disso, neste modelo de produção, tudo pode ser aproveitado para a reciclagem, quando o mato está seco serve de alimento para as plantas, pois a adubo orgânico deixa o solo mais rico.

Ainda segundo Rodet (1984, p. 52), há diversos benefícios aos agricultores que praticam o modelo de agricultura ecológica:

- é sustentável a curto e longo prazo;
- evita os acidentes ecológicos;
- procura a quantidade na qualidade;
- traz uma solução a problemas morais e reconcilia o homem com a natureza;
- é ditada pelos progressos recentes das ciências biológicas. (loc. cit.)

Assim, para Rodet (op. cit.), a aplicação deste método orgânico é garantia de um novo sistema humano em que o homem vive em harmonia com a terra, não a explorando, mas tornando-a ainda mais valiosa.

Este modelo de agricultura orgânica foi implantado por uma comunidade que vive no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, conforme será abordado no capítulo VI.

2.7 Algumas reflexões sobre a intervenção do Poder Público na questão ambiental

Segundo Bursztyn (1993), os Estados Unidos foi o primeiro País a adotar a intervenção do setor público sobre a gestão ambiental, isso ocorreu na década de 60. Na época, encontraram sérias dificuldades para legitimar a questão, até que a sociedade adquirisse consciência da importância da preservação ambiental.

No Brasil, após a Conferência de Estocolmo na década de 70, criou-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA. A Lei nº. 6.938/81 teve grande importância na década de 80, por tratar de questões de desenvolvimento econômico, visando a preservação do meio ambiente. A lei citada criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, que passou

a ser integrado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, órgão consultivo e deliberativo, composto pelos seguintes órgãos, a saber, “representantes de ministérios e entidades setoriais da administração Federal diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de organizações não-governamentais.” (op. cit. p, 87)

A gestão do CONAMA, por se tratar de um órgão que abarca uma diversidade de representantes de várias facetas, como, por exemplo, os representantes da sociedade civil, passam a ter uma grande responsabilidade, já que delibera, juntamente com outros seguimentos de política ambiental sobre a proteção ao meio ambiente. Mas, por outro lado, embora tenha grande relevância devido a sua representatividade, este órgão não está ajudando a sociedade civil, por se tratar de um órgão muito fechado. Nas palavras de Bursztyn (loc. cit): “O CONAMA surge, portanto, como um fenômeno atípico dentro de uma estrutura de setor público centralizadora e pouco aberta à participação da sociedade civil.” Ele expõe que isso ocorre devido à prática do licenciamento ambiental que por um lado descentralizou a prática da fiscalização do meio ambiente no Estado, e por outro centralizou ainda mais o poder público federal.

A Resolução nº. 001/86 do CONAMA tem grande relevância para a política do meio ambiente devido à criação da execução obrigatória de estudos de impacto ambiental para as atividades que possam danificar o meio ambiente (op. cit.).

Outro órgão também muito importante para a defesa do meio ambiente, que é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, um órgão executor, federal que atua na preservação, conservação e no uso sustentável dos recursos naturais. Foi criado em 1989 com a fusão de quatro órgãos: pela Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, pela Superintendência de Desenvolvimento da Borracha – SUDHEVEA, e pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, tendo como objetivo atender a demanda política e social sobre questões ambientais (op. cit.). Sobre isso é necessário concordar que, para haver desenvolvimento econômico dentro desta perspectiva, faz-se necessário que a gestão ambiental esteja sempre em harmonia com as questões do desenvolvimento da economia e, ainda, que ambos precisam completar-se para realmente haver o desenvolvimento e a proteção das questões ambientais.

Além disso, segundo Milaré (2000, p. 274) “o Poder Público assume as funções de gestor qualificado: legisla, executa, julga, vigia, defende, impõe sanções; enfim, pratica todos os atos que são necessários para atingir os objetivos sociais, no escopo e nos limites de

um Estado de Direito”. É o órgão de maior responsabilidade na defesa do meio ambiente, justamente por tratar-se de um bem público.

Mas, por outro lado, pode-se observar que, devido à política das empresas públicas atualmente não estarem fortalecidas, a defesa do meio ambiente, em muitos casos, pode não estar ao alcance destas. São instituições limitadas, devido às suas ações muitas vezes não serem compatíveis com a questão do mandato político do país, pois este é de curto prazo, enquanto que as questões ambientais geralmente são de longo prazo. Pelo fato de o Estado e seus órgãos estarem em crise, existem muitos problemas na questão da administração da problemática ambiental.

Dado isso, a ação dos órgãos responsáveis pela política ambiental acaba mascarando-se pela institucionalidade e prevalecendo a burocracia e, muitas vezes, a não resolução de questões ambientais, devido à vulnerabilidade dos organismos administradores. São destacados alguns dos problemas analisados por Bursztyn (1993, p. 93), a saber:

1) “Problemas relativos à degeneração das instituições públicas”. Muitas instituições, por não possuírem uma política forte, são incapazes de promover a defesa do meio ambiente com sucesso, ou seja, atualmente não há credibilidade, por parte da sociedade civil, com relação ao bom desempenho do setor público, pois este está desacreditado pela sociedade brasileira. O não investimento das instituições públicas em pessoal também acarreta mais dificuldades, como por exemplo, a execução de uma boa política de fiscalização, com acompanhamentos e avaliações dos processos, inclusive levando o Estado a contratar pessoas ou empresas terceirizadas ou externas, gerando para os cofres públicos “maiores custos; capacitação de pessoal exterior aos órgãos públicos; dependência crescente de consultorias externas; burocratização dos quadros remanescentes, que tendem a se converter em gestores da operacionalização de trabalhos externos; e inevitavelmente, realimentação de teses e argumentos desestatizantes”.

2) a questão dos “Problemas relativos à cultura burocrática do aparelho de Estado” dá-se quando os órgãos ambientais acabam adentrando as questões que dizem respeito à gestão de determinados setores. Outra questão também abordada pelo autor trata-se dos “Problemas relativos à fragilidade dos instrumentos e à carência de meios.” Há conflitos no que diz respeito à tentativa de as instituições promoverem a sustentabilidade, pois em muitos casos vão contra os setores econômicos que querem somente o crescimento da economia (op. cit. pp. 94-95).

Ainda, no que se refere aos órgãos estaduais na defesa do meio ambiente, pode ser citado a FATMA – Fundação do Meio Ambiente, órgão de atuação estadual, constituído na

forma da lei e por ela incumbido “de preservar o meio ambiente, assegurar e melhorar a qualidade ambiental, controlar e fiscalizar ações potenciais ou efetivamente lesivas aos recursos naturais e à qualidade do meio ambiente.” Quanto à administração e preservação do meio ambiente em cada município, fica a cargo das prefeituras e de seus órgãos que administram as questões ambientais (MILARÉ, 2000, p. 274)

Entre os instrumentos para a execução da Política Nacional do Meio Ambiente, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, têm, entre outras atribuições, um relevante papel na preservação da qualidade do meio ambiente, pois através do estudo, é possível prevenir e monitorar o impacto que uma edificação ou qualquer alteração a ser feita possa causar sobre o meio ambiente (op. cit.).

Outra questão que não pode deixar de ser mencionada é o “*abuso do poder*” por parte de executores de atividades públicas. Segundo Milaré (1997, p. 44), “(...) o Meio Ambiente é uma das vítimas mais insuspeitas e, ao mesmo tempo, menos percebidas dessa desvirtuação.” Pode-se perceber esta realidade quando se faz referência aos veículos informativos que, por sua vez, enfatizam os desvios de dinheiro público nas áreas da educação e da saúde, enquanto o mesmo impacto sofre o meio ambiente, mas sem o recebimento da devida e importante atenção por tais veículos e pela própria sociedade.

Sobre esta questão, eis a frase citada por Milaré (loc. cit): “O preço dos erros desses pecados públicos, o pesado tributo social da degradação do Meio Ambiente será pago pelos mais fracos e pela própria Natureza, até que um dia as gerações de hoje e de amanhã sejam cobradas pela história.”

Mas, por outro lado, com o surgimento de novos valores caminhando para a sua garantia jurídica, embasada em conteúdos éticos sobre a questão ambiental, o ser humano poderá começar a praticar a verdadeira cidadania para o bem-estar da diversidade ecológica que também é o seu próprio bem-estar, propondo medidas que garantam a preservação ambiental, conforme poderá ser observado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

ÉTICA & CIDADANIA NO MEIO AMBIENTE = HARMONIA SOCIOAMBIENTAL

3.1 Definindo ética

Para melhor elucidar, a palavra “Ética” teve sua origem na língua grega, vem do *ethos*, que, segundo Vásquez (1992, p. 12-14), “significa analogamente ‘modo de ser’ ou ‘caráter’ enquanto forma de vida também adquirida ou também conquistada pelo homem”. O mesmo autor expõe que não se deve confundir a ética com a moral e, nem a moral com a ética. “A ética não cria a moral.” Ele argumenta, e define-a como “a ciência do comportamento humano”. Cabe à ética investigar os comportamentos humanos e explicar o porque de tal comportamento. Mas não é de sua competência formular juízos, apenas deve investigar e esclarecer os comportamentos morais.

“A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.” (loc. cit.) Logo, pode-se observar que a ética investiga o comportamento das pessoas mas não interfere na moral, não se identificando com nenhum princípio ou norma de qualquer moral. A ética apenas estabelece às pessoas, a compreensão do que venham a ser ou foram tais comportamentos.

A ética estuda ainda as atitudes das pessoas, isto é, “(...) os atos conscientes e voluntários dos indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.” (loc. cit.) Dessa forma, pode-se dizer que, em uma dada situação, tomar decisões e atitudes para a resolução de um problema prático, é um problema moral, pois inclui normas, atos e juízos e julgamentos sobre todos os aspectos. Ao passo que, o fato de investigar qual a situação em que se determinam tais atitudes, ou seja, sua fundamentação é um problema da ética. É uma reflexão sobre o que é a questão moral em termos gerais. É sempre um problema teórico. Assim, numa determinada sociedade, a ética pode contribuir para fundamentar o discurso e conduzir de forma adequada às relações sociais, numa dada realidade, direcionando-as para a construção de mais qualidade de vida para todos.

3.2 Meio Ambiente - Da influência cultural a um novo sistema ético: o caminho para uma visão ecológica profunda

Dada a importância da vertente ética, salienta-se que esta denota o reconhecimento do ser humano como parte integrante da natureza, mas reconhece também que a partir do momento que o homem passa a culturalizar a natureza por meio de suas ações, ele passa a ser o principal modificador da natureza. Se ele não tiver uma visão ética provavelmente irá destruí-la, mais e mais, tornando assim inviável sua convivência integrada junto ao meio ambiente, como parte dele.

Mas, por outro lado, o ser humano não está habituado a observar as questões ambientais como algo finito, respeitando-o como algo que é seu e precisa ser preservado. Sobre isso Singer (1998, p. 281) expõe que, pelas tradições antigas, o homem era o centro do universo moral, inclusive há diversas citações bíblicas que parecem afirmar ao homem o poder e o domínio sobre todas as coisas.

Sereis temidos e respeitados por todos os animais da terra, por todas as aves do céu, por tudo quanto rasteja sobre a terra, e por todos os peixes do mar; entrego-os ao vosso poder (GÊNESIS 1, 24 -28 *apud* SINGER, 1998, p. 281).

“(...) Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai os peixes do mar, as aves dos céus e todas as coisas vivas que se movem na terra (GÊNESIS 9, 1-3 *apud* SINGER, loc. cit.).

Singer (1998) salienta que o cristianismo contribuiu para a arrogância do homem em relação à natureza. Porém, há aqueles que interpretam estas passagens como sendo uma forma de dar permissão ao homem para cuidar das coisas, ser responsável e não para destruí-las pelo fato de dominá-las. O autor expõe que as leis do cristianismo, por vários séculos, tiveram um certo domínio sobre a natureza. O indivíduo deveria desfrutar da natureza da forma que lhe fosse mais conveniente, pois esta foi feita por Deus, para o seu benefício. Há, conforme o autor, a menção do cuidado em relação à natureza, mas somente quando esse cuidado trata-se do bem-estar do ser humano.

Além das diferenças de ideais religiosos, os valores culturais também orientam as formas de relações homem-meio, pois dadas às diferenças culturais percebe-se que existem grandes influências nas atitudes das pessoas em relação ao meio ambiente. Essas diferenças

observadas podem ser de grande relevância para se atingir maior plenitude da consciência ecológica.

Mas, esta visão antropocêntrica passou a ser menos considerada e, com isso, surgiram os pensadores com uma visão ecológica de mundo totalmente diferenciada da que, até então, era vista, por muitos, como a única maneira de contemplar o mundo, a visão racionalista do homem. Essa nova visão é marcada por uma preocupação constante do ser humano com o meio ambiente.

Segundo Capra (1996, p. 23-29), essa nova visão pode levar o ser humano a um novo questionamento sobre como ele pode estar inserido em seu “ambiente natural e social”. Pode levá-lo a questionar sobre todas as coisas das quais usufrui no dia-a-dia, desde o espaço que ocupa até as coisas que utiliza para a realização do trabalho, para o lazer ou divertimento. Como o meio ambiente foi e está sendo prejudicado? Será que tudo o que é consumido realmente é necessário? Entende-se que ecologia seja as relações de intercâmbio e transformação de energia entre todos os seres existentes. Os seres humanos precisam da convivência harmoniosa com a natureza e vê-la como algo escasso e limitado.

A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão profundamente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como uma fio particular na teia da vida (loc. cit.).

Ainda, segundo Capra (loc. cit.), a maneira do ser humano levar um estilo de vida ecológico e despertar para as atividades ambientais é denominado como uma “percepção ecológica profunda”. É nessa percepção ecológica profunda, diz ele, que o “ser humano adquire uma base filosófica e espiritual deste estilo de vida”. Mas, por outro lado, no que se refere à ecologia social, há certa carência, mesmo sendo abordado do ponto da percepção ecológica. Para ele, a maneira como a sociedade está organizada contribui para que possa ocorrer o “antiecologismo”. O verdadeiro caminho para que aconteça um ato de ecologia profunda é a criação do ser humano ético, - somente ao respeitar todos os seres e se sentindo como mais um deles, sendo parte deste ciclo como mais um ser que “está aí”. A partir do instante que obtiver a consciência e sentir-se como fazendo parte da “teia da vida”, o ser humano estará respeitando a natureza, pois faz parte do mesmo processo, está incluído dele. Mas, essa mudança deve ser interna, o ser humano precisa mudar a forma de pensar para

mudar a forma de agir. Esta pode ser a chave necessária para se galgar um pouco mais o caminho para melhor compreensão do meio ambiente.

Dentro dessa perspectiva, observa-se o quanto é importante a preservação da natureza interna do ser humano. Quando este respeitar sua alma, isto é, quando prestar atenção aos seus desejos mais profundos, aí sim, estará caminhando para um avanço no que se refere ao verdadeiro respeito pela ecologia. Este respeito requer um campo de comunicação intersubjetiva que não seja viciado e nem manipulável. Logo, não adianta buscá-lo externamente quando este está enraizado no íntimo do ser. Quando houver mudança no pensar do homem, suas atitudes também serão outras, não mais beirando o abismo das incertezas ou da infelicidade.

Conforme Capra (op. cit., p. 27-28), não é somente através da percepção que acontecem mudanças entre as pessoas. O autor expõe que, além da mudança da maneira de pensar, é importantíssimo também que os valores mudem. “A mudança de paradigmas requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores.” Essa mudança de valores, é exposta como as mudanças da auto-afirmação para a integração. Para ele, esse parâmetro é algo que não pode deixar de existir para proporcionar mudanças de valores. Deve haver um equilíbrio entre os pensamentos e os valores, argumenta. Além disso, para que haja uma mudança de paradigma sobre os valores das pessoas, elas precisam ter uma percepção ecológica interna, profunda. Assim, poderá surgir um novo “sistema ético.”

Na sociedade atual, a partir do momento que o ser humano perceber que seu trabalho deve ter também uma conotação de responsabilidade moral, poderá haver um comportamento na realidade em que este está inserido, que é o “eu ecológico”. Surge aí a iniciação para de fato acontecer a “ecologia profunda”. Isso ocorre quando cada um cuida da natureza como se cuidasse de si mesmo, quando se vê fazendo parte dela, integrado-a. Somente quando o ser humano sentir-se como parte integrante de toda a natureza, é que se pode fazer acontecer, com este comportamento, uma ética ambientalista (op. cit.).

3.2.1 Mudança de valores

Do ponto de vista da ciência clássica, as novas concepções revolucionárias estarão ligadas às seguintes características “a sensibilidade a pequenas mudanças no meio ambiente, a relevância da história anterior em pontos críticos de escolha, a incerteza e a

imprevisibilidade do futuro”, (op. cit.). Tudo isso faz parte de maneira fundamental da experiência do ser humano. Este, ao adquirir experiência passa a ver a natureza com um outro olhar, não mais como uma máquina, no sentido cartesiano, mas como um “ser” vivo que é como a sua própria natureza humana. Outro ponto enfocado por Capra (op. cit., p. 157-158) é a maneira correta através da qual o homem deve aproximar-se da natureza para aprender mais sobre ela, que não deve ser por meio do controle e de seu domínio, mas sim por meio do “respeito, da cooperação e do diálogo”. Sucede que esta mudança pode ser observada pelas atitudes de cada ser humano que ele mesmo pode observar. Assim, para o autor, nas palavras de Prigogine, “o mundo que vemos fora de nós e o mundo que vemos dentro de nós estão convergindo. Essa convergência dos dois mundos é, talvez, um dos eventos culturais importantes da nossa era”.

Quando se trata de preservação do meio ambiente, Singer (1998, p. 184-289) levanta a questão do ponto de vista da preservação da natureza, pois o ser humano deve conscientizar-se e deve preservá-la sempre. As florestas e os recursos minerais são recursos de todos, todavia apenas aqueles que dominam as tecnologias e o capital se aproveitam deles e os retiram unicamente pelos seus gastos operacionais, já que os preços das matérias primas são muito baixos, ocorrendo então a exploração que gera lucros imediatos. Singer (op. cit.) dá o exemplo de uma floresta que, ao ser devastada, poderá proporcionar vários benefícios a curto prazo, como vários empregos, muitos lucros, etc. Mas com o passar dos anos, estes benefícios acabarão e a floresta ficará perdida para sempre. Além disso, por questões culturais, a política atual consegue observar apenas valores a curto prazo. Diante disso, é importante refletir sobre o fato de jamais ser possível recuperar, na natureza, algo que foi danificado e jamais retornará a ser da mesma forma que era.

Na visão de Capra (1996, p. 170) o ecossistema é como uma enorme teia cheia de outras teias menores, e ainda, outras teias menores dentro de outras menores, e assim sucessivamente:

Todos os sistemas vivos são redes de componentes menores, e a teia da vida como um todo é uma estrutura em muitas camadas de sistemas vivos aninhados dentro de outros sistemas vivos – redes dentro de redes. Organismos são agregados de células autônomas porém estreitamente acopladas; populações são redes de organismos autônomos pertencentes a uma única espécie; e ecossistemas são teias de organismos, tanto de uma só célula como multicelulares, pertencentes a muitas espécies diferentes (loc. cit.).

A diferença está em que os seres humanos formam sociedades baseando-se na linguagem, enquanto que a existência dos componentes de um organismo dá-se para que este

organismo funcione, por isso a correspondência aí estabelecida acontece por meio de substâncias químicas entre estes seres. Para o autor, há no domínio físico as leis da natureza que comandam, e estas leis naturais não podem simplesmente ser retiradas do domínio físico. Ao passo que no caso do comportamento dos seres humanos, existem as regras que são impostas por um determinado sistema social e grande parte destas ditam leis. Além disso, estas regras podem ser mudadas ou podem passar a não existir mais, pois os seres humanos podem opinar quanto a isso, se querem ou não obedecer a tais regras impostas pela sociedade. Já as moléculas estão em um meio para “interagir”:

Embora o comportamento, no domínio físico, seja governado por causa e efeito, as chamadas “leis da natureza”, o comportamento no domínio social é governado por regras geradas pelo sistema social e, com frequência, codificadas em lei. A diferença crucial é que as regras sociais podem ser quebradas, mas as leis naturais não podem. Os seres humanos podem escolher se querem obedecer, ou como querem obedecer, a uma regra social; as moléculas não podem escolher se devem ou não interagir (FLEISCHAKER e MINGERS *apud* CAPRA, op. cit., p. 172).

Um outro ponto importante, na idéia de Singer (1998, p. 289-300) é a questão do valor intrínseco, que deve ser levado em conta. Para ele, trata-se de um valor que “se deseja em si e por si”. Ao analisar a questão da destruição de uma floresta ou do *habitat* de vários animais, pode-se levar em consideração o fato de que várias espécies desaparecerão. É a destruição de uma herança deixada ali há milhares de anos. O homem deve buscar, de maneira consciente, orientação para saber como dar importância às diversas formas de vida. Porém, a forma a seu alcance para tratar da natureza seria a do respeito pelos seres vivos, pela vida:

A ética, portanto, consiste nisto: no fato de eu vivenciar a necessidade de pôr em prática o mesmo respeito pela vida, e de fazê-lo igualmente, tanto com relação a mim mesmo quanto no que diz respeito a tudo o que deseja viver. (...) Um homem só será realmente ético quando obedecer ao dever que lhe é imposto de ajudar toda a vida que for capaz de ajudar e quando se der ao trabalho de impedir que se causem danos a todas as coisas vivas (SCHWEITZER *apud* SINGER, op. cit., p. 294).

Um homem que esteja dentro dos padrões éticos, para o Singer (1998, p. 66) deve respeitar a vida acima de tudo, deve agir com relação a esta como se fosse uma coisa sagrada. Além disso, nos sistemas éticos há ajustes necessários conforme às sociedades. A ética de uma sociedade sempre procura levar em conta todos os fatores necessários para a sua própria sobrevivência. Há as comunidades que estabelecem normas como “honestidade e lealdade”, e estas proporcionam para a própria sociedade uma segurança.

Conforme Singer (loc. cit.), o argumento que expõe o princípio de igualdade para todos os seres, que “é o princípio da igual consideração de interesses”, requer nada mais do que a comprovação da natureza do princípio que rege a consideração de interesses igualitários. Não pode restringir-se aos seres humanos, apenas. Este princípio expõe o seguinte: “(...) que a nossa preocupação com os outros não deve depender de como são, ou das aptidões que possuem”. Logo, ao que parece, o princípio expõe que, pelo fato de outros não serem da espécie humana, isto “não nos dá o direito de explorá-las” ou “não levar em conta os seus interesses”. O respeito pela vida deve levar em conta todas as formas de vida existentes.

Segundo Gilles (*apud* MILARÉ, 2000, p. 61-62), quando se fala em ética de cunho social, por questões culturais, o ser humano não está habituado a observar tal relação com o meio ambiente. Mas, por outro lado, pode ser observado que, ao passo que os recursos naturais passaram a ser considerados na esfera dos recursos finitos, o ser humano também começou a mudar sua concepção de responsabilidade que, aos poucos está distanciando-se da ética tradicional. “A responsabilidade humana deve, agora, estender-se às coisas extra-humanas, englobar a dimensão da biosfera inteira, uma vez que o homem possui os meios para pôr em perigo a vida futura no planeta”. O ser humano está moldando-se a um novo paradigma ético que envolve, acima de tudo, o respeito pela vida e, assim, pela defesa do meio ambiente.

Este novo pensamento consiste em um “renovado princípio ético” “respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos”. Este princípio denota que todas as formas de vida devem ser respeitadas, mesmo que a humanidade para sobreviver tenha que usufruir de outras espécies, mas isso não lhe dá o direito de agir como se os recursos fossem infinitos, depredando-os ou usando-os de formas cruéis (MILARÉ, *op. cit.*, p. 37).

Mas, por outro lado, existem as posturas “éticas individualistas” que se manifestam frente aos problemas do meio ambiente. Segundo Sung e Silva (1995), há posturas baseadas na preservação como o único meio de salvar as espécies existentes no meio ambiente. Mas esta parece ser uma visão muito egoísta, pois quanto aos danos ecológicos é necessário um compromisso por parte de todos sobre a recuperação e busca de soluções para haver o equilíbrio. Não é suficiente apenas pensar em preservar a natureza e assumir uma postura altamente consumista, pois, para eles, todas estas questões devem ser levadas em conta.

Há também a postura do ecodesenvolvimento. Esta postura, conforme Sung e Silva (op. cit., p. 89), estimula o avanço do desenvolvimento industrial como uma solução para a crise ecológica. “Através de novas tecnologias como a energia solar, o controle dos poluentes e a reciclagem dos materiais que hoje são jogados no lixo.” Para eles esta forma de agir poderia resolver o problema da escassez no meio ambiente se fosse relacionada com outras medidas como, por exemplo, o uso adequado das tecnologias e a retenção do consumo exagerado de produtos industrializados.

Vale lembrar ainda que é extremamente necessário o ser humano buscar sempre um comprometimento com os valores. O importante não é somente buscar melhorias, mas propor mudanças nos valores, prestar atenção no meio em que se vive prestar atenção nas diversas formas de vida e, assim, respeitá-las de forma homogênea.

3.2.2 Expandindo a consciência ecológica

A ética precisa estar permeando este novo sistema para dar condições a um processo real de desenvolvimento. Somente assim, pode-se ter uma sociedade sustentada.

Para isso, Mendes (1993, p. 16-17) expõe que o homem deve encadear questões políticas e não somente as questões científicas e técnicas. Para o autor, o desenvolvimento sustentável deve, antes de tudo, levar o homem a agir nas questões que são de extrema relevância a sua sobrevivência. “O grau de sua desejabilidade ética, a aceitação de sua responsabilidade social, a condição de sua reprodutibilidade econômica e, por fim, a garantia de sua sustentabilidade ecológica.” Somente assim, o homem poderá estar caminhando para o que venha a ser o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Mas, por outro lado, Mendes (op. cit., p. 22-23) entende que é preciso que seja construída uma nova ética, para haver sustentabilidade, “(...) uma ética do ambiente natural, casada com uma ética do desenvolvimento social”. Uma ética que observe o desenvolvimento num sentido amplo, que sempre valorize todas as questões que envolvem o meio ambiente, tendo a responsabilidade para usá-lo de forma consciente. “Responsabilidade que se caracteriza pelo reconhecimento de que a natureza é vulnerável, no longo prazo, e que essa vulnerabilidade ameaça a própria ‘condição global da vida humana e o futuro distante bem como a própria existência da espécie’.”

Ainda, segundo Milaré (1997, p. 42) as pessoas não estão acostumadas a observar a moral nos meandros sociais, cada um tende a defender somente o seu interesse. Agem com a natureza como se fosse uma inimiga. Em analogia ao que Hobbes¹³ escreveu “o homem é o lobo do homem” pode-se imaginar que também seja o lobo da natureza. Mas o direito que deve ser legitimado deve ser o da sociedade, pois é com esta visão que o ser humano aprende a respeitar o meio ambiente e tudo mais existente nele. “Esta visão ética da questão ambiental deve ser adotada pelo indivíduo e pelo seu grupo social, pela comunidade local e por amplos setores da sociedade global, pelo produtor e pelo consumidor. E incumbe ao cidadão e ao Poder Público”. Além disso, a natureza sendo uma vítima das degradações cabe à sociedade e a todas as pessoas o dever de, como cidadãos, defendê-la e preservá-la.

Para Sachs (1993, p. 39) “A promoção de uma vida sustentável deve se tornar parte da linha mestra da estratégia de desenvolvimento e não pode ter sucesso sem a participação dos grupos e das comunidades locais”. Deve haver um planejamento agrícola que desenvolva sistemas alternativos de forma a beneficiar os problemas existentes nas regiões com suas respectivas culturas.

O conceito básico do desenvolvimento equitativo em harmonia com a natureza deverá permear todo o nosso pensamento, influenciando as ações dos cidadãos, tomadores de decisão e profissionais de todas as áreas (inclusive os burocratas que preparam e avaliam projetos de desenvolvimento). A longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o adjetivo “sustentável” ou o prefixo “eco” ao se falar em desenvolvimento (loc. cit.).

Este novo paradigma deve estar, acima de tudo, embasado em políticas transparentes em todos os setores envolvidos, governo, empresários e a sociedade em geral, em busca de meios adequados para o progresso levando em consideração a harmonia ambiental.

Desta forma, na medida em que se atende para a importância de uma vida com desenvolvimento sustentado, consiste em cada pessoa, mudar as práticas pessoais, isto é, adotar medidas que venham ao encontro de uma ética para uma vida equilibrada com o meio ambiente. “A sociedade deve promover valores que apóiem esta ética, desencorajando aqueles que são incompatíveis com um modo de vida sustentável”. Acredita-se que pela informação através da “educação formal e informal”, e permitindo que cada comunidade, dentro de suas realidades, possa administrar seus problemas locais, por meio de informações adequadas,

¹³ Cf. na obra “*Do Cidadão*”, Hobbes, 1992.

propondo, assim, uma harmonia global. Pode ser um dos meios mais eficazes para transmitir a todas às pessoas a importância que terá para o meio ambiente a mudança de paradigmas (MILARÉ, 1996, p. 199). Cada cidadão poderá buscar todas estas informações num processo que pode ser chamado de cidadania, conforme é observado a seguir.

3.2 Cidadania: origem da cidadania

Com a pólis grega deu-se o surgimento da cidadania. Sendo o homem considerado um ser sociável, um animal político, as sociedades formaram-se para atender às necessidades do dia-a-dia do homem. Aristóteles (1988, p. 13) em sua obra “A Política”, assim define o objetivo da formação de uma comunidade, que “(...) toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; (...)”. Segue-se que o homem só trabalha porque visa um bem e todas as sociedades se propõem a alguma espécie de lucro. Além disso, toda comunidade existe naturalmente, ou seja, é uma criação natural a formação de comunidades pelas pessoas sociáveis. Visto que “(...) o homem é por natureza um animal social”. Por ser o único que, comparado aos outros animais, tem mecanismos para discernir o justo do injusto, está mais apto a conviver em sociedade. Para Aristóteles (op. cit., p. 15) se o homem pudesse viver sozinho, então ele seria um animal selvagem ou um deus, não poderia ser um homem comum, como os outros que vivem em sociedade. Além disso, por ser um animal perfeito para viver em sociedade, a justiça é a base desta, pois é ela que determina a vida sociável.

Como pode ser observado, na polis, a justiça é que dá garantias para que o homem possa estabelecer-se em sociedade, pois a lei garante sua cidadania. “(...) uma cidade é uma espécie de comunidade, e de fato é uma comunidade de cidadãos sob um mesmo governo, (...)”. A definição de cidadãos segue, então, às pessoas que podem administrar a justiça em uma dada comunidade e também podem exercer funções públicas, no caso podendo ser os jurados e membros de assembleias populares. Eis a definição de cidadania surgida na Grécia no Século V antes de Cristo. Mediante a lei, a democracia grega afirmava a igualdade para todos os homens adultos e todos tinham direito de participar de forma direta do governo da cidade, da polis, pois o Estado, segundo Aristóteles, constituía a forma mais elevada do ser humano. Os cidadãos tinham o direito de exprimir suas idéias e defendê-las, podiam participar diretamente das assembleias nas decisões que envolviam a polis grega (op. cit. p. 78).

3.3.2 Definindo cidadania

Segundo Covre (1991, p. 8-9), a cidadania é o “resultado de um processo dialético em incessante percurso em nossa sociedade”. Assim, o ato de votar segundo a maioria das pessoas é o de exercer a cidadania, porém ela argumenta que se este ato não estiver inserido na vida econômica, política, social e cultural das mesmas, de forma alguma será uma garantia de que estão exercendo a cidadania. A autora expõe que, “ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano”. Para serem cidadãos, as pessoas devem, acima de tudo, fazer valer seus direitos e seus deveres com respeito e com dignidade. O cidadão deve:

ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidades em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de – no bairro, sindicato, partido ou escola. E mais: pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (em nível de grandes organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI) (loc. cit.).

Neste sentido, a cidadania acontece somente quando existe a prática e a reivindicação para fazer valer os direitos do cidadão, pois é com essa ação que a sociedade está sendo lapidada e se tornando melhor. Para que os cidadãos possam realmente usar desse recurso, é necessário que esteja assegurado o direito de reivindicar os seus direitos e que isto se torne conhecido por toda população. Dessa forma, Covre define cidadania como: “A cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno” (op. cit., p. 11). As pessoas devem buscar a cidadania, lutando e propondo soluções mediante os problemas, pois esse direito à vida no sentido pleno, não atinge só um patamar da vida humana, mas todos os seus níveis. Se for construído coletivamente estará mais próximo para atender a todas as exigências da existência humana. Além disso, vale lembrar ainda que a cidadania é um princípio maior do que a preservação do meio ambiente, ela tem que ser articulada para aí sim, haver a preservação da natureza. O homem pode vir a preservar e respeitar os limites da natureza quando estiver consciente da importância da sua preservação, mediante a tomada de atitudes cidadãs.

Na visão de Motta (1998, p. 102), o conceito de cidadania evoluiu de tal forma que passou a ser visto como “uma nova compreensão do papel e inserção do ser humano na Natureza”. O conhecimento ou entendimento do que venha a ser cidadania não mais é visto

como apenas centrando o homem em seu meio social, mas surgiu a importância de sua interação com a natureza.

Ainda segundo Aguiar (1994, p. 31) é a cidadania que dá condições para o funcionamento e existência de um Estado. “(...) o Estado vive a partir da cidadania, sustenta-se pela cidadania e existe para servir aos cidadãos”. Além disso, os cidadãos devem estar sempre em vigília para que o Estado não use de seu poder de forma abusiva em relação à sociedade:

A cidadania é um conceito conquistado historicamente. Ela é uma superação da posição do súdito. O súdito é um objeto das decisões do poder. O cidadão é o sujeito das normas e ações do poder. Se o Estado dispõe de instrumentos para controlar os cidadãos, estes têm em suas mãos os instrumentos de sobrevivência ou não desse Estado (loc. cit.).

Aguiar argumenta que a cidadania pode ser considerada as lutas dos cidadãos e que, para serem efetivas socialmente devem buscar organização na forma jurídica e terem uma identidade participativa perante a sociedade, “deve estar presente no processo de apresentação, discussão e votação das leis” (op. cit., p. 32).

Além disso, é importante levar em conta o aspecto ético desse processo, que admite a possibilidade de harmonia social e eliminação do conflito, em se tratando de sociedade e normas, ou de qualquer indivíduo em seu processo de desenvolvimento.

3.3.2 Direitos e deveres do cidadão na legislação ambiental brasileira

Segundo a Constituição Federal, artigo 225, o que se refere aos deveres relativos ao meio ambiente é de competência do Poder Público e também da sociedade. Sobre isso, Neves & Tostes (1992, p. 28) destacam que somente o cidadão poderá deixar de exercer com o cumprimento de uma determinada responsabilidade, quando esta não for obrigatória por lei, enquanto que o Poder Público não pode deixar de arcar com as responsabilidades delegadas como de sua competência para executá-la.

Segundo Motta, (1998, p. 120) o Ministério Público é mais do que um aliado da cidadania ambiental. É um dos órgãos mais eficazes na defesa do meio ambiente. A cidadania pode dar sua contribuição no “campo técnico científico, com seus acervos, seja, ainda,

atuando em perícias, elaborando laudos e pareceres técnicos e fornecendo subsídios”. Para o autor citado, o “Ministério Público é, antes de tudo cidadão”.

A sociedade deve manter-se informada sobre a legislação, pois é por meio da informação do que deve ou não fazer que poderá fazer valer seus direitos e seus deveres.

Sobre esta questão, Rocha (1998, p. 154) também chama atenção para a questão do cidadão estar informado para poder fiscalizar as pessoas incumbidas de exercer responsabilidades públicas.

Sabendo o que cabe a cada um, poderemos garantir os direitos da população, cumprir nossos deveres e conclamar a sociedade a partilhar as responsabilidades conjuntas. Também precisamos saber o que cabe aos outros para podermos fiscalizar se estão cumprindo com o compromisso coletivo¹⁴ (loc. cit.).

A sociedade informada e conscientizada, participaria de modo ativo e eficiente para solucionar os diferentes aspectos dos problemas existentes, ou seja, questões locais, regionais, estaduais, nacionais, continentais e globais, contribuindo para minimizar e solucionar os danos ao meio ambiente.

A Constituição Federal, no que se refere aos principais direitos e deveres do cidadão em relação ao meio ambiente, citados por Neves e Tostes (1992) que é o direito de estar informado sobre a situação do meio ambiente e sobre a ação do Estado em sua defesa, de seu equilíbrio ecológico e adequado à sua saúde, de reparar os danos e de penalizar o responsável e ressarcir os prejuízos, de se educar sobre as questões ambientais, de ter áreas especialmente protegidas. Quanto aos deveres do cidadão: observar as regras relativas ao respeito e proteção ao meio ambiente, defendê-lo junto ao Estado, quando degradado reparar os danos causados.

Neste caso, dá-se ênfase ao terceiro item do art. 225 da Constituição Federal, pois trata da obrigação do Poder Público em criar áreas especialmente protegidas, que são as Unidades de Conservação. “Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através da lei, (...)” (BRASIL, 1998, p. 132). O Poder Público tem a obrigação de proteger os ecossistemas ameaçados e de disciplinar e fiscalizar seu uso, pois são as instituições públicas, por meio de seus agentes, as guardiães do bem coletivo. Sobre isso, Aguiar (1994, p. 69-70) posiciona-se da seguinte maneira:

¹⁴ O autor em questão, explica a noção de direito coletivo, “que tem como titular grupo, categoria ou classe (...)”.

Pela Constituição vigente, o Ministério Público alça-se como um órgão de importância para a garantia das instituições democráticas, do respeito aos direitos constitucionais e para a tutela dos interesses coletivos da sociedade. (...)

O Ministério Público é um potenciador institucional das lutas populares por um meio ambiente melhor, (...) (loc. cit.).

Segundo Mirra (1996, p. 99) o meio ambiente é sempre indisponível tanto para o Poder Público como para os particulares, pois pertence à coletividade. Essa afirmação segundo o autor está explicitada no art. 225 da Constituição Federal ao afirmar que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo. Devem estar em harmonia com o artigo citado, o Estado e a sociedade, pois acredita-se que só assim poderá haver realmente a efetivação deste direito. Além disso, para o autor, o fato de o meio ambiente ser indisponível vem garantir a sua preservação para as futuras gerações. O autor discorreu sobre a definição do meio ambiente com base na Lei citada em seguida, aduzindo o seguinte:

O meio ambiente, em termos amplos, ao contrário do que se pensa frequentemente, não é aquele conjunto de bens formado pela água, pelo ar, pelo solo, pela fauna, pela flora. Diversamente, o meio-ambiente, inclusive para a nossa legislação (art. 3º, I, da Lei nº 6.938/81), é, na verdade um conjunto de condições, leis, influências e interações, de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. É, portanto, um bem essencialmente incorpóreo e imaterial. (op. cit., p. 108)

Para Mirra (1996) é o fato de o meio ambiente ser considerado pela legislação citada (art. 3º, I, da Lei nº 6.938/81), em termos gerais como um bem incorpóreo e imaterial, que o torna indisponível. Observa-se, aqui, a importância de uma visão não dicotômica do meio ambiente, não em partes, mas, sim, uma visão que seja abrangente em todos os sentidos, uma visão de todas as coisas fazendo parte do mesmo conjunto de coisas e entre si. Formando várias teias, talvez, conforme Capra (1996). Para ele, pode ser que com uma visão ecológica profunda, o meio ambiente não seja mais ameaçado, pois como pode alguém tomar posse de algo que é de todos? Por outro lado, como se observou anteriormente, a proteção ao meio ambiente pela legislação vigente torna obrigatória sua defesa pelo Poder Público, ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Mirra (1996, p. 108-109) salienta que o que existe na realidade, não é o “monopólio do Estado na gestão da qualidade ambiental”. A sociedade deve sempre fazer parte, de forma direta, na administração da defesa do meio ambiente. Quando a Constituição cita no art. 225, o meio ambiente como bem de uso comum do povo, já está explicitando a

participação da sociedade em sua defesa que, com amplos conhecimentos de sua realidade, tem condições de atuar nas decisões que lhes interessam e, assim, promover a sua preservação. Para ao autor existem várias maneiras em que a sociedade civil poderá atuar de forma direta na administração em prol da defesa do meio ambiente:

- Participando nos processos de formulação do Direito Ambiental;
- Na criação e na execução de políticas ambientais;
- Por meio do Poder Judiciário;
- Pela informação e educação.

Na participação dos processos de normatização do Direito Ambiental, o autor argumenta a importância da Constituição Federal de 1988, que materializou referências sobre o assunto. Eis a redação: art. 14. “A soberania popular será exercida (...): II – “referendo, (...)” (BRASIL, 1998, p. 26). E art. 61. “A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e *aos cidadãos*, na forma e nos casos previstos nesta Constituição”.¹⁵ E art.61 § 2º “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei (...)” (op. cit. p. 58). Dado isso, a sociedade em geral tem oportunidade de contribuir de forma efetiva e concreta para a busca de soluções na defesa do meio ambiente.

Além disso, quanto à criação de políticas ambientais, a sociedade pode atuar por meio de seus representantes em órgãos colegiados responsáveis pela normatização de orientações por meio da participação, observação, estudo e discussão em audiências da execução de políticas públicas. Conforme Constituição Federal, art. 14, I – “plebiscito” e III – “iniciativa popular, (...)” (op. cit., p. 26) e na Constituição Estadual, no Capítulo II que trata da Seguridade Social, conforme seu artigo 152 – “O Estado participará, respeitada sua autonomia e os limites de seus recursos, das ações do sistema nacional de seguridade social. (...) § 3º - É assegurada a gestão democrática e descentralizada das ações governamentais relativas à seguridade social, com a participação da sociedade civil organizada, nos termos da lei” (SANTA CATARINA, 1989, p. 72).

Por intermédio do poder judiciário, que consiste na participação popular direta da sociedade é que se pode contribuir para a defesa do meio ambiente através da Ação Civil Pública que, por sua vez, é um instrumento do Poder Público para fazer a aplicação da Lei. As

¹⁵ No original não há grifos.

pessoas podem buscar informação sobre qualquer tipo de degradação ambiental e mesmo acionar o Ministério Público para a sua proteção (NEVES e TOSTES, 1992, p. 55).

Por fim, sobre a informação e educação, segundo Mirra (1996, p. 111), o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 expõe:

(...) XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, (...) XXXIII – todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, (...) XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal (loc. cit.).

É também importante observar o art. 225, 1º, “(...) VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (SANTA CATARINA, 1989, p. 132). Há na Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu capítulo VI que trata do Meio Ambiente, em seu artigo 182 – “Incumbe ao Estado, na forma da lei: (...) VII – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino público e privado, bem como promover a conscientização pública para preservação do meio ambiente, assegurada a atuação conjunta dos órgãos de educação e de atuação na área do meio ambiente; (...)” (op. cit., p 80). Pode-se observar, ainda, que a partir do momento em que a sociedade estiver bem informada, através dos órgãos públicos, aí sim, estes órgãos estarão enfatizando a importância desse instrumento na concretização do exercício da cidadania.

Sucedendo que a participação popular tem registro garantido na Constituição Federal, sendo assim, o exercício da cidadania implica, principalmente, na tomada de decisão, na participação direta da comunidade, dos cidadãos no campo político assegurado na constituição. Mas, vale lembrar que essa participação deve ser de cunho amplo e geral, ou seja, cada ator deve averiguar dentro de seu contexto as leis que regulam a situação ambiental e, deve ir mais além, buscar inteirar-se dentro de um contexto mais abrangente, envolvendo não só sua comunidade, mas procurar visar o contexto social geral verificando sua garantia perante a lei. Num sentido mais amplo, cada ator pode e deve assegurar a cidadania ambiental.

Segundo Morato Leite (1998, p. 64-65), o artigo 225, *caput*, da Constituição Federal está, na verdade, impondo ao Estado e à coletividade o dever de preservar o meio ambiente. E ao citar o direito que “todos têm”, denota que para a realização deste direito de forma individual não pode deixar de abarcar a esfera social, pois está implicado nela. A partir

do momento que há o entendimento sobre o meio ambiente como um bem de uso comum, seu uso tem que estar em condições de sempre levar em consideração a aplicabilidade de cunho social amplo. Argumenta, ainda, que o Estado deve fornecer todas as condições instrumentais para que os cidadãos possam executar seus direitos e que possam participar de forma ativa nas ações voltadas à defesa e proteção do meio ambiente. Dentro dessa importância cita: “O que é realmente inovador no artigo 225 é o reconhecimento da indissolubilidade do vínculo Estado-sociedade civil. Essa vinculação de interesses públicos e privados redundando em verdadeira noção de solidariedade em torno de um bem comum”.

Com a prática da democracia, o uso de instrumentos na defesa do meio ambiente por parte dos cidadãos junto ao Poder Executivo esta caminhando para uma aplicabilidade efetiva. Embora possa ser percebida a democracia, sua prática não é muito antiga pelos relatos de nossa história. Mas, por outro lado, tem havido cada vez mais pessoas que, por meio de denúncias, propõem a ética e a vontade de fazer valer os seus direitos como cidadão. Conforme expõe Aguiar (1996, p. 25-32):

“O exercício democrático da cidadania é fundamentalmente ético. É uma opção valorativa no sentido de entendimento e práticas de transformação em busca de uma sociedade mais justa, mais livre e mais feliz. Essas pautas éticas são o inverso do conformismo e estabelecem bases para a constituição de novos direitos”. Ainda Aguiar diz que: “É o mundo que modifica as leis. São as lutas sociais que instauram novos fundamentos e criam novas práticas sociais”. Quando o ser humano está engajado nas propostas que anseia para a melhoria da qualidade de vida, quando sai em busca da satisfação do ponto de vista social, estará propondo uma mudança de paradigmas, e assim, alcançar o bem-estar social que já inclui o seu próprio bem-estar.

3.3.3 O cidadão ampliando sua visão frente as questões ambientais

Segundo Aguiar (1996, p. 34), o exercício da cidadania alcançou uma visão mundial frente às situações de degradação ambiental.

Hoje, a cidadania apresenta outra dimensão. A questão de seu exercício transcende a internacionalização e invade a planetarização. Isso se dá pelo fato da produção apresentar efeitos destrutivos em todo o planeta, não mais se circunscrevendo aos

parâmetros geopolíticos do internacionalismo, mas avançando para a questão da própria sobrevivência do planeta e da espécie humana. O que leva o ser humano conceituar-se de modo diferente. Não mais um ser humano que domina a natureza para criar seu mundo, mas um ser da natureza que cria seu mundo convivendo com ela (loc. cit.).

Percebe-se, então, que essa evolução dos cidadãos frente às questões ambientais se deve ao fato de sua percepção, quando percebe que não pode mais dominar a natureza para seu benefício sem levar em conta as destruições que vêm causando. Como por exemplo, a destruição de um ecossistema que levou milhares de anos para se formar e que pode ser devastado pelo homem em poucos dias. O ser humano está aprendendo a ver a natureza como algo finito, que deve ser preservado, pois devastando a natureza a sua própria existência pode estar ameaçada.

O cidadão estando sempre a frente dos problemas ambientais, assume a postura e uma prática social e política tão importantes que o coloca no patamar do exercício de sua cidadania. Essa participação o coloca como um ser integrado no contexto social mais importante da época, que é a questão ambiental:

Logo, já que a questão ambiental é inerente à condição humana e já que os conflitos, desigualdades, opressões e dominações também perpassam por essa dimensão, nada mais evidente do que concluir sobre a existência social de uma cidadania ambiental, que luta pela realização de direitos ambientais, por via da ação política organizada (op. cit., p. 35).

Dessa forma, a participação popular em uma dada sociedade leva os atores a conquistarem espaços políticos e, com a sua prática exercerem a cidadania. Essa participação exige dos atores não somente a manifestação da cidadania como também o conhecimento, ganhado pela gestão de uma organização política, para atuar na exigência de outros direitos que possam estar em seu patamar de interesses numa dada comunidade, como por exemplo, proporcionar a educação ambiental, levando a sociedade, de modo geral, à uma nova filosofia de vida, tornando-a mais consciente para trazer soluções aos problemas ambientais e tornando-a conservacionista e também preservacionista.

3.3.4 ONG – uma proposta de cidadania

Para defender o meio ambiente de forma mais eficaz, devido à sua organização, torna-se viável a constituição de uma pessoa jurídica, como por exemplo de uma Organização Não Governamental, além da facilidade e simplicidade que se encontra para a sua criação. Além disso, segundo Aguiar (1996), uma associação é mais vantajosa, pois as responsabilidades são definidas, bem como de suas aplicações também. Outro aspecto que se torna relevante é o de que os atores estando organizados, pertencendo a uma organização social legitimada, encontram maiores facilidades em ganharem espaço político e, dessa forma, podem otimizar os recursos disponíveis e atender às expectativas da sociedade de modo geral.

Segundo Macedo (In: OLIVEIRA JÚNIOR e MORATO LEITE, 1996, p. 207-209) investigando a história sobre as ONGs latino-americanas poder ser destacado quatro correntes ideológicas, “Neo-marxista”, que tem uma concepção revolucionária de lutas de classes. A “Neo-anarquista” tem como concepção uma profunda transformação nas bases sociais e culturais da sociedade. A “Teologia da Libertação” possui como base a profunda transformação do ser humano, como libertação do pecado e da culpa baseando-se na solidariedade das pessoas. A “Articulista” propõe uma sociedade civil organizada como o principal embasamento para a democracia.

As ONGs são movimentos organizados de pessoas com os mesmos interesses e ideais que oportunizaram a institucionalização. Para o autor, estas associações são extremamente importantes para que uma comunidade possa defender seus direitos coletivos e em consequência disto, aperfeiçoar a democracia, já que tem a participação da sociedade atuante em todas as decisões que implicam interesses ao grupo. Dada a importância das ONGs, o autor argumenta, “As associações são tão importantes que não raro costuma-se medir o grau de ‘espaço democrático’ em uma dada sociedade pelo número total de associações em relação ao total da população”. Como pode ser observado, para o autor as associações são as provas de que a democracia está evoluindo (op. cit., p. 206-210).

Segundo Scherer-Warrem (1995, p. 16-169) as ONGs são, geralmente, entidades voltadas para a população mais carente ou para situações problemáticas, intervindo por meio de projetos de assistência, de desenvolvimento ou de defesa de direitos humanos e ambientalistas. Quanto aos critérios de funcionalidade, no Brasil elas têm se caracterizado como entidades de assessoria, apoio, promoção, educação e defesa de direitos humanos e ambientalistas. Há preocupação em relação aos aspectos políticos e prioridade às questões que envolvem a defesa da cidadania e da construção de uma sociedade civil mais participativa e

mais justa, visando também o problema da destruição ambiental. Quanto à organização das ONGs, possui as seguintes características:

- Têm certa permanência organizacional e institucional;
- É privada, mas com fins públicos;
- É sem fins lucrativos para todos os seus membros;
- É autogovernada (tem seu próprio estatuto);
- Tem um certo grau de participação voluntária.

Quanto a sua aplicabilidade:

- Mediações de caráter educacional, informativo e político;
- Assessoria técnica, de pesquisa, documental etc.;
- Prestação de serviços, apoio material, logístico e de solidariedade;
- Também articulam experiências congêneres.

Que público atinge:

- Para populações ou segmentos da sociedade civil.

O que pode fazer:

- Visa expandir o poder participativo da sociedade civil;
- Pode fazer algum tipo de transformações locais ou de maneira global;
- Desenvolve processos educacionais e de capacitação, buscando construir a cidadania.

Alguns tipos de ONGs, por meio de intercâmbios e articulações, interessadas num trabalho de cunho social, educativo, partem para a análise do Estado, do mercado e da Sociedade Civil, de forma que corroboram para a expansão da democracia mediante a organização desta Sociedade. Tentam estimular para a participação contínua da sociedade, por meio de suas organizações e pela abertura de novas políticas públicas que visem a ampliação do espaço da cidadania e a democracia para os poderes locais e regionais (loc. cit).

Na verdade, as ONGs podem ser vistas como um complemento das diversas ações do Estado na sociedade de modo geral. “Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com trabalho voluntário. Atuam através da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade” (LANDIM *apud* TENÓRIO, 1998, p. 11). Assim, dada a dificuldade do Estado em atender os vários seguimentos da Sociedade Civil, a ONG veio para atuar na busca de resoluções, aproximando

as esferas sociais mais desfavorecidas na tomada de decisões, para juntos encontrarem meios eficazes para o desenvolvimento social.

Citado por Tenório (op. cit., p. 14-15), a avaliação realizada pelo Banco Mundial sobre o desempenho das ONGs observa os seguintes fatores que implicam o seu desenvolvimento, tais como: “em termos de eficácia, por vezes o resultado alcançado por essas organizações pode ser questionado”; e “em termos de eficiência, as ONGs apresentam algumas limitações na área administrativa, como desempenho gerencial, profissionalização de pessoal, administração de custos indiretos, entre outros elementos relativos a sua operacionalização”. Segundo o autor, estes resultados poderão ser avaliados a longo prazo, mas há uma certa carência para a obtenção dos dados. Dessa forma, o autor expõe algumas alternativas para o desempenho das Organizações Não-Governamentais, a saber,

Trabalhar por meio de redes; identificar claramente produtos, áreas de atuação e cidadãos-beneficiários¹⁶; Compartilhar ou dividir mercados; criar mecanismos mais eficazes de controle que possibilitem avaliar o impacto das ações executadas; ganhar maior visibilidade perante a sociedade divulgando o produto do trabalho realizado são alguns dos resultados que se podem esperar desse aprendizado (loc. cit.).

Deve haver uma maior divulgação para a sociedade das ações realizadas pelas ONGs, isto é, mais clareza do que fazem, e também, haver organização no sentido de controlar todas as atuações efetivadas.

Benjamin (1995, p. 131) argumenta sobre a importância das organizações para a efetivação dos direitos dos cidadãos num Estado centralizador:

Não há proteção do meio ambiente e do consumidor verdadeira e duradoura sem uma sociedade civil organizada e participativa; isso, no tema que tratamos, só se dá através da criação e funcionamento efetivo de organizações não-governamentais (ONGs), que atuam – ou devem atuar – em conjunto com o Estado, Ministério Público e os próprios cidadãos isolados (loc. cit.).

Na perspectiva do autor, as ONGs têm grande importância, pois além de representar os interesses daqueles que são distantes da esfera social, também ajuda na organização e fiscalização dos interesses desta parcela social. Fazendo-os com que se tornem realmente cidadãos.

¹⁶ O referido autor esclarece em nota: “O termo *cidadão-beneficiário* foi proposto pelo professor Fernando Tenório, da EBAP/FGV, em substituição a população-alvo, grupo-alvo, beneficiário, usuário ou cliente, a fim de incorporar o conceito de ‘cidadania’ à formação, à implementação e a avaliação das políticas sociais.” (TENÓRIO, 1998, p.15)

Mas, por outro lado, o autor (op. cit.) argumenta que as organizações brasileiras não estão fortalecidas devido aos costumes de um povo que sempre foi muito dominado em virtude das políticas mantidas em regimes autoritários num passado não muito distante.

Embora possa pensar-se que talvez ainda esteja presente na realidade da grande maioria que não aprendeu ainda o que é ser cidadão, as ONGs vieram para trazer a reflexão sobre as questões políticas do ponto de vista da exigência de um novo perfil de cidadão, este, muito mais participativo, querendo e propondo harmonia ambiental.

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 Contextualização

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado em novembro de 1975 e abrange nove municípios: Águas Mornas, Florianópolis, Garopaba, Imaruí, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Martinho.

Com uma área de 87.405 hectares, esta Unidade de Conservação de uso indireto é uma das áreas mais importantes para a manutenção da biodiversidade em Santa Catarina.

Fazendo parte desta Unidade de Conservação, a comunidade de Vargem do Braço (Anexo B), a qual será objeto de estudo, onde se localiza a bacia hidrográfica do rio de mesmo nome, faz parte do município de Santo Amaro da Imperatriz, cidade localizada na região da Grande Florianópolis, (Anexo A). Atualmente, vivem na comunidade aproximadamente quarenta famílias.¹⁷

Com a transformação da região em Parque, há conflitos entre a comunidade de Vargem do Braço e o Estado. A comunidade sofre limitações nos usos tradicionais de sua cultura em decorrência das restrições de uso econômico direto da área do Parque. Com isso, alguns moradores foram saindo de suas terras, vendendo-as, outros, sem alternativas para a sobrevivência fora do Parque, continuam a viver na área com a esperança de uma solução. Segundo estudos realizados por Colombo, (1997, p. 8) são famílias tradicionais que se mantiveram na área, e em constante conflito com os órgãos de fiscalização, “FATMA,

¹⁷ Cf. a contagem da população da região denominada “Setor 12” pelo IBGE (abrangendo outras localidades), o total de domicílios é 220 e o total de população é 839.

“Setor 12:

12 1 1 FOZ DO ‘RIO FELICIO’ NO ‘RIO CUBATÃO’
12 2 1 DO PONTO INICIAL SEGUE PELO ‘RIO CUBATÃO’ (LIMITE COM PALHOÇA) ATÉ A FOZ DO “RIO
12 2 2 SANGA GRANDE” POR ESTE ATÉ SUA MAIS ALTA NASCENTE, DALI SEGUE PELO + DIVISOR DE
12 2 3 ÁGUAS + (LIMITE COM PALHOÇA) ATÉ A ‘SERRA DO CAMBIRELA’ (LIMITE COM PALHOÇA) POR
12 2 4 ESTA ATÉ A ‘SERRA DO TABULEIRO’ (LIMITE COM PAULO LOPES) POR ESTA ATÉ O + LIMITE
12 2 5 COM SÃO BONIFÁCIO + POR ESTE ATÉ A MAIS ALTA NASCENTE DO ‘RIBEIRÃO VERMELHO’
12 2 6 LIMITE COM ‘ÁGUAS MORNAS’ POR ESTE ATÉ O ‘RIO CUBATÃO’ POR ESTE ATÉ A + CASA DE
12 2 7 ADEMIR PEDRO HOMEM + (EXCLUSIVE) DALI SEGUE EM LINHA SECA PASSANDO PELAS +
12 2 8 CASAS DE ALFREDO PEREIRA E SEBASTIÃO ZILDO MEINCHINN + E PELOS FUNDOS DO +
12 2 9 HOTEL PLAZA + ATÉ A ‘GRUTA’ NA ‘ESTRADA VARGEM DO BRAÇO’ POR ESTA ATÉ A
12 2 10 ‘ESTRADA RM 485’ POR ESTA ATÉ O ‘RIO DO BRAÇO’ POR ESTE PASSANDO PELA ‘REPRESA
12 2 11 DOS PILÕES’ ATÉ A ‘ESTRADA SÃO SEBASTIÃO OU SUL DO RIO’ POR ESTA ATÉ A + ANTIGA

IBAMA e a Polícia de Proteção Ambiental, (...)”. Segundo a autora, é angustiante para os moradores da comunidade a demora, a espera por uma atenção sobre a problemática em questão, pois já faz 25 anos que o problema existe.

Nesta comunidade de Vargem do Braço, apenas uma parte dos agricultores trabalha com agricultura orgânica e tem, como meio de subsistência, a produção de hortifrutigranjeiros. Os outros, para exterminarem as pragas que ocorrem nas plantações, fazem uso de agrotóxicos e, com isso, o meio ambiente está sendo seriamente afetado. As lavouras são plantadas também nas proximidades do rio, desta forma, através das chuvas, são levados detritos e agrotóxicos para os cursos d’água do rio que deságua na bacia hidrográfica do rio Vargem do Braço. A prática agrícola atual, sob condições tecnicamente inadequadas, está favorecendo o impacto ambiental. Com isso, além de causar danos sérios ao estado natural do meio ambiente, favorecendo a retomada da erosão nas nascentes e nas encostas, a prática agrícola pode causar a morte dos peixes, das aves e de outros animais que ali vivem poluindo a água da bacia hidrográfica, a qual abastece a população florianopolitana.

Com base nos dados acima, houve intervenção por parte do órgão administrador do Parque sobre as ações da comunidade, como tentativas de impedimento de construções na região, entre outras. Com isso, os agricultores da comunidade sentiram-se ameaçados, pois não encontraram outra alternativa para sobreviverem. Além disso, apenas em uma parte das terras o uso da agricultura orgânica está sendo praticada, no restante das terras o uso da agricultura tradicional continua, usando insumos químicos. A mudança de agricultura está ocorrendo para se adequar a legislação e satisfazer exigências de um novo mercado que usa aproveitamento sustentável com a produção orgânica.

Observa-se que o papel do Poder Público é proteger o meio ambiente quando não permite a poluição da bacia hidrográfica, ou seja, tenta proteger a fauna e flora no Parque. Mas, o homem também faz parte do meio ambiente e ficou à mercê da situação. “Com quase dois séculos, numa contínua relação de exploração da natureza, os moradores tradicionais, nas duas últimas décadas, sentem-se presos e ameaçados pelas políticas públicas de proteção integral àquela Unidade de Conservação” (op. cit., p. 9). O Poder Público transformou a região em Parque e as pessoas perderam a liberdade de fazer o que, até então, vinham fazendo. Os moradores precisam de alternativas para sobreviver. Houve uma mudança no aspecto econômico e a comunidade está com dificuldades em manter sua produtividade.

12.2 12 ESCOLA + (EXCLUSIVE) DALI SEGUE EM LINHA SECA (LIMITE DO PERÍMETRO URBANO) ATÉ O PONTO INICIAL.” (IBGE, 1996).

Outro aspecto que foi alterado, mediante a intervenção do Poder Público, foi a formação de uma associação entre os moradores daquela localidade, organizada em função da adaptação da área em Unidade de Conservação. Numa tentativa de buscar soluções para o problema, a comunidade, juntamente com outras comunidades de localidades pertencentes à parte interna do Parque ou às regiões consideradas locais adjacentes, formaram uma cooperativa, que, no momento, conta com a participação de vários membros.

Por ser um Parque, as propriedades são dependentes, isto é, não são livres para fazerem o que querem ou almejam. Dessa forma, a situação dos moradores ainda não está regularizada pelos Órgãos Públicos. Portanto, para dar início à definição do uso de cada região do Parque, foi iniciado em 1999 o zoneamento¹⁸ que vai identificar as áreas e definir o uso, obedecendo aos critérios de uma Unidade de Conservação. O zoneamento está sendo realizado pelas seguintes empresas: “Dinâmica Projetos Especiais” e “Socioambiental – Consultores Associados Ltda.”. Do estudo, resultará a proposta de zoneamento a ser aprovada por Decreto na Assembléia Legislativa. O resultado poderá atender aos interesses dos setores envolvidos, da sociedade civil e o do Estado.

Além disso, para a resolução da situação em que a comunidade se encontra, é necessário que haja uma regulamentação da lei que transformou a região em Parque. Com isso, percebe-se, então, a necessidade de um entendimento entre essa comunidade e o Estado.

A luta pela convivência harmônica com o meio ambiente é missão política, ética e jurídica de todos os cidadãos, pois estes devem ter consciência dos danos que podem causar ao meio ambiente. Devem buscar a solução por meio de uma convivência pacífica entre os atores envolvidos. Para haver este entendimento, os atores amparados na legislação precisam buscar meios para se informarem e se organizarem com o fim de formar a cidadania. Além disso, para haver um equilíbrio ecológico, a cidadania é extremamente importante, pois vem proporcionar uma visão do homem junto à natureza. A cidadania garante aos atores sociais informações adequadas sobre o que deve ser feito para proporcionar um meio ambiente preservado. A gestão ambiental também deve levar em conta a ética, pois se trata de uma

¹⁸ “Zoneamento. Ato ou efeito de zonedar. Divisão nacional de uma área urbana em setores reservados a certas atividades.” (FERREIRA, 1986, p. 1486). “Zoneamento ecológico-econômico. 1 Zoneamento que leve em conta a estrutura e a dinâmica ambiental e econômica, bem como valores históricos-evolutivos do patrimônio biológico e cultural do País. Os trabalhos de zoneamento devem ser conduzidos com abordagem interdisciplinar que vise a integração de fatores e processos e com visão sistêmica que propicie a análise de causa e efeito, permitindo estabelecer as relações de interdependência entre os subsistemas físico-bióticos e sócio-econômicos. (...)” 2. Zoneamento que, na ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, estabelece as normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agro-pastoris, extrativistas, culturais e outras. (Resolução do CONAMA nº 010, de 1 de outubro de 1988). (LIMA e SILVA, et al. 1999, p. 240). Ainda, conforme o Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979, o artigo 7º estabelece as zonas dos Parques Nacionais Brasileiros, verificado anteriormente no Segundo Capítulo.

questão que envolve escolhas, decisões e respostas ao destino das questões socioambientais. A ética entra como norteadora e condutora nas relações sociais. A ética pode fundamentar o discurso, pois é um instrumento de decisão na elaboração de respostas e questionamentos para todos os tipos de relações que o homem constrói para a sua sobrevivência. Na comunidade de Vargem do Braço, a ética pode atuar buscando o aprofundamento na investigação e formulação de respostas adequadas à problemática existente, que é a intervenção do Estado na comunidade, para que esta não polua o meio ambiente.

Um fator extremamente importante, que talvez tenha sido esquecido conforme expõe Aguiar (1994, p. 47), é o de que: “Não se resgata um ambiente sem resgatar o ser humano que nele vive. A luta pela promoção de um meio ambiente harmônico passa pela luta que promove a dignidade da pessoa. A luta ambiental não pode cair no perigo da coisificação do homem e da humanização da natureza, (...)”.

Frente a estes problemas, foi formalizada uma Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental para o Parque, cujos objetivos consistem em proporcionar a disseminação de informações para a preservação do meio ambiente a todas as sociedades que devem estar envolvidas com esta Unidade de Conservação. A comissão é composta pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, que também coordena a comissão, formada pelos seguintes órgãos (SANTA CATARINA, 1999c, p. 1):

- Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN;
- Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – CPPA;
- Conselho Intermunicipal para Implantação do PEST;
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI;
- Laboratório de Educação Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina – LEA/UFSC;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura – SDA;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM;
- Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Esta Comissão criou um Programa de Educação Ambiental para o Parque com diretrizes abrangendo as comunidades, sua sensibilização e capacidade, bem como as lideranças, os técnicos e as autoridades.

4.2 Aspectos históricos e culturais

Segundo Guivant (1992, p. 187), os primeiros habitantes de origem européia que vieram colonizar Santa Catarina fundaram a primeira colônia em São Pedro de Alcântara, próximo ao município de Santo Amaro da Imperatriz. Mais tarde, com o declínio da colônia, os colonos procuraram se estabelecer nos arredores da região. Uma das comunidades de nome Teresópolis, formou-se no município de Águas Mornas que antes pertencia a Santo Amaro da Imperatriz. Dessa comunidade, surgiu a comunidade de Vargem do Braço, quando alguns colonos resolveram procurar terras com melhores condições para produzirem.

Dessa forma, no final do século XIX e início do Século XX, a região, onde fica localizada a comunidade de Vargem do Braço, começou a ser explorada pelos colonos alemães. Estabeleceram-se nas margens dos rios, construíram engenhos de açúcar e de farinha de mandioca, com isso, parte das matas foi derrubada com a exploração da madeira e das plantações, para serem utilizados nos fornos dos engenhos. As derrubadas de matas deram-se principalmente para a lavoura agrícola, os colonos adotaram a prática da rotação de áreas, cortando e queimando partes da mata. Por certo tempo, esta terra ia sendo deixada de lado para a recuperação da fertilidade, e, então, era desmatada uma outra área da floresta (op. cit.).

Observa-se que o desmatamento realizado na região Vargem do Braço deu-se, na maioria das vezes, através de queimadas. “Os desmatamentos e as queimadas, são comuns, inclusive na porção sul do município de Santo Amaro da Imperatriz, nos contrafortes da Serra do Tabuleiro onde nasce o Rio Vargem do Braço (...)” (OLIVEIRA, 1997, p. 89). Uma prática bastante prejudicial para o ecossistema, pois acarreta perda da fertilidade da terra, a queima de seus nutrientes.

A histórica da ocupação das planícies com atividades agrícolas é uma prática marcante no vale do rio Vargem do Braço. Segundo pesquisa realizada por Pereira (1992, p. 98), existiam áreas intensamente utilizadas e submetidas a culturas cíclicas como feijão, milho, tomate, batata-doce, couve e tabaco. Ainda, segundo Guivant (1992, p. 191) parte da cultura foi originada pelos indígenas que plantavam a mandioca, o milho, o feijão preto, a batata e cana de açúcar. Na agropecuária, criavam bovinos e a suínocultura colonial.

Outra característica são as pressões sofridas pela comunidade para que vá aos poucos se desintegrando. Observa-se que, há mais de vinte e cinco anos, os moradores de Vargem do Braço vêm tentando, por meio de conflitos, conviver em suas terras dentro do Parque. Sobre isso, Amaral (1998) expõe que, em 1991, defendeu a ação do Projeto Microbacias Hidrográficas com o propósito de retirar todas as pessoas da região.

Apesar da proposta nitidamente conservacionista do projeto para a área, a visão dominante da preservação com total separação entre o homem e a natureza, somada à forma de interpretação da legislação ambiental, levou os técnicos da FATMA, da coordenação do Projeto Microbacias e do Banco Mundial (BIRD) a vetarem a execução da proposta e, conseqüentemente, à permanência das pessoas na área (op. cit. p. 14).

Mas, segundo Amaral (op. cit., p. 15), passados sete anos de sua intervenção, não foi feito nenhum trabalho no sentido de proporcionar para a comunidade a sua convivência harmoniosa com a natureza dentro dos limites do Parque. Diante desta questão, Amaral, em sua dissertação, estabeleceu como objetivo “levantar estratégias que permitam viabilizar a permanência de comunidades rurais em porções específicas de Parques, dentro de critérios definidos em lei.”

Amaral (op. cit., p. 143-144) caracteriza as pessoas que não residem dentro do Parque como “pessoas de fora”, dentre estas, estão os “arrendeiros”, são pessoas que moram em outras localidades e trabalham com a agricultura e, para ampliarem a produção, arrendam áreas pertencentes à comunidade de Vargem do Braço. Nas suas plantações, fazem uso de “agrotóxicos e adubos químicos”. Segundo o autor, pelo fato de esses agricultores não residirem na comunidade, não observam o cuidado que deve haver com a natureza no manuseio de suas práticas agrícolas.

4.3 Aspectos físicos - Localização geográfica e condições de acesso

A comunidade de Vargem do Braço pertence ao município de Santo Amaro da Imperatriz, região da grande Florianópolis. A distância das nascentes do rio Vargem do Braço até o centro da Capital é de aproximadamente 50 Km. O acesso é feito por uma estrada de Santo Amaro da Imperatriz até a entrada que leva ao Hotel Caldas da Imperatriz. A comunidade fica localizada em um vale e possui altitude de 360 metros do nível do mar. A área total corresponde a 13.004 hectares. São cultivados 230 hectares da área total e mais 180 hectares com pastagens, sendo que aproximadamente 12.594 hectares de área possuem florestas. As extremidades das terras da região de Vargem do Braço estão assim representadas:

Norte: Com o Rio Vargem do Braço, Terras do Estado de Santa Catarina (CASAN) e terras de quem de direito;

Sul: com o rio Cachoeira do Sul, afluente do Rio da Madre, com terras de quem de direito, terminando nas terras pertencentes ao governo do Estado de Santa Catarina (FATMA) anteriormente pertencentes a Irineu José Coelho;

Leste: Com a Serra da Curota, com terras que se afirmam pertencer a Laudelino Augusto Weis, José Becker, com terras do Estado de Santa Catarina (CASAN), com terras devolutas, terminando nas terras pertencentes ao Governo do Estado de Santa Catarina (FATMA) anteriormente, pertencentes a Indústria e Comércio de Madeiras Natividade Ltda. – INCOMADA;

Oeste: Com o Rio Vargem do Braço, com terras que se afirmam pertencer a Companhia Madeira Santo Amaro Indústria e Comércio – CIAMA e com terras de quem de direito (SANTA CATARINA, 1993., p. 1-2):

4.3.1 Relevô

Na região de Vargem do Braço, há uma pequena planície situada nas proximidades do rio de mesmo nome, o restante das terras é muito acidentado em virtude das montanhas. O rio Vargem do Braço nasce nas costas altimétricas mais elevadas da Serra do Tabuleiro, e corre na direção SW-NE, juntando-se ao rio Cubatão, o refluxo da captação da CASAN.

4.3.2 Hidrografia

O rio Vargem do Braço nasce na Serra do Tabuleiro (Figura 12) com uma altitude de 1000 metros, apresenta sua nascente a 1200m e tem um desnível de 900 metros em 10 km, a sua declividade de 71% até sua foz que fica no rio Cubatão. A média de sua declividade é de 14,5% “Tal situação é devido a diferenciação litológica e a idade das rochas” (SILVA, 1985, p. 09).

Os principais afluentes do rio Vargem do Braço são: “os rios Nova Descoberta, Cachoeira do Braço (também denominado rio da Sanga), e riacho da Cachoeira, pela margem direita e o córrego Cachoeirinha pela margem esquerda” (op. cit.).

Outra característica do rio Vargem do Braço é a de que suas águas trabalham em rochas cristalinas e sua bacia tem aproximadamente 100m². Possui uma represa que fica localizada no Salto dos Pilões a 230 metros. Esta bacia é de extrema importância com suas águas cristalinas abastecendo as seguintes cidades: Florianópolis, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz: “A vazão aduzida pelo sistema de Pilões é de ordem de 500

litros/segundo correspondendo a um volume aduzido diário de 43.200m³, sendo o consumo ‘per capita’ da ordem de 330 litros/dia” (op. cit., p. 76-77).

Observando o Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, percebe-se a peculiaridade que o rio Vargem do Braço apresenta em relação ao fundo do vale, “entre as costas de 280 a 400 metros, bastante dilatado e aplainado, apresentando em certos trechos um aplainamento de até 2 km, conforme perfis feitos”. Esta diferença é explicada devido à diferença “litológica” e à “linha de falha” (op. cit.).

Segundo Amaral (1998, p. 124) “O rio Vargem do Braço é a principal fonte de abastecimento de água dos municípios da Grande Florianópolis (Figuras: 13/14/15). Durante meio século, o rio Vargem do Braço foi a única fonte de abastecimento para a região”. Atualmente, retira-se água também do rio Cubatão, embora em quantidade menor do que a retirada do rio Vargem do Braço, conforme informações da CASAN.

A área da região de Vargem do Braço possui uma importante rede hidrográfica, basta observar os diversos riachos e córregos na extensão de toda a região, como: Cachoeira Branca, Rio Vermelho e a Cachoeira Negra. Todos os córregos e riachos existentes na região deságuam no rio Vargem do Braço.

4.3.2.1 Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão, no qual deságua o rio Vargem do Braço

Segundo Maganini & Nehab (1976, p. 82) “os rios da Bacia Hidrográfica do Cubatão do Sul são do tipo encaichoeirados (...)”. Isto significa que o rio Vargem do Braço que deságua no rio Cubatão e que possui maior altitude chegando a 1,215 metros, é um dos principais afluentes do rio Cubatão. Os outros são: Rio das Águas Claras, Rio Vermelho, Rio das Antas e Rio dos Porcos.

A situação da bacia hidrográfica do rio Cubatão do Sul também apresenta problemas, segundo o Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico da Grande Florianópolis, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente – SDM há fortes indícios de degradação ambiental. Entre as principais fontes poluidoras, estão: os esgotos domiciliares, hospitalar, agrotóxicos, a poluição industrial e degradação do solo (OLIVEIRA, 1997, p. 7).

Foi a partir da década de 1980, que se construiu uma “Estação de Tratamento de Água no Morro dos Quadros em Palhoça. Atualmente, segundo informações da CASAN, a

relação de mistura da água é de 30% para a água do rio Cubatão e de 70% para a água do rio Vargem do Braço” (AMARAL, 1998, p. 124).

4.3.3 Aspectos da vegetação

Toda a extensão do vale e as encostas adjacentes eram ocupadas pela vegetação da Mata Atlântica, “Apresentando uma heterogeneidade onde se constitui uma área representativa de amostra do remanescente da floresta pluvial da encosta atlântica”. Atualmente, na extensão do vale, onde havia florestas, há o cultivo da agricultura e, somente nos lugares mais difíceis, há a prática agrícola, nas encostas que não são tão íngremes a floresta foi substituída por pastagens. Na região, também se encontra o reflorestamento de *Pinus* em uma área de 148 hectares (SANTA CATARINA, 1997, p. 4).

4.3.4 Clima

Classificado como mesotérmico úmido e sem estação definida, assim é o clima da região com temperaturas que variam de: a máxima de 35° C, a média de 20° C e a mínima de 1° C. O clima apresenta um índice pluviométrico que varia de 70 mm a 260 mm, sendo que, nos meses de janeiro a março, apresenta maior intensidade. Na região, há também ocorrência de geadas principalmente nos meses de junho e julho (MAGNANINI e NEHAB, 1976)

4.4 Aspectos econômicos

A atividade agrícola é composta pelos produtos: “milho, feijão, feijão de vargem, tomate, batata, aipim, amendoim, batata-doce, ervilha e vários tipos de verduras”.¹⁹

Pode-se observar que, na época da criação do Parque, pelo menos no que consta do Plano Diretor, já havia problemas por parte dos agricultores em manter suas plantações, basta para isso, verificar que:

¹⁹ Cf. entrevistas realizada na comunidade de Vargem do Braço no Capítulo VI.

“Apenas na área do Rio Vargem do Braço é que existe empreendimentos agrícolas mais acentuados (Figuras: 35/36/37), circunstância altamente prejudicial aos interesses da coletividade catarinense uma vez que aquelas atividades estão justamente a montante da captação de água potável para Florianópolis e arredores” (op. cit., p. 117). O problema já havia sido detectado no início da criação do Parque, embora, na atualidade, ainda continue sem uma solução plausível.

Com isso, houve a desmotivação por parte de alguns moradores da área interna do Parque, levando-os a um nível de vida precário:

“O baixo nível de vida e a precariedade do sistema de trabalho sem melhoria das perspectivas, num futuro próximo, obriga os moradores a incentivarem o êxodo de seus filhos a procura de outras oportunidades em Florianópolis” (op. cit., p. 119). Pode ser constatado que os moradores antigos da comunidade de Vargem do Braço há muito vêm sofrendo devido à morosidade da definição sobre suas propriedades. Não sabe o que o futuro lhes propõe, isto é, ou regularizam a situação dentro do Parque, ou serão indenizados e sairão da localidade.

CAPÍTULO V

REFERENCIAL METODOLÓGICO

5.1 Questões de pesquisa

A metodologia aplicada na investigação será iniciada na busca e nos caminhos percorridos que possam fornecer as informações necessárias à problemática em questão, enfocando a cidadania para a preservação do meio ambiente.

Para a elaboração e o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se uma revisão de trabalhos já realizados sobre a comunidade, o município de Santo Amaro da Imperatriz e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A bibliografia consta o início das primeiras Unidades de Conservação e os tipos existentes. Foi analisada, também, a legislação concernente a uma Unidade de Conservação de categoria Parque e parte da legislação ambiental concernente à flora e fauna. Buscou-se analisar o conceito de Organização Não-Governamental e sua relevância para a formação da cidadania frente às questões ambientais.

Dada a problemática em questão, pesquisou-se sobre a cidadania e também as implicações da ética sobre o meio ambiente. Devido à transformação da área em Parque, buscou-se analisar a questão da propriedade, como por exemplo: o que implica uma desapropriação e como a propriedade pode ser legitimada e, ainda, algumas desapropriações e desanexações já realizadas no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Também se observaram certas ações do Poder Público sobre as questões ambientais.

Para a descrição dos dados referentes à criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, foi analisada a documentação que consta nos arquivos da FATMA: o Plano Diretor do Parque entre outros documentos existentes, pertinentes à criação do Parque.

Num trabalho de cidadania, buscaram-se informações dos Órgãos Públicos sobre a comunidade em questão e informações na própria comunidade.

Para obter informações sobre a comunidade de Vargem do Braço, além de dados coletados junto aos proprietários de terras da comunidade, que são: agricultores e sitiantes, também foram entrevistados atores de órgãos que detêm informações sobre a comunidade, objetivando uma melhor compreensão da problemática.

5.2 Identificação e critérios de seleção dos atores

Para a pesquisa, buscou-se identificar os atores mediante as instituições ou os Órgãos Públicos que atuam no Estado e Município, observando os critérios de interferência destes atores na problemática da comunidade em questão.

Na comunidade, foram aplicados questionários a todos os agricultores que trabalham com a agricultura orgânica, destacando que esse modelo tem relevante papel, principalmente, por envolver uma comunidade dentro de uma Unidade de Conservação. Entrevistou-se também os que usam agrotóxicos, para mostrar e destacar esta prática em uma região considerada Unidade de Conservação.

5.3 Identificação de conflitos

Durante o processo de investigação para a coleta dos dados, observaram-se certos conflitos entre os atores dos órgãos envolvidos na problemática da comunidade de Vargem do Braço. No início, houve certas restrições quanto ao fornecimento de dados à entrevistadora por parte de alguns agricultores e funcionários de órgãos públicos, devido aos conflitos que já aconteceram na região. Estes últimos não aceitam a existência de moradores em área do Parque.

5.4 Metodologia científica adotada

As questões da Metodologia Científica foram baseadas nos dados de Silva & Menezes (2000), sendo que o aprofundamento recomendado foi realizado utilizando basicamente o referencial metodológico de Gil (1994).

5.4.1 Nível da pesquisa

O nível da pesquisa utilizado foi o exploratório, tendo a intenção de desenvolver resultados com mais familiaridade com a comunidade em questão e os órgãos que detêm informações sobre a comunidade de Vargem do Braço.

5.4.2 Delineamento da pesquisa

Utilizou-se pesquisa **bibliográfica e documental** numa tentativa de incorporar as informações sobre a questão da comunidade dentro de um Parque. Os dados para o **estudo de caso** foram fornecidos pelos moradores da comunidade de Vargem do Braço e por pessoas que trabalham no Poder Público e que detêm informações sobre o assunto em questão.

Será abordada **qualitativamente** como proposta de pesquisa, visando o estudo de caso e objetivando, assim, por um processo investigatório, alcançar toda a problemática que envolve a comunidade de Vargem do Braço.

5.4.3 Tipo de amostragem

A amostragem por **acessibilidade** foi utilizada para os atores que trabalham com o uso de agrotóxicos na comunidade e os que trabalham na agricultura orgânica. O referido método de coleta de amostragem foi adotado pelo motivo de que alguns agricultores trabalham em locais de difícil acesso, não sendo possível a coleta de dados destes.

Para os atores dos órgãos públicos, a amostragem utilizada foi a **intencional**, objetivando procurar pessoas-chaves para o assunto em questão.

5.4.4 Técnica de Coleta de Dados

A observação utilizada foi **simples**, optou-se por esta técnica por ser uma maneira que se adequa aos estudos exploratórios. Este tipo de coleta, do não-envolvimento do observador com o objeto a ser observado, também fornece e garante as exigências requeridas nos procedimentos científicos.

Foram efetuadas **entrevistas por pautas** para os atores dos órgãos do Poder Público que detêm informações sobre a problemática em questão.

E, também foram aplicadas **entrevistas estruturadas**. Utilizou-se a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, conforme modelo anexo, para coletar os dados dos agricultores na comunidade.

As primeiras entrevistas forneceram dados importantes para o andamento da pesquisa. Com estas entrevistas, foi possível levantar dados muito úteis sobre o processo de transformação da área em uma Unidade de Conservação.

Nas primeiras visitas à comunidade de Vargem do Braço, constatou-se a situação dos moradores daquela região, as dificuldades para manterem uma associação organizada, e, acima de tudo, informada.

Foram entrevistados todos os agricultores da região de Vargem do Braço que trabalham com a agricultura sem insumos químicos. São duas associações, “Associação Ecológica Recanto da Natureza” e “Associação Ecológica Verde Serra”, que são compostas por 11 famílias e, além destas, há uma família que também trabalha com a agricultura orgânica, mas não faz parte das associações, correspondendo a 12 famílias não usuárias de agrotóxicos.

Os agricultores, que trabalham com a agricultura tradicional e que utilizam insumos químicos em suas lavouras, também foram entrevistados, correspondendo a cinco famílias.

Há também o agricultor que não reside na região, mas possui terras na comunidade e utiliza insumos químicos em suas plantações. Deste tipo de agricultor entrevistou-se uma família.

Três famílias de sitiantes de fins de semana foram entrevistadas.

Ao todo, 21 famílias foram entrevistadas, ficando assim a caracterização e distribuição:

Tabela 2 - Caracterização dos proprietários entrevistados

COMUNIDADE - VARGEM DO BRAÇO			
Agricultores que trabalham com o modelo orgânico	Agricultores que trabalham com o uso de agrotóxicos e residem na comunidade	Agricultores que trabalham com o uso de agrotóxicos e não residem na comunidade	Sitiantes de finais de semana
12 famílias	05 famílias	01 família	03 famílias

Fonte: Elaborado pela autora.

As estratégias de ação iniciaram-se com entrevistas para levantamento de dados. O questionário usado para as entrevistas com os agricultores, que trabalham com o modelo orgânico, foi o mesmo usado (Anexo C) para obter os “Dados conjunturais para a

sustentabilidade de Rancho Queimado/SC”, elaborado pelos alunos nas disciplinas Avaliação de Impacto Ambiental e Sustentabilidade Aplicada,²⁰ no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. A escolha pelo questionário deu-se em função de ele ter sido criado visando sua aplicação em um município que também tem terras pertencentes ao Parque, e, além disso, por já ter sido aplicado com sucesso na região. Algumas alterações foram feitas visando facilitar o levantamento de dados para o enfoque da pesquisa. Os questionários foram aplicados quando o trabalhador estava em suas funções habituais, facilitando a compreensão das questões respondidas. Todas as residências dos proprietários entrevistados foram visitadas, também visando uma melhor abordagem dos dados.

Os tópicos gerais, tratados no questionário, foram os seguintes: tempo (em anos) de residência na comunidade, caracterização familiar, educação, aspecto cultural, saneamento, infra-estrutura, caracterização da propriedade, uso do solo, fatores ambientais, recursos naturais e expectativas pessoais. O objetivo é o de averiguar o modelo de agricultura orgânica, demonstrando que é possível na região. Com este modelo, a poluição causada aos mananciais devido ao uso de agrotóxico pode ser extinta. Pretende-se também mostrar que pode haver equilíbrio ecológico quando o homem toma a iniciativa e busca meios de evitar a poluição, beneficiando, assim, todas os outros recursos naturais que a região oferece. Para analisar quantitativamente o manejo das práticas agrícolas e também como estão as residências e as propriedades dos entrevistados, foi aplicado o questionário, que, embora bastante extenso, facilitou a coleta dos dados devido a sua formatação.

Para a escolha da aplicação do questionário na região de Vargem do Braço, procurou-se entrevistar os casais de agricultores, pais de família, facilitando, assim, a obtenção de respostas. Alguns dos agricultores eram meeiros e outros arrendatários, mas tinham parte nas terras onde trabalhavam. As terras dos agricultores são quase todas herdadas de suas pais e seus pais também herdaram de seus avós. Dentre os agricultores que usam agrotóxicos, entrevistou-se um que possui uma grande quantidade de terras, citado na região como a pessoa que tem mais terras na comunidade. De modo geral, foi difícil entrevistar os agricultores, devido à diversas restrições que enfrentam, além de não gostarem de dar entrevistas, pois se sentem ameaçados. Apenas um agricultor que não mora na região foi entrevistado, por causa da dificuldade de acesso. Esta também foi a dificuldade encontrada para se entrevistar os sitiantes de fins de semana.

²⁰ As disciplinas foram ministradas pela Professora Sandra Sulamita N. Baasch no ano de 1997.

Foram entrevistados os funcionários dos setores públicos que detêm informações-chaves:

- EPAGRI, o agrônomo que realiza trabalhos com a comunidade, e outro funcionário que realizou pesquisa sobre a região;
- Funcionários da FATMA, que são os tomadores de decisão, o gerente de Unidades de Conservação e o diretor de Estudos Ambientais;
- Engenheiro agrônomo, funcionário da Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente, que já realizou pesquisa sobre a região;
- CASAN, entrevistou-se a Engenheira da Gerência de Meio Ambiente e o Gerente de Divisão de Planejamento Operacional;
- Presidentes das Empresas que estão realizando o trabalho de zoneamento para o Parque: a empresa Socioambiental Consultores Associados Ltda. e a empresa Dinâmica Projetos Especiais;
- O diretor e um técnico da Diretoria de Assuntos Fundiários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina;
- Advogada da Procuradoria Geral do Estado;
- Tenente e um sargento da Polícia de Proteção Ambiental deste Estado;
- Presidente do Conselho Municipal para a Implantação do Parque;
- Advogado do Ministério Público do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina;
- ONG, localizada em Florianópolis, que atua junto ao IBAMA na defesa do Meio Ambiente.

5.5 Sobre a interpretação dos dados

Após a aplicação dos questionários na comunidade de Vargem do Braço, passou-se para a organização dos dados coletados, visando evidenciar todas as informações, devido a sua relevância, para os objetivos da pesquisa. Os dados levantados junto a comunidade foram agrupados pelas categorias e, em seguida, inseridos no programa de computador *Microsoft Excel*, no qual todas as informações foram classificadas, utilizando-se as classificações de proprietários de terras, conforme já foi especificado. Após, foram produzidas tabelas e figuras, com a finalidade de destacar todas as informações obtidas em uma visualização, que seja a mais transparente possível, destacando o perfil de cada questão obtida.

Para os dados, buscou-se organizá-los de acordo com a importância de cada item, mantendo-se a integridade do sistema de tratamento dentro das variáveis quantitativas, e observando-se as mensurações de proporções, as percentagens e as medidas, com a finalidade de demonstrá-los de forma que favoreça a apresentação e análise.

Os dados qualitativos foram organizados para apresentarem todas as questões que foram consideradas relevantes por atenderem aos objetivos da pesquisa.

5.6 Análise da propriedade dos entrevistados

As propriedades, objeto de estudo, foram as situadas em áreas rurais, localizadas na parte interna do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, abrigando, em seus limites, elementos do meio ambiente natural, que são: as montanhas, as florestas, os rios e todos os cursos d'água ali existentes, como: as nascentes, os riachos, os córregos, as cachoeiras, os açudes, lagos etc (Anexo B).

CAPÍTULO VI

RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

6.1 Perfil dos agricultores que trabalham com o modelo orgânico de produção

Na comunidade de Vargem do Braço, foram entrevistadas as famílias de agricultores que, desde o ano de 1997, vêm trabalhando com o plantio de hortifrutigranjeiros sem a aplicação de insumos químicos de qualquer espécie.

São doze famílias que decidiram tentar mudar o estilo de vida em virtude de suas terras terem sido transformadas em Unidade de Conservação, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Além disso, a área da comunidade de Vargem do Braço é um ponto estratégico, pois fica localizada bem no coração do Parque, no qual há várias nascentes de água que abastecem o manancial de águas potáveis, o rio de mesmo nome que abastece a região da Grande Florianópolis.

Em virtude do exposto acima, as famílias organizaram-se e formaram duas associações, a “Associação Ecológica Verde Serra” e a “Associação Ecológica Recanto da Natureza”. Estas famílias trabalham somente com produtos sem agrotóxicos, que são fornecidos para algumas redes de supermercados da região da Grande Florianópolis.

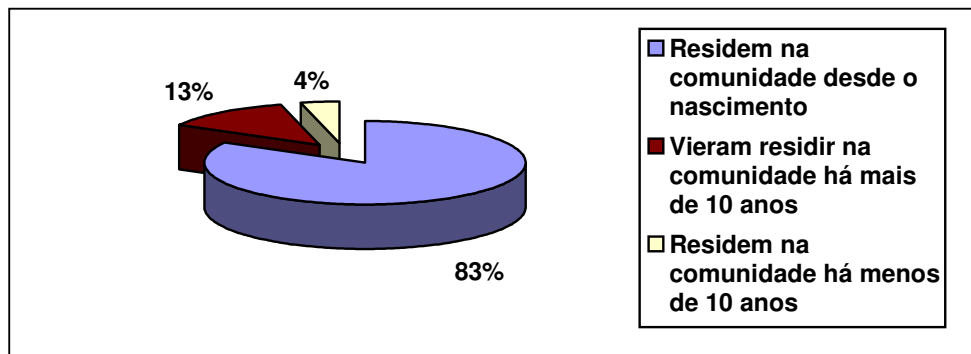


Figura 1 - Tempo (em anos) que as famílias entrevistadas residem na comunidade de Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fonte: Elaborado pela autora

Com relação ao tempo que residem na propriedade, de todos os entrevistados que fazem parte das Associações, apenas duas pessoas, depois de casadas, vieram morar na comunidade onde seus maridos já moravam. Além destas, uma família veio para a região há seis anos, comprou uma parte de terra e hoje trabalha com a plantação de produtos sem insumos químicos, produz somente para o consumo próprio e não faz parte das associações. Sendo que os que nasceram na comunidade correspondem a maioria das famílias.

Tabela 3 - Faixa etária das famílias entrevistadas na comunidade (Vargem do Braço - Parque Estadual da Serra do Tabuleiro)

Grupos de Idade	Percentual (%)
	13,3
5 a 9 anos	11,1
10 a 14 anos	11,1
15 a 19 anos	2,2
20 a 24 anos	11,1
25 a 29 anos	13,3
30 a 34 anos	14,5
35 a 39 anos	2,2
40 a 44 anos	12,3
45 a 49 anos	2,2
50 a 54 anos	0,0
55 a 59 anos	2,2
60 a 64 anos	4,5
+ de 64 anos	0,0
Total	100,0

Fonte: Elaborado pela autora

Verificou-se, entre as famílias, que mais da metade da população, correspondendo a 76,6 % do total, possui faixa etária entre zero a 34 anos. Do total de entrevistados, 23,4% correspondem à faixa etária acima de 35 anos e até 64 anos, e acima de 59 anos de idade o total chega a 4,5%.

Observa-se que, pelo fato de a faixa etária da população-alvo apresentar um percentual que expressa a maioria das pessoas mais jovens, pode-se pensar que a população se mostra menos resistente às mudanças, adotando um novo estilo de vida e trabalhando somente com a agricultura ecológica.

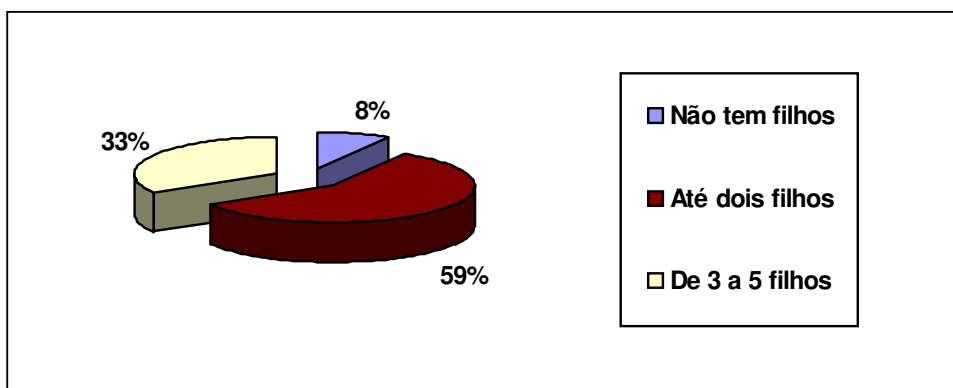


Figura 2 - Número de filhos das famílias entrevistadas - Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fonte: Elaborado pela autora

A maioria das famílias possui até dois filhos, esta quantidade dá-se em virtude de a maioria dos casais serem pessoas mais jovens. Também foi observado que nenhuma das famílias tinha mais de cinco filhos.

Tabela 4 - Nível de escolaridade das famílias entrevistadas

Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – 2000

Grupos/Idades	Analfabeto	Até a 4ª Série	Até a 8ª Série	2º grau	Universitário ou técnico	Total em Percentual
De 7 a 10		5	1			14,4%
De 11 a 14			4			11,8%
De 15 a 17			1			2,9%
De 18 a 21			1			2,9%
De 22 a 59		19		1	1	61,8%
60 anos e mais		2				5,9%
Total /Percentual		76,6%	17,6%	2,9%	2,9%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos entrevistados que estudaram na escola da comunidade de Vargem do Braço, 55% estudaram até a 4ª série, pois, além de trabalharem cedo na lavoura, o estudo oferecido, na época, na comunidade era apenas até a 4ª série do primeiro grau, então, em virtude de a distância ser de aproximadamente 12 km, as pessoas não tinham condições de dar continuidade aos estudos. Atualmente, há duas escolas na comunidade, mas estão desativadas (Figura: 24), e os que estão estudando são levados através de um micro-ônibus, fornecido pela prefeitura de Santo Amaro da Imperatriz, para estudarem em Santo Amaro da Imperatriz. Os alunos reclamam, pois o micro tem capacidade para 25 pessoas e leva, em torno, de cinquenta alunos, incluindo todos da comunidade que estudam.

Frequência do trabalho

Conforme as famílias entrevistadas, todas trabalham o dia inteiro com as plantações, e alegam que precisam trabalhar à noite para conseguirem atingir as demandas da colheita e as exigências estabelecidas pelos supermercados. Os produtos, que são entregues nos supermercados, passam por cuidados rigorosos. São entregues todos lavados, empacotados e codificados, prontos para serem usados pelo consumidor final. Todos os produtos, que saem das associações, estão com a marca das respectivas, que são: “Associação Ecológica Verde Serra” e “Associação Ecológica Recanto da Natureza”.

6.1.1 Aspecto cultural – recursos da herança cultural

Das famílias entrevistadas, 17,8% fala alemão, sendo que, dentro desta porcentagem, os falantes da língua alemã têm mais de 60 anos. Dos que falam, todos responderam que aprenderam com a família. Os que não falam o idioma alegam que não há tempo para aprenderem, outros disseram que não têm interesse.

Na comunidade, foram encontradas duas casas de origem alemã, estilo enxaimel, de madeira, que pertencem às famílias entrevistadas, (Anexo B, figuras 31 e 31). Uma das casas foi construída por volta de 1920, pois, segundo a família entrevistada, já pertencia ao bisavô. A outra têm aproximadamente 35 anos, afirma a família entrevistada.

Sobre fotos antigas, apenas uma família mostrou uma fotografia da época de 1930, com parentes que participaram da revolta naquele ano.

A respeito dos pratos que as famílias gostariam de comercializar, 63,6% gostariam de comercializar seus produtos coloniais, como geléia, pamonha e pães.

E, acerca da prática de esportes, 57% dos entrevistados tomam banhos de rio em sua propriedade, nas horas de lazer; 35% dos jovens jogam no time da comunidade; e os outros praticam jogos de mesa, como baralho.

6.1.2 Saneamento

Tabela 5 - Saneamento - Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Abastecimento e tratamento de água usada	Total
Capta água direto da nascente	100,0%
Tem água encanada	100,0%
Tem reservatório	90,9%
Limpa o reservatório pelo menos duas vezes ao ano	27,1%
Limpa o reservatório esporadicamente	62,0%
Trata a água ou ferve / filtra	0,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Destino do esgoto

Observou-se que 91,6% dos entrevistados têm banheiro completo dentro de casa, e 8,4% tem patentes ou latrina com buraco. Com relação ao esgoto, 83,4% vão para a fossa séptica e o restante dos entrevistados tem fosso negro, 8,4%, e vala aberta, 8,2%. Os esgotos geralmente estão na parte mais baixa do terreno.

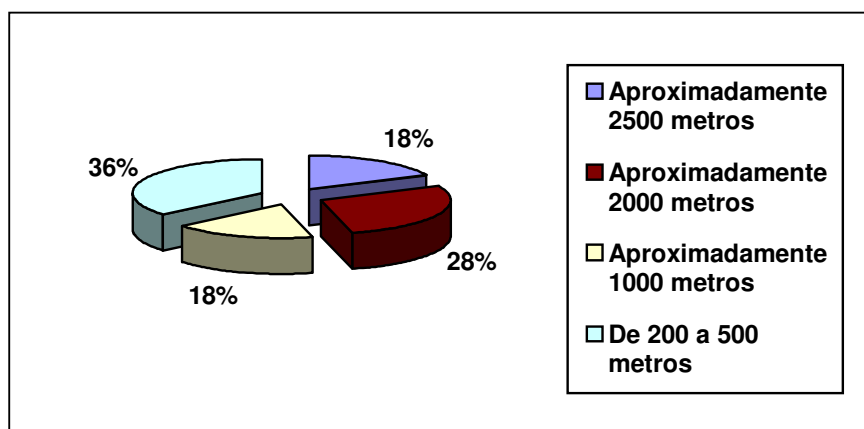


Figura 3 - Distância do esgoto até a fonte de água (em metros) - Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fonte: Elaborado pela autora.

A distância da fonte de água até o esgoto é representada dessa forma, devido às fontes de água ficar nas nascentes, e estas nascentes geralmente ficam nos terrenos cobertos por matas nativas, que são as terras mais distantes das residências.

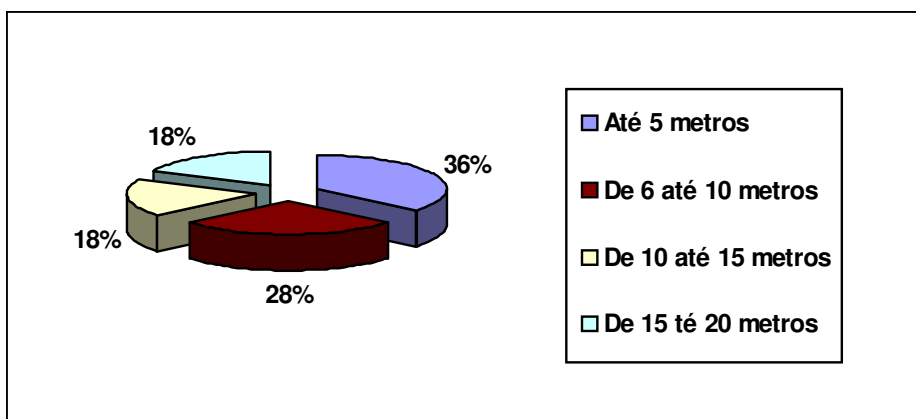


Figura 4 - Distância do esgoto até a casa (em metros) - Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
 Fonte: Elaborado pela autora.

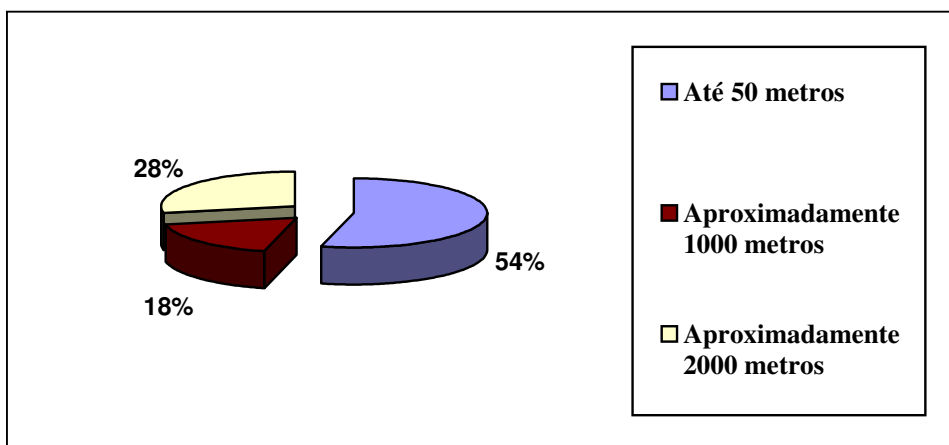


Figura 5 - Distância do esgoto até a plantação (em metros) - Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
 Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria das famílias faz plantações distantes 20 a 50 metros de suas residências. A média da distância das plantações até as residências fica em torno de 1500 metros para as famílias que possuem terras distantes de suas residências.

Destino do lixo

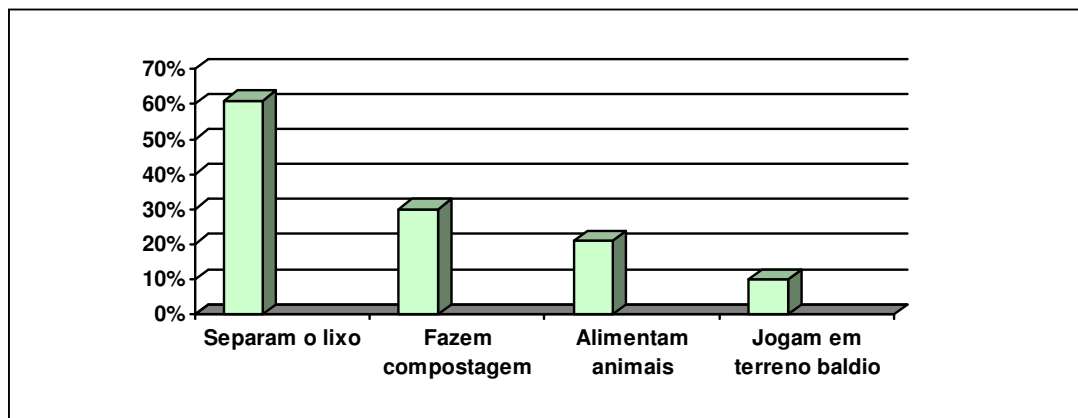


Figura 7 - O destino do lixo orgânico: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que a maioria das famílias costuma separar o lixo, pois aproveitam para alimentar animais ou para fazer compostagem.

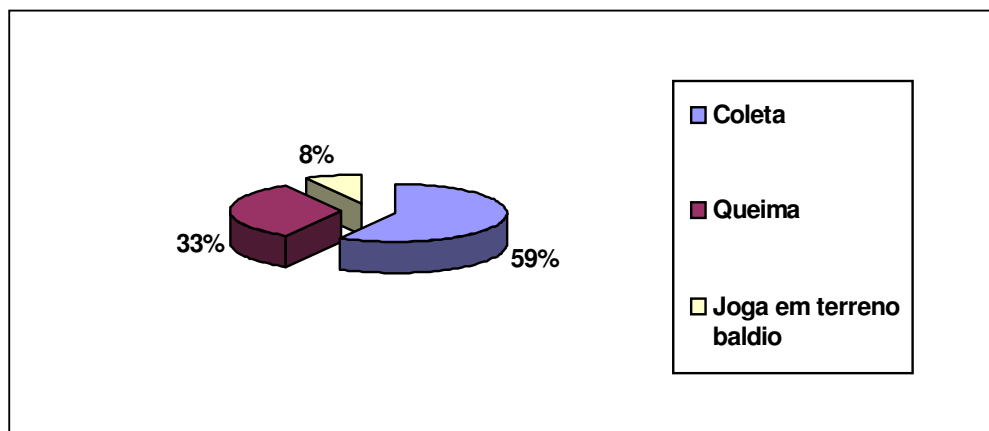


Figura 7 - O destino do lixo inorgânico: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fonte: Elaborado pela autora.

O tipo de lixo inorgânico mais produzido pelos entrevistados é o plástico e o papel.

6.1.3 Infra-estrutura

Tabela 6 - Infra-estrutura interna: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - 2000

Caracterização da moradia	<i>Total</i>
Tem moradia própria	100%
De alvenaria	36%
De madeira	37%
Mista (madeira e alvenaria)	27%

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos entrevistados, 100% das famílias têm luz elétrica. Todas as ligações são monofásicas. Para 73% dos entrevistados, a luz elétrica atende bem às necessidades, e, para 27%, a luz não atende bem às necessidades.

Com relação às outras fontes de energia, 100% usam gás para cozinha, comprado em estabelecimentos; 43% dos entrevistados utilizam fogão à lenha; e 80% têm telefone celular rural comunitário.

Infra-estrutura externa - Acesso entre a propriedade e a cidade

A única estrada que existe é de chão batido, liga a comunidade de Vargem do Braço até Santo Amaro da Imperatriz ou a qualquer outra localidade. Das famílias entrevistadas, todas responderam que a estrada oferece uma estrutura ruim, pois não existe sinalização.

A distância das residências dos moradores da comunidade de Vargem do Braço até a cidade de Santo Amaro da Imperatriz, levando em consideração que alguns moradores residem em uma distância de até 2 km um do outro, fica em torno de 12 km, levando em conta a média sobre as distâncias entre as propriedades e a cidade.

Sobre o transporte, 37% das famílias entrevistadas usam o micro-ônibus da Prefeitura para estudarem em Santo Amaro da Imperatriz. O restante dos entrevistados, que corresponde a 63%, usa carros próprios, automóveis ou caminhonetes.

Na comunidade, todos os entrevistados responderam que não existe linha de ônibus para atender os moradores, há somente o micro para transportar os estudantes. Também não existe táxi na comunidade.

6.1.4 Caracterização das propriedades

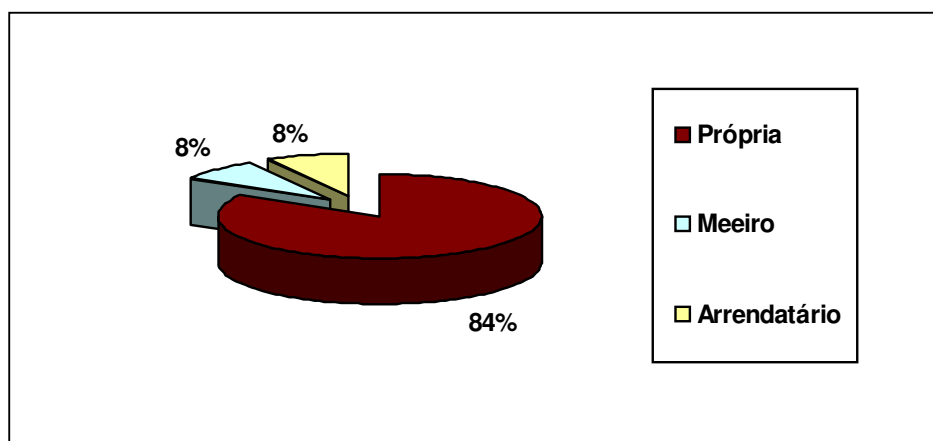


Figura 8 - Tipos de propriedades por agricultores: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - 2000

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos entrevistados que são proprietários, adquiriram as terras através de herança.

Tabela 7 - Área das propriedades dos entrevistados: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Área em hectare	Média %	Média Cultivável %	Média Pastagem %	Média Mata Nativa %	Média Reflorestada %
Até 10ha	36,3	66,3	23,3	10,4	
+ de 10 a 20ha	8,3	57,3	16,4	21,6	3,7
+de 20 a 50ha	47,4	30,1	23,3	46,6	
+ de 50 a 100ha	8,0	27,6	15,1	57,3	

Fonte: Elaborado pela autora.

Importante observar que a quantidade de matas nativas dos agricultores, que possuem terras em mais de 20 hectares, chega a quase 50% da área total, sendo que em alguns casos, o percentual de matas nativas ultrapassa os 50%.

Quanto ao reflorestamento, apenas um agricultor dos entrevistados tem uma parte de terras com plantação de eucaliptos, reflorestada.

Divisas das terras com os rios

Das propriedades, 46,7% fazem divisas com o rio Vargem do Braço e 26% fazem divisas com o rio Vermelho (Anexo B, figuras 16 e 17). As propriedades, que fazem divisas com os dois rios citados, somam 27,3% do total das propriedades.

Na topografia dos terrenos, foi demonstrado que 100% das propriedades apresentam áreas acidentadas. Não está quantificado por que os agricultores demonstraram dificuldades para citar a quantidade de terras acidentadas. Todos os terrenos apresentam encostas com matas nativas. De cada propriedade, o total de matas nativas já foi demonstrado no quadro acima.

Dos entrevistados, 100% consomem água direto da fonte, dizem que a água é muito boa, porque é pura.

A conservação do solo é muito boa para todos os entrevistados que trabalham com a agricultura orgânica, já que o modelo de cultura deixa o solo protegido, afirmam. Fazem cobertura vegetal no solo para conservar a qualidade em boas condições. Os rejeitos agrícolas e dejetos de animais são usados para fazer compostagem.

Desenvolvimento da propriedade

Com relação às dificuldades enfrentadas pelos agricultores para o desenvolvimento das propriedades, 86% dos entrevistados consideram a assistência técnica precária, e o preço das sementes muito alto. Como é uma produção recente, iniciada em 1997, há bastante carência de equipamentos para cultivar as plantações. Em relação ao comércio da produção, os agricultores argumentam que, há mais de um ano, estão solicitando, junto à prefeitura de Florianópolis, a montagem de uma feira de produtos sem agrotóxicos para serem fornecidos a todo o Estado de Santa Catarina. Alegam que o preço dos produtos poderia chegar ao consumidor bem menor do que é fornecido pelos supermercados atualmente, já que estes, segundo os agricultores, faturam mais de 40% na venda de produtos sem agrotóxicos. Além disso, os produtos, deixados nos supermercados, que não são vendidos retornam ao produtor e ele não recebe por esta produção. Os agricultores argumentam que não conseguem entender por que não estão conseguindo agilizar, junto à prefeitura de Florianópolis, a criação da feira, “alguma coisa lá na administração está nos impedindo”, argumenta o presidente das associações.

Uso e proteção de encostas

Sobre alterações no relevo da propriedade dos entrevistados, uma família construiu dois açudes, (anexo 2, figura 20).

Com relação às instruções e palestra sobre agricultura, a EPAGRI tem dado assistência para as Associações.

Dos entrevistados, 40% responderam que têm acontecido erosões nas margens dos rios com frequência.

6.1.5 A produção realizada pelos agricultores entrevistados

Produção Agrícola

Os agricultores da “Associação Ecológica Verde Serra” e “Associação Ecológica Recanto da Natureza” produzem repolho, couve-flor, couve, alface, chuchu, cenoura, abóbora, quiabo, salsa, cebolinha, nabo, pepino, batata, feijão, aipim, batata-doce, batata-aipo, pimentão, feijão de vagem, milho e morango. Vendem para algumas redes de supermercados da Grande Florianópolis. A produção é feita o ano inteiro, observando a época de plantio de cada espécie. Muitas espécies são plantadas mais de uma vez ao ano, devido a isso, os agricultores não conseguem delimitar, com precisão, a área plantada, pois variam muito, eles afirmam. Em alguns meses, uma espécie é plantada em quantidade maior e, em outros, em quantidade menor, o que requer uma variação da área plantada.

Produção Animal

A produção de aves e bovinos é somente para o consumo próprio dos agricultores. Os derivados de origem animal, ovos, manteiga, leite, queijos, pães, cucas, carne e banha são destinados ao consumo próprio dos agricultores.

6.1.6 Fatores ambientais para dados de projeto

Dos entrevistados, apenas 18,2% têm interesse em plantar árvores em sua propriedade. Sendo que, destes, uma família argumentou que pretende plantar árvores nativas

na mata de sua propriedade, pois alega que sua propriedade é carente de produtos nativos e que 50% de suas terras estão destinadas ao reflorestamento de árvores nativas da região, “quando eu comprei esta propriedade, há 8 anos, quase não havia mais matas nativas, eu vou plantar, pois acho melhor do que eucalipto e pinus, como tem em outras propriedade aqui nas redondezas.” Uma das famílias entrevistadas tem interesse em plantar uma parte de suas terras consorciado com a agricultura. Na consorciação entre a floresta e a agricultura, prefere adotar espécies nativas como, plantas medicinais.

Uma outra família pretende reflorestar para o consumo na propriedade, plantando eucalipto, pinus e cedro: “já que das matas que estão em nossas terras não se pode tocar,” argumentou o proprietário. Sobre as áreas que a família de agricultores pretende reflorestar, uma média de 66,7% são de encostas, 16,7% de áreas planas e 16,7% de margens de rio e riachos.

6.1.7 Recursos naturais

Percebeu-se certa motivação dos agricultores em receber turistas em suas propriedades. Quando perguntados se teriam interesse em receber turistas em suas propriedades, 71% das famílias entrevistadas disseram que tinham interesse. Destas, 69% têm interesse em receber turistas para a visita. As atividades turísticas destacaram-se em ecoturismo, banhos de cachoeira, pesque-pague, passeios de “tobata”, passeio de cavalo, caminhadas (trilhas) e também em vendas de produtos coloniais e produtos fitoterápicos. Apenas uma família possui interesse em hospedagem, pois já vem recebendo pessoas em sua propriedade para a realização de cursos de crescimento pessoal, como: atendimento terapêutico, vivências e alimentação vegetariana, ministrados no “Centro de Vida Alma Verde” fica localizado bem no coração da comunidade de Vargem do Braço.

Observou-se que a maioria das propriedades, que corresponde a 54,4% do total, apresenta córregos. Açudes, 36,4% das propriedades apresentam, sendo que, apenas em uma, havia 3 açudes. O lugar é bastante privilegiado visto que 54,0% das propriedades contêm cachoeiras. Também é grande o número de pequenos riachos, mas os agricultores não conseguiram precisar a quantidade, já que na mata existem vários, eles afirmam.

O acesso na mata é feito por meio de trilhas, algumas precisam ser renovadas, pois, há muito tempo, não são usadas. Há uma trilha que leva até o topo de uma parte da Serra do Tabuleiro, que permite uma visão panorâmica das redondezas.

Com relação à pesca, os agricultores, que têm açudes em suas propriedades, dizem que é um bom local para a pescaria.

Locais para observar os animais nativos da região, os agricultores argumentam que não é fácil observá-los, pois eles ficam no meio das matas.

Além de todos estes atrativos, uma família demonstrou que pode oferecer suas plantas medicinais também aos visitantes.

6.1.8 Expectativas pessoais

Das famílias entrevistadas, 18,2% do total já se desfizeram de parte da propriedade na tentativa de melhorarem de vida. Todos os agricultores demonstraram que passam por dificuldades, pois a agricultura decaiu muito, “hoje não dão mais valor pro agricultor, os lá de fora não sabe o trabalho que dá”, argumentou um agricultor. Dizem que há poucos incentivos para que eles continuem com o trabalho rural.

Sobre a questão de estarem dispostos a investirem na propriedade, todos os agricultores disseram que querem melhorar. Alegam que foi justamente por isso que iniciaram o manejo ecológico de agricultura.

Uma família, entre os entrevistados, demonstrou interesse em formar uma agroindústria informal para fabricar e comercializar “chimias”, doces, pães e cucas. Esses produtos seriam vendidos para o consumidor final. As matérias-primas utilizadas seriam frutas da época, cultivadas na propriedade, e como equipamentos usados para o processo de produção estariam o liquidificador e os tachos. Toda a família estaria envolvida na produção. Todas as famílias podem dedicar-se uma parte do dia para isso, pois seria uma atividade secundária, já que, na propriedade, há outras atividades a serem feitas. O preço dos produtos seria fixado conforme a soma dos produtos utilizados na fabricação. Quanto ao controle, para que o produto tenha sempre a mesma qualidade, pensa-se em considerar, com relevância, o fator higiene e a qualidades dos produtos utilizados.

6.2 Perfil dos agricultores que usam agrotóxicos (residem na comunidade)

Para a análise desta característica de agricultor, optou-se por mostrar somente os dados que apresentam características totalmente diferenciadas dos outros agricultores que não

usam agrotóxicos em suas plantações. As características aproximadas não serão citadas, pois não considerou-se relevante repetir dados que se identificam. Foram entrevistadas 5 famílias que trabalham com agrotóxicos em suas lavouras.

6.2.1 Caracterização das famílias entrevistadas

Com relação ao tempo que residem na propriedade, todos os entrevistados responderam que moram na comunidade desde o nascimento.

Tabela 8 - Faixa etária das famílias entrevistadas: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

-Grupos de Idade	Percentual (%)
0 a 4 anos	2,4
5 a 9 anos	2,4
10 a 14 anos	4,5
15 a 19 anos	2,7
20 a 24 anos	2,7
25 a 29 anos	9,5
30 a 34 anos	10,9
35 a 39 anos	16,2
40 a 44 anos	11,1
45 a 49 anos	11,0
50 a 54 anos	8,7
55 a 59 anos	10,7
60 a 64 anos	5,0
+ de 64 anos	2,2
Total	100,0

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma característica que chamou atenção sobre os pais, chefe da família entrevistada, foi o fato de todos apresentarem uma idade acima de 58 anos.

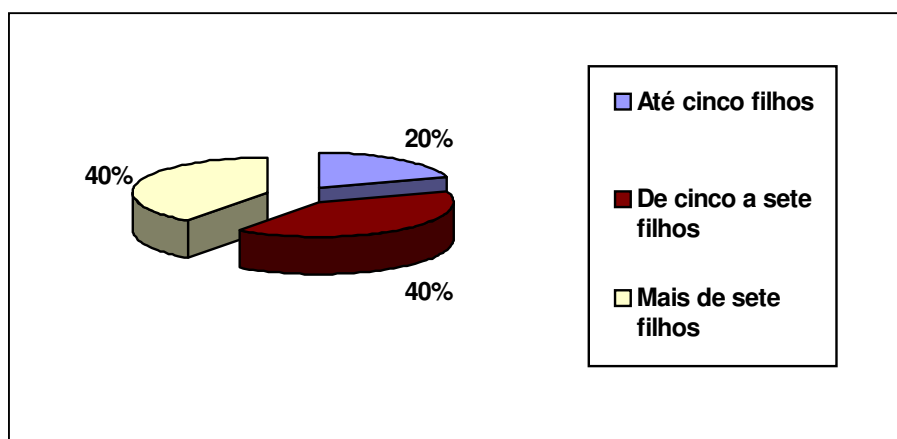


Figura 9 - Número de filhos das famílias entrevistadas: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fonte: Elaborado pela autora.

Nível de escolaridade

A escolaridade dos entrevistados acima de 64 anos corresponde a: 58,3% estudaram até a primeira série do primeiro grau, e o restante dos entrevistados estudou até a 3ª ou 4ª série do primeiro grau. Os filhos destes também estudaram apenas até a 4ª série do primeiro grau. Segundo os entrevistados, na época, a escola da comunidade de Vargem do Braço funcionava, e o estudo era ministrado até a 4ª série. Os que começaram a trabalhar mais cedo não estudaram até a 4ª série, argumentam; e os que concluíram a 4ª série e não continuaram os estudos dizem que a causa foi a distância. Segundo eles, a escola ficava longe. A escola, como atualmente, fica em Santo Amaro da Imperatriz e, na época, não havia micro ônibus e, além disso, os entrevistados responderam que não tinham interesse pelos estudos.

Frequência do trabalho

A maioria das famílias dos agricultores, que trabalha com o modelo de agricultura tradicional, tem apenas alguns filhos trabalhando junto na lavoura, pois moram em outras localidades. Destes, percebeu-se que vão para outras regiões trabalhar como pedreiro, ajudante de pedreiro, marceneiro, carpinteiro, comerciantes, faxineiros etc. Os pais entrevistados alegam que na lavoura não tem mais futuro, principalmente onde eles moram, dentro de um Parque. “Aqui é muito difícil, não se pode mexer na terra que é nossa, só cobram os impostos, mas proíbem de mexer na terra.”

6.2.2 Aspecto cultural – recursos da herança cultural

Dos entrevistados com faixa etária superior a 55 anos, 50% falam alemão, língua que aprenderam com a família. Os outros que não falam alemão responderam que não tiveram interesse em aprender a língua.

Em uma das propriedades, existe uma casa estilo enxaimel, construção antiga.

Em uma das famílias, um dos filhos faz trabalhos de artesanato, são quadros feitos de conchas.

Dos entrevistados, apenas alguns praticam esportes, cerca de 25% dos jovens jogam no time da comunidade. Os outros praticam jogos de mesa.

6.2.3 Saneamento

Sobre o abastecimento e tratamento de água usada, as características aproximam-se dos agricultores entrevistados que trabalham com a agricultura orgânica. Da mesma forma pode ser constatado com o destino do esgoto: Distância do esgoto (em metros) da fonte de água, da casa e da plantação.

Com relação ao destino do lixo orgânico e inorgânico, 4 das famílias de agricultores entrevistadas responderam que não separam o lixo e colocam em uma parte do terreno, próximo a residência. Uma das famílias entrevista respondeu que separa o lixo, as embalagens de plástico e papel são queimadas e as latas e vidros colocam em um ponto destinado a coleta (Anexo B, Figura: 29) e os lixos orgânicos usam para alimentar animais ou usam como adubo.

Destino das embalagens de agrotóxicos

Parte das embalagens de agrotóxicos está sendo depositada nos locais de coleta comunitária. Na comunidade, existem dois pontos nos quais a EPAGRI colocou dois depósitos para a captação das embalagens vazias de agrotóxicos (Anexo B, figura 29). Mas, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir, nem todos aplicam as embalagens nos locais destinados.

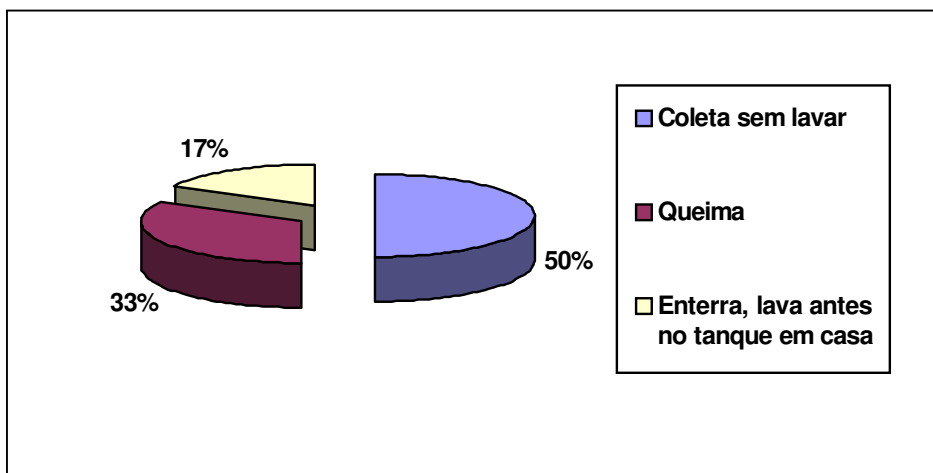


Figura 10 Destino das embalagens de agrotóxicos: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos entrevistados argumenta que os depósitos ficam cheios, parte das embalagens são colocadas diretamente no chão, por falta de lugar nos depósitos. Isto acontece porque há uma demora muito grande no recolhimento das embalagens, argumentam os entrevistados. Um dos agricultores comentou que não coloca o lixo no recipiente deixado pela EPAGRI, pois, segundo ele, os fiscais podem avaliar todas as embalagens e alegar que estão usando muito agrotóxicos: “Eu não boto nada no lixo da EPAGRI porque o pessoal da fiscalização vai saber quanto é usado e depois falam que usamos muito.” O mesmo demonstrou desconfiança, pois acha que é uma maneira de controlar o uso de insumos na região. Outro agricultor argumentou que não deposita as vasilhas no ponto de captação porque a EPAGRI não faz o recolhimento do lixo e, a prefeitura recolhe juntamente com os outros tipos de lixo. “Não colocam em local separado dos outros lixos, a gente separa aqui, mas quando recolhem misturam tudo e levam tudo para o mesmo aterro, então, prá quê separá, não vejo benefício nenhum pro meio ambiente.”

Mas, quanto ao uso dos insumos, os agricultores entrevistados argumentam que são obrigados a usar agrotóxicos, pois alegam que, se usarem, produzem mais, “a terra fica mais forte”, argumentou um deles.

6.2.4 Infra-estrutura

Infra-estrutura interna

A característica das moradias dos agricultores aproxima-se dos que não usam agrotóxicos, relacionadas anteriormente.

Infra-estrutura externa - Acesso entre a propriedade e a cidade

Por ser uma região que apresenta as características físicas bastante acidentadas, as residências fixaram-se basicamente na parte baixa da região, logo a estrutura apresentada pelos agricultores que não usam agrotóxicos também se identificam com a dos que usam insumos.

6.2.5 Caracterização das propriedades

Os agricultores não gostam de falar sobre suas terras devido à fiscalização severa nas restrições quanto ao uso de suas propriedades, sentem-se amedrontados quando alguém lhes pergunta sobre suas terras. Devido a isso, não foi verificado os tipos de propriedades por agricultores e nem a área das propriedades.

6.2.6 A produção realizada pelos agricultores

Produção agrícola

Os agricultores plantam os seguintes produtos: amendoim, tomate, cebola, batata-doce, milho, feijão, mandioca, repolho, aipim, ervilha e tomate. Todos são cultivados com a aplicação de insumos químicos. A maior parte dos produtos são vendidos para a Central de Abastecimento – CEASA, localizada na região de Florianópolis.

Produção animal

100% criam aves para o consumo;

91,7% criam porcos para o consumo e 8,3% criam também para vender;

66,7% criam bois para o consumo e 33,3% criam também para vender;

Os derivados são usados para o consumo.

6.2.7 Fatores ambientais para dados de projeto

As famílias entrevistadas alegam que é muito difícil tentar fazer qualquer coisa em suas propriedades, “a fiscalização não deixa a gente fazer nada nas nossas terras” argumentou um deles.

Percebeu-se que são pessoas bastante resistentes a mudanças. Destas, a maioria alega não ter condições para investir na produção, inclusive um deles argumentou que “não dá mais pra vivê da lavoura, tá cada dia pior”. Percebe-se que não há motivação para investir em melhorias na propriedade.

6.2.8 Recursos naturais

Os entrevistados demonstraram interesses em receber visitantes em suas propriedades. “Já que não se pode mexer nas terras a gente podia mostrar as cachoeiras, as coisas que tem aqui que os lá de fora gostam.” Argumentou um dos entrevistados.

Há diversos riachos e cachoeiras nas propriedades, segundo os entrevistados.

6.2.9 Expectativas pessoais

Das famílias entrevistadas, 60 % do total já se desfizeram de parte da propriedade na tentativa de melhorarem de vida. Um dos agricultores que vendeu parte de suas terras para um sitiante, também realiza trabalhos na propriedade do sitiante.

Os agricultores alegam que existem muitas dificuldades para investirem na propriedade, “aqui tudo é muito difícil, querem que a gente fique sem fazê nada”, argumentou um dos entrevistados.

6.3 Perfil dos agricultores que usam agrotóxicos (Não residem na comunidade)

Também foi entrevistado um outro tipo de agricultor que mora em uma região vizinha, mas possui uma casa na comunidade de Vargem do Braço, a qual usa esporadicamente. Suas terras correspondem a 9 hectares no total. Destas, 4 hectares são usados para plantações, também com agrotóxicos. Os restantes das terras estão cobertas por capoeirões e pinus. O agricultor comenta que quer transformar uma parte destas terras, em que há capoeirão, em plantações de pinus. Suas terras fazem divisas com o rio, a sua casa localiza-se aproximadamente a uns oito (8) metros do rio, não há banheiro nem fossa de qualquer espécie. Ele argumenta que não pretende morar na região e apenas usa a casa esporadicamente.

O mesmo entrevistado expõe sua posição com relação a trabalhar em uma área que é considerada Parque: “não acredito que isso de tirar o pessoal daqui vai mesmo acontecer. Já faz mais de 20 anos e nada.” Ele respondeu que usa agrotóxico, porque assim pode produzir mais.

6.4 Perfil dos sitiantes de fins de semana na comunidade de Vargem do Braço

Foram entrevistadas 3 famílias de sitiantes. São pessoas que vivem em cidades e, nos finais de semana, vêm para a comunidade em busca de melhor qualidade de vida junto à natureza. Dos sitiantes entrevistados, dois casais são aposentados, sendo que um deles é de outro Estado, o outro pertence a este Estado, e o terceiro é do mesmo município ao qual pertence a comunidade.

Tabela 9 - Tempo que as famílias dos sitiantes adquiriram as propriedades: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Tempo (em anos) de aquisição da propriedade	Total da área da propriedade em hectares
1,5 ano	3,8ha
2 anos	1,5ha
5 anos	2,0ha

Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.1 Características da propriedade dos sitiantes entrevistados

Todos têm água encanada e fossa séptica para os esgotos. Foi constatado que apenas duas famílias costumam separar o lixo orgânico do inorgânico. Sendo que a outra que não separa o lixo deposita tudo em um córrego que faz divisa com suas terras.

As famílias entrevistadas criam aves, porcos e uma delas também cria gado e cavalos. Apenas uma família faz cultivo de verduras para o consumo próprio. Geralmente são os agricultores da comunidade que tomam conta da propriedade dos sitiantes, quando eles estão ausentes. Um destes trabalha todos os dias na propriedade de um sitante.

Tabela 10 Escolaridade dos sitiantes: Vargem do Braço – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - 2000

Nível de escolaridade	Porcentagem %
Segundo grau completo	66,7
Universitário	33,3

Fonte: Elaborado pela autora.

Alterações na propriedade

Entre os sitiantes entrevistados, um construiu 2 açudes em sua propriedade e está criando peixes; o outro retirou parte da vegetação existente, e construiu um local com pastagens para seus animais.

Foram entrevistados somente os casais de sitiantes, pois os filhos moram em outras regiões e apenas, esporadicamente, visitam o sítio de seus pais.

Os sitiantes declararam que o motivo que os levou à região foi a paisagem, o clima, a tranquilidade, conforme pode ser analisado:

“Pela beleza do local e pela segurança.”

“Ter melhor qualidade de vida.”

“Sair do agito e repousar.”

“Isso aqui é um paraíso.”

6.5 Questões sobre as características encontradas na região de Vargem do Braço

Ao analisar os dados levantados, observou-se que o índice de poluição está basicamente relacionado ao uso de insumos químicos, utilizados nas lavouras pelos agricultores que trabalham com agrotóxicos. Estes se sentem prejudicados por não haver nenhum tipo de amparo por parte do órgão administrador que não permite que os agricultores trabalhem com o uso de agrotóxicos, mas não fornece outra alternativa ou recurso. Além disso, as estradas sem sinalização podem estar fornecendo riscos a todas as pessoas que por ali trafegam.

Quanto ao saneamento, pode ser observado que há necessidade de saneamento básico na região para o escoamento do esgoto.

Pode ser observado também que os sitiantes de fins de semana adquiriram suas propriedades há apenas alguns anos e construíram suas casas, o que demonstra que não há uma fiscalização quanto à compra de terras e entrada de pessoas para morar dentro do Parque.

Quanto à iniciativa para a agricultura orgânica, percebe-se que é uma atitude positiva, ao passo que a legislação não permite pessoas morando no Parque, mas não houve outra iniciativa para contornar a situação. Os moradores iniciaram um novo estilo de vida, quebraram o paradigma de que não dá para plantar sem insumos químicos e que é possível haver equilíbrio, homem/natureza, como pode ser verificado a seguir.

6.5.1 Produção orgânica como proposta para início de um novo modelo ecológico

Conforme entrevistas realizadas com moradores da região de Vargem do Braço, uma margem de aproximadamente 30% dos agricultores, que, por volta do início do ano de 1997, iniciaram o plantio de suas lavouras sem insumos químicos, demonstrou estar satisfeitos com os resultados.

Pode-se constatar que há uma realidade positiva quanto à agricultura orgânica realizada na comunidade. Percebeu-se, quando se realizaram as entrevistas, que as pessoas, que trabalham com este novo modelo, denotam uma consciência ecológica que, em momento algum, foi percebida pelos agricultores que utilizam insumos nos seus trabalhos. Inclusive, em entrevista com os Presidentes das associações criadas em prol da expansão da agricultura orgânica, a “Associação Ecológica Verde Serra” e “Associação Ecológica Recanto da Natureza”, Um agricultor argumenta que a satisfação se deve em trabalhar sem correr o risco de, a qualquer momento, ser envenenado ou envenenar alguém. “A gente tem notado, com a experiência, que é muito mais vantajoso trabalhar sem veneno porque, nós da Associação, estamos sendo beneficiados porque não estamos mais tendo contato com os venenos e estamos cuidando da natureza, das águas e até da população que compra os nossos produtos.” Um outro agricultor, quando questionado por que tomou a iniciativa de mudar para a agricultura orgânica, respondeu “este não é o mundo que nós queremos, nós devemos ajudar a preservar para os nossos filhos e para todos usufruírem.”

Os produtos colhidos da lavoura orgânica estão sendo fornecidos para alguns supermercados da Grande Florianópolis. Mas, o Presidente das Associações expõe que está fomentando uma forma de colocá-los para o público com um preço mais acessível do que os que vêm sendo praticados pelas redes de supermercados. Há mais de um ano, ele diz que vem tentando, junto à Prefeita de Florianópolis, uma maneira de criarem uma feira ecológica. Nesta feira, ele afirma, “serão vendidos somente os produtos que não contêm insumos de qualquer espécie,” isto é, serão vendidos apenas os cultivados com o modelo de agricultura orgânica.

A EPAGRI está realizando um trabalho junto ao agricultor, incentivando-o com novas técnicas para o manejo da agricultura orgânica. Este trabalho está denotando bons resultados. Numa entrevista com o agricultor que foi o primeiro a aderir o novo estilo de agricultura, ele expõe que sua vida mudou para melhor depois que deu início à plantação orgânica. Além da agricultura orgânica, também trabalha com plantações de ervas medicinais. Em uma de suas colheitas, enviou parte das ervas medicinais para a Prefeitura de Santo Amaro da Imperatriz, para que esta distribuisse entre as comunidades locais. Comentou, em entrevista, “a maioria das pessoas que vive aqui não tem idéia de como seria bom para elas mesmas se todas trabalhassem só com produtos naturais, alternativos, sem nenhum tipo de insumos.”

6.5.2 A visão da comunidade sobre o Parque

Alguns agricultores não concordam com a criação do Parque por falta de compreensão. Não conseguem entender o porquê de tantas restrições quanto ao uso de suas propriedades, como, por exemplo, o fato de não conseguirem retirar madeira para a construção de cercas. Para eles, o parque dá prejuízo aos agricultores devido às diversas restrições.²¹

Mas, por outro lado, certos agricultores alegam que, se não existisse o Parque, não haveria mais animais silvestres e nem matas, pois, com a criação do Parque, é muito importante para a proteção das florestas e dos animais e, assim, para a prevenção da depredação causada pelo homem.

As entrevistas forneceram dados muito importantes para o andamento da pesquisa. Além dos dados relacionados anteriormente, os proprietários de terras na comunidade de Vargem do Braço, entrevistados, informaram que:

- O Estado transformou a região em parque e as pessoas perderam a liberdade de fazerem o que vinham fazendo. Logo, houve mudança no aspecto econômico e a comunidade tem problemas em manter sua produtividade;
- Por ser uma área pública, as propriedades são dependentes, isto é, não são livres para fazerem o que querem ou almejam. Para o bom funcionamento dessa comunidade, é necessário que haja uma regulamentação da lei que a transformou em Unidade de Conservação;
- A EPAGRI vem tentando modificar a agricultura tradicional, através do comportamento das pessoas, com a apresentação de novas técnicas para o plantio sem insumos químicos. Por outro lado, o mesmo órgão, EPAGRI, instalou dois pontos de capacitação para o recolhimento dos vasilhames de materiais tóxico usados pelos agricultores;
- Apenas em uma parte das terras o uso da agricultura orgânica está sendo praticada, com incentivo da EPAGRI, o restante continua com a tradicional, usando o agrotóxico;
- Parte da comunidade só se organizou porque houve uma necessidade interna das questões ambientais no sentido de regularizar a região para o plantio da agricultura orgânica com o incentivo da EPAGRI;

²¹ Cf. verificou-se nos momentos da aplicação da pesquisa de campo.

- Os moradores criaram as associações em virtude do que o Estado fez, ou seja, devido à transformação da área em parque;
- As Escolas que existem na comunidade foram fechadas, por parte do poder público. Os moradores chegaram à conclusão de que essa atitude foi para estimulá-los a saírem das terras e a comunidade ir gradativamente se desintegrando;
- Há a necessidade de interação da sociedade com os órgãos públicos, pois existe inquietação das pessoas envolvidas na comunidade, para estas não há processos eficazes nos órgãos públicos para a questão que enfrentam;
- O Presidente do Conselho Intermunicipal para a Implantação do Parque expôs que, para haver a construção de uma barragem na comunidade de Vargem do Braço, é necessária a aprovação pelo Comitê Gestor de Bacias Hidrográficas, alega não ser tão simples assim. Para a região, ele diz que é necessário que todos atendam aos requisitos do desenvolvimento sustentável, pois devem viver em harmonia com o meio ambiente;
- Várias pesquisas já foram feitas na comunidade, mas os moradores estão desacreditados, pois afirmam que não houve retorno das pesquisas em prol da comunidade. Querem uma pesquisa que venha respaldar sua situação atual junto ao Poder Público, no sentido de haver uma legalização para a situação, isto é, ou há iniciativas para as indenizações ou há uma regulamentação sobre o que realmente a comunidade poder fazer. Como por exemplo: iniciativas para toda a comunidade aderir ao plantio de agricultura orgânica; implantação do ecoturismo, ou outro meio que seja plausível com a situação da região.

Resumo das entrevistas

- A comunidade sentiu-se lesada com a transformação da área em Parque;
- Há desconfiança dos agricultores sobre as atitudes dos Órgãos Públicos;
- A comunidade quer medidas que denotem resultados positivos para a economia;
- Importante para a comunidade que todos aderissem o modelo de agricultura sustentável;
- O Comitê Gestor da Bacia Hidrográfica pode participar na decisão sobre a questão da construção de uma barragem na comunidade.

6.6 Resultado das entrevistas com atores do setor Público - Visão sobre a comunidade de Vargem do Braço

Atores do órgão administrador do Parque

- segundo o Gerente de Unidades de Conservação da FATMA, após o zoneamento será definida a situação real da comunidade de Vargem do Braço e de outras existentes dentro e no entorno do Parque. Expõe que não deveria ser permitido comunidades dentro de um Parque, pois isso vai de encontro à definição de Unidades de Conservação de uso indireto, além de ser uma região que, dependendo de sua utilização por parte da comunidade, irá comprometer todo o abastecimento de água da Grande Florianópolis (utilização de agrotóxico, por exemplo). Mesmo que sejam com medidas alternativas de conviver com a natureza, estas ocupações não são bem-vindas, pois dificulta o trabalho da FATMA, em fomentar algum recurso financeiro junto às empresas ou aos órgãos financiadores de recursos para o Parque, por exemplo, o BIRD. Além disso, ele argumenta que, mesmo não existindo o Parque, a lei Florestal de 1934 e posteriormente a lei 4771/65, o Código Florestal atual e as outras leis e os Decretos, criados com a intenção de preservar o meio ambiente, respaldam que aquela região não deve ser habitada, que, devido a isso, os moradores deveriam ser retirados de lá com indenização ou reassentamento para aqueles ocupantes de boa fé, e sem indenização de qualquer espécie para aqueles de má fé, pois estão infringindo a lei. Alega também que cabe ao Estado promover as indenizações para aqueles moradores. No entanto, atualmente não existem recursos para estas ações. Ele não concorda com a prática da agricultura nas proximidades de um manancial de águas, nem mesmo com qualquer prática dentro do Parque, pois, além de estas serem proibidas em Unidades de Conservação de uso indireto, isso incentiva o aporte de novos produtores, além do fato de a presença destes produtores na área ir contra a preservação de um manancial que atende aos interesses públicos, milhares de pessoas beneficiam-se com a água, ele argumenta. Critica a atitude da EPAGRI, argumentando que esta demonstra falta de cooperação entre estas entidades (EPAGRI/FATMA) e o desconhecimento da primeira do que seja uma Unidade de Conservação de uso indireto. Expõe que isso se dá, talvez, devido ao fato do órgão EPAGRI ser de fomento agrícola e a FATMA ser um órgão ambiental;
- O diretor de Estudos Ambientais da FATMA demonstrou que tem interesse em resolver a problemática que envolve a comunidade. Não quer criar conflitos com os moradores da

região. O mesmo afirma que compreende a situação dos moradores, mas que, devido a sua larga experiência destacando sua carreira construída junto ao órgão, reconhece as dificuldades e acredita que irá encontrar uma maneira plausível para a resolução do problema, que venha ao encontro do bem-estar do meio ambiente, da comunidade e Parque.

As discriminatórias administrativas das propriedades

- Entrevista concedida pelo Diretor da DASF - Diretoria de Assuntos Fundiários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina. Com relação às Discriminatórias Administrativas, O Diretor declarou que foi feito o levantamento administrativo de toda a área de Vargem do Braço, discriminada como Área 'A', mas não foi possível realizar a parte técnica, o que compreende a medição dos terrenos, pois a técnica utilizada na época para a demarcação implicaria em derrubada de árvores e isso é proibido no parque. Então o trabalho realizado pela DASF foi a parte administrativa sobre as terras existentes na região de Vargem do Braço e as outras regiões, isto é, a discriminação dos seguintes dados: quem são os proprietários e o que cada um possui, trabalho posteriormente entregue para a FATMA e dado como encerrado pela DASF;

Ministério Público do Meio Ambiente do Estado

- Entrevista com o Promotor do Ministério Público do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina. O Promotor informou que está sendo criada a primeira "Promotoria Temática sobre o Parque", ele diz ser um projeto inédito no Brasil. Esta Promotoria já foi aprovada e vai ser implementada este ano (2000), atuando na proteção do Meio Ambiente em todas as comarcas dos municípios que abrangem o Parque. Sobre a questão da comunidade de Vargem do Braço, o Promotor disse que o Ministério Público deverá levar em conta a questão social, e quando o Estado tiver condições as indenizações poderão ser pagas, mas completou dizendo que antes irá observar a situação dos moradores tradicionais, pois são pessoas que residem ali há vários anos, argumentou;

Polícia de Proteção Ambiental

- O Tenente da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – CPPA informou que a Polícia Ambiental tem procurado, atualmente, respeitar as três premissas: em primeiro lugar, Educação Ambiental; em segundo, a Prevenção; e, por último, a Repressão. Ele argumenta que deveria haver, nos sindicatos dos agricultores, pessoas capacitadas para orientar os agricultores sobre a preservação ambiental. Argumenta que, em 1998, as ocorrências passaram a ser enviadas diretamente para o Ministério Público, o qual está tomando decisões e observando sempre a questão social do réu. O Tenente argumenta também que, na comunidade de Vargem do Braço, reconhece que as pessoas não são invasoras, pois elas têm títulos de propriedade. Segundo ele, toda a tentativa de se construir algo na comunidade é dever dos policiais, estes devem intervir na comunidade e encaminhar ao Ministério Público o seu parecer, do contrário, a Polícia de Proteção Ambiental pode ser acusada de omissão;

As empresas que trabalham no zoneamento para o Parque

- Em 1999, foi iniciado o zoneamento do Parque pelas empresas “Socioambiental” e “Dinâmica” com previsão para o término em agosto de 2000;
- Um dos diretores da Empresa “Dinâmica”, que está trabalhando no zoneamento do Parque, diz que, para o meio biótico, a comunidade, por se situar no coração, quebra a unidade do Parque como um todo. Cita dois tipos de impactos: “a quebra do fluxo gênico de espécies animais e vegetais”, enfim, toda a forma de vida existente ali devido à “distância que existe entre um pólo e outro (como a Vargem é uma calha, os pólos, as partes mais altas, ficam sem comunicação ou têm sua comunicação interrompida pela presença de pessoas morando ali)”; também há o aspecto “administrativo, a comunidade pode levar qualquer pessoa ao interior do Parque, pois não há como fiscalizar todos que entram”;
- Conforme o diretor da Empresa “Socioambiental”, “a região de Vargem do Braço é um local estratégico não só pela riqueza de recursos hídricos que possui, mas devido a sua localização se dar bem no coração do Parque,” ou seja, na parte central. Isto é um grande problema, argumenta, pois “a existência de pessoas naquela região influencia todo o ecossistema natural,” comprometendo as outras regiões do Parque;

- Sonforme reunião em 15 de agosto de 2000, elaborada pelas empresas que trabalham no zoneamento para o Parque, foi definido, mediante o resultado parcial do zoneamento, que a região de Vargem do Braço continuará sendo uma “zona de recuperação”. Logo, não é permitido pessoas morando na localidade. Mas, ainda estão em estudo as formas que irão definir as tomadas de decisões;

A hipótese da construção de uma barragem

- A Gerência de Meio Ambiente da CASAN expõe que não existe um planejamento adequado sobre a questão dos recursos hídricos da região de Vargem do Braço. Informou também que não há qualquer tipo de projeto sobre a construção de uma barragem na região citada.

Procuradoria Geral do Estado

- Na Procuradoria Geral do Estado, a advogada procuradora afirmou que não cabe indenização aos proprietários de terras da região de Vargem do Braço pelo Estado, “pois as áreas são protegidas pela União (Código Florestal 4.771/65 e outras Leis e Decretos), devido à existência de encostas e mata atlântica”, argumentou a procuradora.

Outros órgãos do setor Público

- O agrônomo da EPAGRI, que trabalha na sede regional de Santo Amaro da Imperatriz, argumenta que: “a FATMA deveria ser mais eficiente em sua gestão frente aos problemas enfrentados pela comunidade em questão.” Ele expõe ainda que: “não basta somente usar o poder e fiscalizar é necessário que haja uma solução para a comunidade sobreviver”;
- O funcionário da Secretaria Estadual do Meio Ambiente argumenta que: “realmente é muito complicado para a FATMA tomar medidas para a resolução da comunidade em questão, pois de um lado existe a legislação que é restritiva à localização da comunidade, que está inserida na região central do Parque, de outro, a questão real da sobrevivência dos moradores da região, a questão social. Há ainda a questão do manancial existente na

região, que abastece a Grande Florianópolis e o temor da poluição advinda desta comunidade neste manancial, devido ao uso de agrotóxicos”.

6.6.2 ONG – Em parceria com um órgão do setor Público

- Para melhor ilustrar o trabalho de uma ONG que atua na região em parceria com um órgão federal, entrevistou-se a ONG “Amigos de Carijós”, fundada em novembro de 1999, em Florianópolis, que desenvolve trabalhos junto ao IBAMA. Em seu estatuto, um de seus objetivos é o de “promover atividades de educação ambiental através do conhecimento do ecossistema local, bem como dos aspectos geopolíticos, socioeconômicos e culturais da região”. Um dos membros da Organização argumentou que uma “ONG ambientalista tem um papel fundamental na viabilização de vários projetos em prol da defesa do meio ambiente, torna-se, então, mais viável angariar os recursos necessários para isso”.

6.6.3 Resumo das entrevistas

- Tomar medidas para a resolução da situação da comunidade;
- Indefinição do comportamento das pessoas de certos órgãos;
- Incompatibilidade da Legislação do Parque com a questão social da comunidade;
- Medidas para evitar conflitos com os agricultores;
- Vargem do Braço é um ponto estratégico por se localizar no coração do Parque;
- Falta um planejamento para os recursos hídricos da região;
- Desejos de não indenização aos proprietários de terras;
- Ocorrências na região de Vargem do Braço são encaminhadas ao Ministério Público;
- Existência da comunidade prejudica a interação da biota;
- Definição da região de Vargem do Baço como área de recuperação;
- A ONG é fundamental para viabilizar projetos e angariar recursos.

6.6.4 Alguns reflexões sobre as entrevistas nos setores Públicos

O zoneamento que atualmente está sendo executado definiu a região de Vargem do Braço como área de recuperação, mas não houve mudança com esta definição, pois a comunidade já era considerada pela FATMA, órgão administrador do Parque, uma área de recuperação, como pode ser verificado, anteriormente, no Segundo Capítulo.

Neste sentido, para haver a saída dos moradores da região de Vargem do Braço, cabe ao Estado promover as indenizações para todos os moradores com escrituras públicas. Como foi observado anteriormente na legislação, deve haver pré-indenização quando o proprietário é impedido de usar sua propriedade, na forma da lei. Além disso, a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro deu-se devido à obrigação do Estado em definir espaços territoriais e seus componentes de forma a serem especialmente protegidos. Neste caso, a criação deste espaço ocorreu por um ato normativo que possibilitou ao Poder Público a proteção especial a este bem, impondo limite quanto ao seu uso. Com isso, pode-se perceber que a região onde fica a comunidade de Vargem do Braço, mesmo que contrarie a vontade de alguns atores administradores do Poder Público, argumentando que não deve haver indenizações devido a área já ser protegida pelo Código Florestal, foi observado, no Capítulo II, que para ser criado um Parque é necessário haver indenização para os proprietários de terras da região de seus limites, pois existe o amparo legal da lei.

Como pode ser verificado, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro faz parte da zona especial de proteção, com isso, fica terminantemente proibida a sua depredação. Também fica claro que a proteção ambiental do Parque tem amparo legal nas formas da lei. A legislação anteriormente denota o grau de restrição quanto ao convívio de pessoas dentro da Unidade de Conservação.

Outra característica relevante, citada pelos entrevistados de setores Públicos, é a bacia hidrográfica, pertencente à região de Vargem do Braço, estar em condições especiais e particulares, pois se localiza na parte interna de uma Unidade de Conservação caracterizada como Parque, isto é, conforme a legislação sobre o Parque, não pode haver manejo. Além disso, há ainda outro motivo para esta particularidade: a água abastece a Grande Florianópolis.

Sobre esta questão, existe a hipótese de futuramente, como citou Amaral (1998), a CASAN, que é uma empresa de economia mista, construir uma barragem na localidade de Vargem do Braço, visando represar as nascentes ou fontes de águas para a captação. Mas, por outro lado, questiona-se o impacto que isso causaria, levantando a questão de que seria

prejudicial para aquela região a construção de uma barragem dentro de uma Unidade de Conservação. Como refletiu Singer (1998), até que ponto pode haver alteração de todo um ecossistema que a natureza levou milhares de anos para construir? Será que a alteração que a natureza vai sofrer é correta? Esta ação realmente dará condições de abastecimento de água para Florianópolis por um longo tempo? Se isto ocorrer, como ficará a questão da legislação vigente? Quando é exposto que a comunidade deve ser deslocada da parte interna do Parque, será para a preservação ou para futuramente se construir uma barragem no mesmo local? Sobre esta questão foi observado, conforme entrevista com o presidente do Conselho Intermunicipal para a implantação do Parque, que o Comitê gestor das Bacias Hidrográficas tem poder de decisão, isto é, a comunidade pode influenciar nas decisões sobre esta questão participando e obtendo informações das reuniões do Comitê.

Em síntese, a região de Vargem do Braço há mais de duas décadas denota uma questão crítica, pois pertence a um Parque e, sendo assim, não pode permitir manejo. Por outro lado, quando a área foi transformada em Unidade de Conservação, já havia moradores, já existiam agricultores. Conforme a lei, para retirá-los de lá é necessário indenizá-los, contudo, a prevenção da defesa continua hipotética para este caso, pelo menos por enquanto. Um dos problemas que vem se alastrando é a falta de recursos por parte do Estado para indenizar os proprietários de terras e efetivar as desapropriações.

É necessário buscar meios que solucionem o impasse, fazendo com que as medidas para a preservação consigam atender aos anseios da comunidade em questão, sem contrariar o órgão administrador. Espera-se que haja, mediante atitudes éticas, um equilíbrio para uma solução plausível que atenda ambas as partes.

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

7.1 Considerações Finais

Como pode ser observado, a região onde fica a localização da comunidade de Vargem do Braço, na parte interna do Parque, é uma região privilegiada por diversas fontes de águas. E o rio de mesmo nome com seus afluentes atravessam toda a região, e suas águas juntamente com as do rio Cubatão abastece a Grande Florianópolis.

Mediante a análise jurídica, o que se verifica não é apenas a não-permissão do uso de agrotóxicos pelos agricultores na região, mas a proibição pela legislação concernente a uma Unidade de Conservação de categoria Parque, de qualquer tipo de manejo nas áreas de seu limite. Devido a isso, houve vários conflitos na região citada.

Não houve indenizações, mas os agricultores encontram restrições no uso de suas propriedades. Eles não sabem com clareza o que realmente podem fazer, pois não houve uma política que esclarecesse a situação numa linguagem acessível para os mesmos.

Ao analisar a legislação, a propriedade, mesmo que esteja sob domínio de alguém, não pode ser objeto de qualquer disposição sem a observância de determinadas normas jurídicas, pois o uso que se faça dela pode causar sérios danos ao meio ambiente, sendo este último de interesse da coletividade, então, a propriedade deve sempre atender aos interesses do bem-estar da coletividade. Além disso, o direito de propriedade é legitimado somente quando esta atende aos requisitos de sua função social.

Vale lembrar ainda que o Estado tem poderes para interferir no direito de propriedade pela preservação do meio ambiente, mas ele pode interferir somente dentro dos parâmetros constitucionais, do contrário, é abuso de poder. Caso implique excesso de limitação para o uso da propriedade, deve haver indenização.

Para as indenizações, o Estado deve observar as particularidades de cada propriedade para não arcar com custos altos, favorecendo aos especuladores que compram terras nestas condições para ganhar dinheiro.

Observou-se também que não adianta haver uma política de proteção do meio ambiente como, por exemplo, a criação de Parques, se, por outro lado, desprezam as comunidades que ali vivem, afinal o homem também é natureza, então, por que deixá-lo à mercê da situação? Com isso, acabam ocorrendo conflitos entre os moradores tradicionais e o Poder Público. Este último tem boas intenções em proteger a diversidade ecológica, quando cria uma Unidade de Conservação, mas, às vezes, parece esquecer de uma parte do meio ambiente, o próprio ser humano.

O que pode ser examinado em relação ao direito de propriedade é que se faz necessário o reconhecimento da proteção do meio ambiente frente à crise ecológica. Mesmo que o meio ambiente esteja sob domínio de particulares ou do Estado, torna-se imprescindível estudar, pesquisar e buscar soluções para a sua proteção.

A participação do Ministério Público sobre as questões ambientais é fundamentalmente necessária para corroborar a ação da cidadania em defesa do meio ambiente. Esta vem garantir aos atores sociais os seus direitos e também seus deveres, através da informação e ação, pois propõe sua inserção nos contextos sociais, podendo assim, visar o bem-estar social e das questões ambientais. Além disso, a ética é um instrumento que pode proporcionar a harmonia social e ambiental para o desenvolvimento de forma sustentada. O ser humano ético questiona os valores e leva em conta as questões ambientais, não visa apenas o desenvolvimento de forma dicotômica, mas de maneira totalmente harmônica com a natureza.

A caracterização dos moradores da região objeto de estudo demonstrou que a poluição causada ao meio ambiente consiste basicamente o uso de insumos químicos nas lavouras. A agricultura orgânica é um meio viável e uma alternativa que todos os agricultores poderiam aderir, pelo menos até o Poder Público tomar uma medida sobre o destino da região.

Em decorrência dessa preocupação com a necessidade de proteção do meio ambiente, a cidadania embasada em atitudes éticas pode proporcionar uma sociedade mais harmônica com a natureza. Mediante uma visão holística do meio ambiente, na qual toda a sociedade sente-se responsável pela degradação ambiental, os cidadãos poderão reverter este quadro, de forma que a natureza não seja mais vista somente para servir o homem, pois ele passará a fazer parte dela, observando, em sua plenitude, todas as formas de vida existentes no planeta.

A ética vem proporcionar ao ser humano esta nova visão de mundo. Agindo eticamente, o homem passa a refletir sobre suas ações, toma consciência da importância de tudo que o norteia, passa a respeitar e a ser mais um preservacionista do meio ambiente.

A ONG surge como um instrumento que vem proporcionar a cidadania, pois, mediante uma sociedade organizada e justa, torna-se mais fácil para os atores sociais reivindicar a efetivação de seus direitos. Pode obter assistência de outras entidades, nacionais e internacionais, e assim proporcionar a defesa do meio ambiente de forma voluntária, através da educação e informação e de outros meios que proporcionem a participação da sociedade. Em síntese, as ONGs são fundamentais para a defesa dos interesses difusos e para o desenvolvimento da democracia.

7.2 ONG – Proposta para a comunidade organizar-se frente à problemática existente

Mediante a pesquisa elaborada, diante das dificuldades de preservação do ecossistema da região, objeto de estudo, pela fiscalização ineficiente, evidencia-se a necessidade da implantação de uma ONG baseada na Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, como uma medida urgente, na comunidade de Vargem do Braço, para atender às seguintes questões:

- Pode ser a representação política da comunidade para a cidadania;
- Organizar a comunidade coletivamente e juridicamente;
- Criar vínculos democráticos entre setores da administração pública e comunidade;
- Incentivar toda a comunidade para que trabalhe um paradigma sistêmico, orgânico e espontâneo;
- Divulgar o trabalho ali realizado, dar o exemplo para a sociedade, mostrando que é possível produzir alimentos sem poluir;
- Divulgar para a sociedade que está lhe propondo mais qualidade de vida;
- Formar comissões interdisciplinares públicas, privadas e comunitárias, para debates e pesquisas sobre o que poderá ser melhorado na relação homem-natureza;
- Informar a toda comunidade de que, se precisar sair, deverá ser por indenizações corretas, com embasamento ético, e não por pressões externas;
- Implantar programas de educação ambiental cooperativa junto aos membros da comunidade;
- Averiguar como vai ficar a Bacia Hidrográfica do rio Vargem do Braço no Parque;

- Ajudar a comunidade para que não perca sua relação com o meio ambiente, que possa ficar em uma outra área do Parque que já foi desmembrada, continuando assim, num ambiente com os mesmos aspectos naturais;
- Definir junto ao Poder Público responsabilidades e competências institucionais sobre a situação e o destino da comunidade;
- Esclarecer a legislação e incentivar para que seja cumprida, informando quais os direitos e deveres que a comunidade tem sobre as questões ambientais;
- Avaliar as atitudes do Estado frente à problemática encontrada e prestar assistência jurídica para a resolução do problema;
- Acompanhar o gerenciamento das associações já instituídas na comunidade;
- Estabelecer intercâmbio com outras ONGs;
- Esclarecer, aos trabalhadores rurais, de que forma a água está sendo poluída com os insumos químicos;
- Angariar recursos para que todos os moradores tenham condições de trabalhar com a agricultura ecológica;
- Garantir a comercialização dos produtos cultivados sem insumos e implementação da feira ecológica;
- Realizar cursos na comunidade sobre outras formas de plantar sem insumos, estimulando a criação de programas de pesquisa e o desenvolvimento da agricultura sustentável;
- Informar a importância da preservação do Parque às gerações presentes e futuras;
- Incentivar que cada morador seja um multiplicador na preservação do Parque;
- Estimular as práticas que não sejam impactantes ao Parque;
- Mostrar aos moradores que eles também ganham com a preservação ambiental;
- Estimular as culturas que sejam feitas sem insumos químicos;
- Incentivar a busca de solucionamento de conflitos entre comunidade e órgãos fiscalizadores.

Com uma organização, ONG, torna-se mais viável fomentar recursos para as diversas atividades que podem ser implementadas mediante uma sociedade organizada. Mesmo que seja definido que a comunidade não poderá mais permanecer no Parque, que os moradores serão indenizados para desocuparem suas terras, a ONG, ainda assim, continua sendo importante. Pode organizar a comunidade para que esta seja respaldada junto ao Estado sobre todas as definições e todos os destinos dados à região.

A ONG pode dar subsídios para que os agricultores mudem seus hábitos em relação às práticas agrícolas e, dessa forma, seja implementada a mudança de paradigmas. Pode fomentar, também, a cidadania embasada em conteúdos éticos.

7.3 Sugestões para Novas Pesquisas

Algumas sugestões para novos trabalhos de pesquisa que venham complementar os conhecimentos:

- Desenvolver estudos e projetos que contribuam para a recuperação de áreas degradadas e o reflorestamento com espécies nativas;
- Identificar e desenvolver metodologias para a incorporação da educação ambiental de forma efetiva aos agricultores que residem em áreas de Unidades de Conservação e também para os que não residem nestas áreas;
- Desenvolver projetos sobre possíveis áreas de Unidades de Conservação, no sentido de estudar e viabilizar locais para as pessoas residentes nestas áreas ou no entorno;
- Desenvolver projetos que dêem condições às pessoas, que vivem em conflitos em áreas críticas, de encontrarem formas para sobreviverem até o Poder Público tomar medidas para a solução;
- Desenvolver pesquisas sobre a proteção dos Recursos Hídricos existentes na região de Vargem do Braço, implementando a educação ambiental visando a proteção de todas as nascentes da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto Armando Ramos. *Direito do meio ambiente e participação popular*. Brasília: IBAMA, 1994.

AMARAL, Eduardo Antônio Ribas. *Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. Florianópolis 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

AQUINO, A. M de; NEVES, M. C. P. *A História do Seu João das Alfaces: Uma Introdução à Agricultura Orgânica*. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1996.

ART, Henry W. et al. *Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

ARISTÓTELES. *A Política*. 2. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Apresentação de livros*: NBR6029. Rio de Janeiro, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Apresentação de citações em documentos*: NBR10520. Rio de Janeiro, 1992.

BENJAMIN. Antônio Herman V. A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico apontamentos sobre a opressão e a libertação judiciais do meio ambiente e do consumidor. In: MILARÉ, Édís. et al. (Coord.). *Ação Civil Pública: Lei nº 7.347/85: reminiscência e reflexões*. Após dez anos de aplicação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. *A Proteção do Meio Ambiente Frente ao Direito de Propriedade: a função ambiental da propriedade rural*. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

BRASIL PINTO, Antônio Carlos. *Turismo e Meio Ambiente: Aspectos jurídicos*. São Paulo: Papirus, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 11. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1998.

_____. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. *Manejo orgânico de produção: Instrução Normativa Nº 7 de maio de 1999*. Brasília: Gabinete do Ministro, 1999.

_____. *Novo Código Florestal, Lei Nº 4.771/65*. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/4.771-65.htm>>. Acesso em: 10 set. 2000.

BUARQUE, Cristóvam. O pensamento em um mundo Terceiro Mundo. In: BURSZTYN, Marcel (Org). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURSZTYN, Marcel. (Org). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. (Org). *Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia: Achega para o seu traçado*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 16-17.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. *O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. Florianópolis: EDUFSC, 1990.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA – CECCA. *Unidades de Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina: caracterização e legislação*. Florianópolis: Insular, 1997.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COLOMBO, Marisa. *Resgate histórico das relações socio-ambientais a partir da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. Especialização em Educação e Meio Ambiente, Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 1999.

DANELUZZI, Marcelo Duarte. *Desapropriação indireta em unidades de conservação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, Ano 2, jan – mar, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Vieira, Paulo Freire; Weber, Jacques (Org). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As Áreas Naturais Protegidas, o Turismo e as Populações Tradicionais. In: SERRANO, Célia M. T. & BRUHNS, Heloisa T. (Orgs.). *Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Ambiente*. São Paulo: Editora Papirus, 1999.

DIEHL, Franceline Pantoja. *Políticas públicas e legislação ambiental brasileira (1972 – 1992) – um histórico*. 1994. Mestrado (curso de Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 1989.

ESTADOS UNIDOS. Departament of Agriculture. Grupo de Estudos sobre a Agricultura Orgânica. *Relatório e recomendações sobre a agricultura orgânica*. Tradução de Iara Maria C. D. Senta. Brasília: CNPq, 1984, 128p.

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, Leila da Costa. A política ambiental no Brasil. In: MARTINE, George. *População meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GAMA, Ângela Maria R. Couto. *Diagnóstico Ambiental do Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC: Uma abordagem integrada da paisagem*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 4. ed. São Paulo: Papirus, 1993.

IBGE – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, *Censo Demográfico 1991 – Dados do Arquivo Universo*, CD-ROM.

_____. *Contagem da População 1996 - Agregado de Setores: Santa Catarina*. Florianópolis, Rio de Janeiro: 1996 – Dados do Arquivo Universo, CD ROM.

JACQUES, Maria da Graça Correa; Nunes, Maria L. Tiellet, et. al. (Org). *Relações sociais & ética*. Porto Alegre: ABRAPSO – Regional Sul, 1995.

KRIEGER, Maria da Graça; et ali. (Org.). *Dicionário de Direito Ambiental. Terminologias das leis do meio ambiente*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Procuradoria Geral da República, 1998.

LAGO, Benjamim Marcos. *Dinâmica social: como as sociedades se transformaram*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luis. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

LEIB, Soibelman. *Enciclopédia do Advogado*. Rio de Janeiro: Thex Ed.: Biblioteca Universidade Estácio de Sá, 1994.

LIMA E SILVA, Pedro Paulo de; et ali. *Dicionário brasileiro de Ciências Ambientais*. Rio de Janeiro: Thex Editores, 1999.

LUTZENBERGER, José. *Gaia – O planeta vivo (por um caminho suave)*. Porto Alegre: L&M, 1990.

MACEDO, Paulo Emílio V. Borges de. O Papel das Associações Cívicas na Defesa dos Interesses Difusos. In: OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades de; MORATO LEITE, José Rubens (Org). *Cidadania coletiva*. Florianópolis: Paralelo 27, 1996.

MARTINE, George. (Org.). *População meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1998.

MAGNANINI, Alceo; NEHAB, Maria. A. F. *Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. Rio de Janeiro: FEEMA, 1976.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. São Paulo: *Revistas dos Tribunais*, 2000.

_____. Responsabilidade ética em face do meio ambiente. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1997.

_____. A ação civil pública em defesa do ambiente. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1996.

_____. (Coord). *Ação Civil Pública, reminiscências e reflexos após dez anos de aplicação*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1995.

MIRRA, Álvaro Luiz. Princípios Fundamentais do direito ambiental. In: OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades de; MORATO LEITE, José Rubens. (Org). *Cidadania coletiva*. Florianópolis: Paralelo 27, 1996.

MOTTA, Maude N. J. O exercício da cidadania no direito ambiental. In: VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, ROXANA Cardoso B. (Org.). *O novo em direito ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

MORI, Emilio. *Proposta de plano de gestão e zoneamento ambiental para área de proteção Ambiental do Anhatomirim, SC*. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental), Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MORATO LEITE, José Rubens. Introdução ao conceito jurídico de meio ambiente. In: VARELLA, Marcelo D; BORGES, Roxana C. B. (Orgs.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. *Espaços ambientais protegidos e unidades de conservação*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1993.

MENDES, Armando Dias. Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia: Achegas para o seu traçado. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NEVES, Estela; TOSTES, André. *Meio ambiente: Aplicando a Lei*. Petrópolis: vozes, 1992.

OLIVEIRA, Flávio Batista de. *Manejo de produtos residuários do uso de agrotóxicos na bacia do Cubatão do Sul*. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental),

Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades de; MORATO LEITE, José Rubens. (Org). *Cidadania coletiva*. Florianópolis: Paralelo 27, 1996.

PARANÁ. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Coletânea de Legislação Ambiental Federal e Estadual*. Coordenadoria de Estudos e Defesa do Meio Ambiente: Curitiba, 1990.

PASSOS. Lidia Helena Ferreira da Costa. A Proteção Jurídica dos Espaços Ambientais Especiais: Unidades de Conservação. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1997.

PEREIRA, Moisés Alan. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos funcionais, fundiários e ambientais – uma contribuição ao estudo das Unidades de Conservação*. 1992. Monografia (Curso de Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

PEARCE, D. et. alii. *Blueprint for a Green Economy*. London: Earthscan Publications Ltda., 1990.

PINTO, Waldir de Deus. *Legislação Federal do Meio Ambiente*. Brasília: IBAMA, 1996.

RODET, Jean-Claude. *A Agricultura Biológica*. Lisboa: Edições ITAU, 1984.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Aspectos jurídicos das Unidades de Conservação. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, n. 1, 1996.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: considerações sobre o ambiente de trabalho rural e a questão dos agrotóxicos. In: VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso B. (Org). *O novo em direito ambiental*, Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. (Org). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Antonio Silveira Ribeiro dos. O direito ambiental e a participação da sociedade. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, jun – Set, 1996.

SANTA CATARINA. *Constituição do Estado*. Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1989, p. 72.

SANTA CATARINA. (Estado). *Legislação das Unidades de Conservação no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação do Meio Ambiente – FATMA, 1999a.

_____. (Estado). *Legislação Ambiental Básica do Estado*. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM, Fundação do Meio Ambiente - FATMA: Florianópolis, 1999b.

_____. (Estado). *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Estudos de Alternativas Econômicas, Projeto-piloto: Inventário do patrimônio natural e dos recursos humanos para o desenvolvimentos do turismo no Município de São Bonifácio – 1999*, Programa de Educação Ambiental, Projeto Microbacias/BIRD: Coordenação/FATMA, Florianópolis, 1999c.

_____. (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. DIAF - Diretoria de Assuntos Fundiários: Comissão especial de discriminação de terras devolutas do Estado de Santa Catarina, CE / SC –2, Florianópolis, 1993.

_____. (Estado). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral*. Florianópolis, 1997.

SCHERER–WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J. et alii. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*. Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHIOCHET, Valmor. *Esta terra é minha terra: movimento dos desaparecidos de Papanduva*. Blumenau: Ed. da FURB, 1993.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. A Vida e os Parques: Proteção Ambiental, Turismo e Conflitos de Legitimidade em Unidades de Conservação. In: SERRANO, Célia M. T. & BRUHNS, Heloisa T. (Orgs.). *Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Ambiente*. São Paulo: Editora Papirus, 1999.

SGANZERLA, Edílio. *Nova Agricultura: a fascinante arte de cultivar com os plásticos*. Porto Alegre: Petroquímica Triunfo, 1986.

SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SILVA, Adna Lúcia da; MENEZES, Estera Nuskatz. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000, 118p.

SILVA, Carlos Eduardo L. da. (Coord). *Ecologia e Sociedade*. Uma introdução às implicações sociais da crise ambiental. São Paulo: Loyola, 1978.

SILVA, Odair. G. da et al. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: Aspectos físicos*. Florianópolis: FATMA, 1985,

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Candido da. *Conversando sobre ética e cidadania*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

STROH, Paula Yone. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: Cavalcanti, Clóvis (Org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

TAUK-TORNISIELO, Sâmia Maria; GOBBI, Nivar. et. ali. (Org). *Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

TENÓRIO, Fernando G. (Org). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. (Coord.). *Gestão Social: metodologias e casos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

URBAN, Teresa, (Coord.) Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS. *Prática para o Sucesso de ONGs Ambientalistas*, Curitiba: UNIBANCO, 1997.

VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso B. (Org). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

VÁSUEZ. Adolfo Sanches. *Ética*. 13. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, 267p.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Org). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental*. Tradução por Anne Sophie de Pontbriand – Vieira, Christilla de Lassus. São Paulo: Cortez, 1997.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R. et ali. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

WAINER, Ann Helen. *Legislação Ambiental Brasileira: Subsídios para a História do Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (Orgs). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

ANEXO A

LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

ANEXO B

**MOSAICO DE FOTOGRAFIAS DA REGIÃO DE VARGEM DO BRAÇO, SANTO
AMARO DA IMPERATRIZ, SANTA CATARINA, BRASIL**



Figura 12 - A Beleza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fonte: http://paginas.terra.com.br/turismo/serradotabuleiro/parque_estadual.htm



Figura 13 - A beleza do rio Vargem do Braço e da vegetação nas suas margens

Fonte: Acervo da autora



Figura 14 - Assoreamento do rio Vargem do Braço e a presença de seixos
Fonte: Acervo da autora



Figura 15 - Barragem de captação de água do Rio Vargem do Braço
Fonte: http://www.casan.com.br/mananciais_lha.htm



Figura 16 - Rio Vermelho, um dos afluentes do rio Vargem do Braço
Fonte: Acervo da autora



Figura 17 - Rio em uma propriedade particular, afluente do rio Vargem do Braço
Fonte: Acervo da autora



Figura 18 - O salto do rio Vermelho

Fonte: Acervo da autora



Figura 19- No entorno do salto do rio Vermelho uma área com preservação natural da mata

Fonte: Acervo da autora



Figura 20 - Rio em uma propriedade particular, afluente do rio Vargem do Braço
Fonte: Acervo da autora



Figura 21 - Córrego na propriedade de um sitiante
Fonte: Acervo da autora



Figura 22 – Açude artificial em uma propriedade particular
Fonte: Acervo da autora



Figura 23 – Açude natural em uma propriedade particular
Fonte: Acervo da autora



Figura 24 - Uma das Escolas sem atividades na região
Fonte: Acervo da autora



Figura 25 - O campo de futebol da comunidade
Fonte: Acervo da autora



Figura 26 - A igreja matriz, localizada bem no coração da comunidade
Fonte: Acervo da autora



Figura 27 - Flores nativas da região
Fonte: Acervo da autora



Figura 28 - Uma família de agricultores trabalhando na lavoura
Fonte: Acervo da autora



Figura 29 - Depósito de lixo para embalagens de agrotóxicos. Devido a demora da coleta, as embalagens também são colocadas diretamente no chão
Fonte: Acervo da autora



Figura 30 - Casa de agricultor, estilo enxaimel
Fonte: Acervo da autora



Figura 31 - Casa de agricultor, estilo enxaimel
Fonte: Acervo da autora



Figura 32 - Portão de entrada da propriedade de um sitiante

Fonte: Acervo da autora



Figura 33 - Parte da propriedade de um agricultor

Fonte: Acervo da autora



Figura 34 - A exploração de areia na região interna do Parque
Fonte: Acervo da autora



Figura 35 - A beleza e exuberância das montanhas na região
Fonte: Acervo da autora



Figura 36 – Vista parcial da região, alguns residências e plantações
Fonte: Acervo da autora



Figura 37 - Vista parcial da região, algumas residências e plantações
Fonte: Acervo da autora

ANEXO C

QUESTIONÁRIO APLICADO NA REGIÃO DE VARGEM DO BRAÇO

Dados Conjunturais da região de Vargem do Braço - Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - município de Santo Amaro da Imperatriz

Origem: _____ Município: _____ Anos que reside na propriedade: _____

FAMÍLIA (1)		EDUCAÇÃO (2)		TRAB. LOCAL (3)		TRAB. EXTERNO (4)	
1.2 - Grau de parentesco 1 - Pai 2 - Mãe 3 - Filho 4 - Filha 5 - Agregado 6 - Genro 7 - Nora 8 - Outro	1.3 - Sexo M - masculino F - feminino	1.4 - Idade em anos	1.5 - Local nascimento Cidade/Estado	1.6 - Estado civil 1 - solteiro 2 - casado 3 - viúvo 4 - separado 5 - outros	1.7 - Reside casa pais? S - sim N - não	2.1 - Freqüência escolar S - sim N - não	2.2 - Tipo de escola 1 - isolada 2 - básica 3 - seq. grau ou profiss. 4 - superior a - Escola municipal b - Escola estadual c - Escola particular
2.3 - Estuda município? S - sim N - não	2.4 - Qual curso? Discriminar	2.5 - Continua estudando? S - sim N - não	2.6 - Última série concluída 00 - analfabeto 01 - 1 série 1 grau 02 - 2 série 1 grau 03 - 3 série 1 grau 04 - 4 série 1 grau 05 - 5 série 1 grau 06 - 6 série 1 grau 07 - 7 série 08 - 8 série 1 grau 09 - 1 série 2 grau 10 - 2 série 2 grau 11 - 3 série 2 grau 12 - sup. Incompleto 13 - sup. completo	2.7 - Motivo não retorno 1 - trabalho com renda 2 - trabalho sem renda 3 - doença 4 - ausência de vaga 5 - distância da escola 6 - mudança (dentro mun.) 7 - mudança (fora mun.)	2.8 - Deseja retomar S - sim N - não	2.9 - Horário disponível M - manhã T - tarde N - noite	3.1 - Freqüência do trabalho 1 - Integral 2 - meio período 3 - às vezes 4 - fim de semana 5 - não trabalha
3.2 - Renda mensal 1 - 1 a 3 sal. mín. 2 - 4 a 6 sal. mín. 3 - 7 a 10 sal. mín. 4 - mais de 10 sal. mín.	4.1 - Cargo/Função Discriminar	4.2 - Renda mensal 1 - 1 a 3 sal. mín.	4.3 - Outras profissões e/ou habilidades				

5 - Qual a sua opinião sobre o ensino ministrado nas escolas deste município?

☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ não sabe

6 - Quais os cursos que a família teria interesse em particular? _____

ASPECTO CULTURAL - Recursos da Herança Cultural

7 - A família fala alguma língua diferente da língua portuguesa: ☐ não ☐ sim

7.1 - Caso afirmativo, qual: ☐ italiano ☐ alemão ☐ outro: _____

8 - Fala algum dialeto: ☐ sim ☐ não

8.1 - Caso afirmativo:

Qual: ☐ vêneto ☐ friulano ☐ trentino ☐ outro: _____

8.1.1 - Qual faixa etária dos que falam:

☐ 0 - 20 ☐ 21 - 35 ☐ 36 - 59 ☐ mais de 60 anos

8.1.2 - Como aprendeu:

☐ com a família ☐ frequentou curso especializado

☐ ainda frequenta curso especializado ☐ outro: _____

8.2 - Caso não fale língua/dialeto, qual motivo:

☐ não há interesse ☐ não há tradição familiar

☐ não há tempo para o aprendizado ☐ outro: _____

9 - Cultiva sua tradição de origem através de:

☐ canções ☐ culinária ☐ danças ☐ festividades religiosas

☐ língua/dialeto ☐ outro: _____

10 - O que há em sua propriedade que tenha sido construído pelos imigrantes:

10.1 - De que origem é a construção: ☐ italiana ☐ alemã ☐ outro: Qual _____

11 - Construções antigas: ☐ sim ☐ não

11.1 - De que tipo: ☐ madeira ☐ alvenaria ☐ pedra ☐ outra: _____ Idade: _____

12 - Ruínas: ☐ sim ☐ não

12.1 - De que tipo: ☐ madeira ☐ alvenaria ☐ pedra ☐ outra: _____ Idade: _____

13 - Sua família prepara algum prato típico especial ou outros produtos coloniais que poderiam ser comercializados? ☐ sim ☐ não

13.1 - Quais? _____

SANEAMENTO

17 - Sua casa tem abastecimento de água encanada? ☐ sim ☐ não

18 - A água usada em sua casa é tratada? ☐ sim ☐ não

19 - De onde provém a água que abastece sua casa? ☐ rede geral ☐ poço ☐ poço artesiano

☐ nascente ☐ rio ☐ outro. Qual? _____

20 - Possui reservatório? ☐ sim ☐ não

21 - Faz limpeza no reservatório? ☐ sim ☐ não

22 - Com que frequência limpa o reservatório?

☐ uma vez/ano ☐ duas vezes/ano ☐ + duas vezes/ano

23 - Faz algum tipo de tratamento na água? ☐ sim ☐ não Qual: _____

24 - Costuma ferver/filtrar a água para tomar? ☐ sim ☐ não ☐ às vezes

25 - Seu banheiro é dentro de casa? ☐ sim ☐ não

26 - Se sim, o que contém? ☐ vaso sanitário ☐ revestimento lavável ☐ pia ☐ chuveiro

26.1 - Se não, de que tipo é? ☐ latrina com buraco ☐ latrina sem buraco ☐ outro _____

27 - Que destino é dado ao esgoto? ☐ não sabe ☐ rede geral

☐ fossa séptica ☐ poço negro

27.1 - De que tipo? ☐ vala aberta ☐ plantação ☐ rio ☐ outro _____

28 - A que distância e posição fica o esgoto do banheiro:

1 - da casa (em metros) _____

2 - da fonte de água _____ ☐ acima ☐ abaixo

3 - da plantação _____ ☐ acima ☐ abaixo

29 - A que distância e posição fica o esgoto da cozinha:

1 - da casa (em metros) _____

2 - da fonte de água _____ ☐ acima ☐ abaixo

3 - da plantação _____ ☐ acima ☐ abaixo

- 38.1 - De que tipo: ☐ convencional ☐ outro (qual) _____
- 38 - Qual casa tem telhado? ☐ sim ☐ não
- ☐ de madeira ☐ de madeira ☐ de madeira ou esquadro
- 39.5 - Como estão estas fontes de energia?
- desenvolvidas ☐ desenvolvidas ☐ desenvolvidas ☐ desenvolvidas ☐ desenvolvidas ☐ outras
- 39.1 - Caso afirmativo, quais? ☐ gás ☐ lenha ☐ energia solar (casamento) ☐ outros
- 39 - Quais outras fontes de energia? ☐ sim ☐ não
- 39.5 - A qual fonte atende bem suas necessidades? ☐ sim ☐ não
- 39.1 - Qual é o tipo de iluminação? ☐ monofásica ☐ trifásica ☐ mista
- 39 - Qual casa tem luz elétrica? ☐ sim ☐ não
- 39.1 - De que tipo é sua iluminação? ☐ elétrica ☐ elétrica ☐ elétrica ☐ elétrica
- 39 - Qual iluminação é: ☐ elétrica ☐ elétrica ☐ elétrica _____

INFORMAÇÕES INTERIAS

- 39.5 - Caso afirmativo, onde mora? ☐ no rio ☐ na lagoa ☐ em casa ☐ outro
- ☐ uma vez ☐ duas vezes ☐ três vezes ☐ quatro vezes
- 39.1 - Caso afirmativo, quantas vezes mora?
- 39 - Mora as empresas em áreas de desenvolvimento? ☐ sim ☐ não
- ☐ outras ☐ outras fontes de desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento
- 39 - De qual região desenvolvimento que desenvolvimento das empresas?
- ☐ brasileiro ☐ estrangeiro ☐ estrangeiro ☐ estrangeiro ☐ estrangeiro
- 39 - Normalmente que tipo de lixo produzido pelos moradores?
- ☐ não
- 39.1 - Tem de que desenvolvimento que desenvolvimento? ☐ sim ☐ não (qual) _____
- ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento _____
- ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento
- 39.5 - Caso afirmativo, que desenvolvimento é dado ao lixo produzido?
- ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento _____
- ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento ☐ desenvolvimento
- 39.1 - Caso afirmativo, que desenvolvimento é dado ao lixo produzido?
- 39 - O lixo produzido é desenvolvido ao desenvolvimento? ☐ sim ☐ não

INFRA ESTRUTURA EXTERNA

41 - Como é o acesso entre sua propriedade e a cidade? ☐ bom ☐ razoável ☐ ruim

42 - Qual a distância entre sua propriedade e a cidade? (em Km) _____

43 - Há sinalização nas estradas/ruas? ☐ sim ☐ não

43.1 - Caso afirmativo, qual o estado de conservação desta sinalização?

☐ bom ☐ razoável ☐ ruim

44 - A pavimentação na maior parte da estrada é:

☐ asfalto ☐ calçamento ☐ chão batido ☐ sem condições

45 - Que tipo de transporte sua família utiliza?

☐ automóvel ☐ caminhão ☐ caminhonete ☐ trator ☐ carroça ☐ charrete

☐ cavalo ☐ carro de boi ☐ bicicleta ☐ outros: _____

46 - Há ônibus ou táxis que atendam sua propriedade ou proximidades? ☐ sim ☐ não

47 - O transporte atende as necessidades? ☐ sim ☐ não Se não, por quê? _____

48 - A qualidade dos veículos é: ☐ boa ☐ média ☐ ruim

49 - Qual a frequência do transporte? _____

50 - Qual a frequência do uso (da família)? _____

LAZER

58 - Quais as formas mais comuns de lazer de sua família?

Tipo de lazer	Homem	Mulher	Adolescente	Idoso
1. Futebol				
2. Atividades na paróquia				
3. Festa comunitária				
4. Jogos				
5. Cavalgada				
6. Artesanato				
7. Caminhada				
8. Reunião com amigos				
9. Outros				

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

59 - Condição da propriedade? ☐ própria (em ha) _____
☐ arrendado (em ha)

De outro: _____
 Para outro: _____

60 - Terra

Área total: (ha) _____

Cultivável: _____

Topografia: _____

Acidentada: _____

Disponibilidade de água: _____

Rio: _____

Pastagem natural: _____

Ondulada: _____

Córrego: _____

Mata Nativa: _____

Plana: _____

Açude: _____

Reflorestada: _____

Mata ciliar: _____

Várzea: _____

Lago: _____

Preservação Perm: _____

Encosta: _____

Outro: _____

Reserva legal: _____

Outro: _____

Legenda: Para quem vende? 1- Consumidor final 2 - Intermediário
 3 - Atacadista/CEASA 4 - Cooperativa 5 - Indústria/agroindústria
 6 - outro _____

69 - Produção Animal:

Espécies	Quantidade	Consumida/Ano	Vendida/Ano	Valor Produção vendida (R\$)	Para quem vende?
Aves					
Bovinos					
Caprinos					
Ovinos					
Suínos					
Equínos					
Peixes					
Outros					

70 - Derivados: (origem animal e vegetal)

Produto	Unidade	Quantidade	Consumida/Ano	Vendida/Ano	Valor Produção vendida (R\$)	Para quem vende
mel	kg					
ovos	Dz					
manteiga	Kg					
queijo	Kg					
leite	Lts.					
iogurte	Lts.					
massas	Kg					
bolachas	Kg					
pães/cucas	Un.					
compotas	Un.					
chimias	Kg.					
rapadura	Un.					
graspa	Lts.					
licor	Lts.					
carne	Kg.					
banha	Kg.					
embulidos	Un.					

71 - Utilizou algum tipo de crédito, para financiar a produção da última safra? ☐ sim ☐ não

71.1 - Se sim, qual tipo? _____

72 - Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento de sua propriedade?

TIPO	SIM	NAO
Armazenamento		
Assistência técnica		
Crédito agrícola		
Comercialização		
Insumos (sementes, adubo)		
Qualidade do solo		
Custos da produção		
Preço dos produtos		
Estradas		
Transporte		
Falta de equipamentos		
Legislação rigorosa exploração recursos naturais		
Qualidade das pastagens		
Dificuldade de insumos para ração animal		
Genética dos animais		
Falta de instalações adequadas para animais		
Falta de unidades de abate e processamento		
Falta de unidades para industrialização		
Dificuldade de irrigação		
Dificuldade em relação ao relevo		
Dificuldade de mão-de-obra		
Dificuldade de energia		
Outra:		

Associativismo

73 - Você pertence a alguma forma de organização aqui relacionadas?

- ☐ Sindicato dos Trabalhadores Rurais ☐ Associação Comunitária
☐ Cooperativa ☐ Condomínio ☐ Associação Religiosa
☐ Conselho Municipal ☐ Clube ☐ Prestação serviço
☐ Mutirão ☐ Não participa

Uso e proteção do encostas

74 - Já efetuou algum tipo de alteração no relevo de sua propriedade? ☐ sim ☐ não

74.1 - Se sim, de que tipo foi? ☐ corte ☐ aterro ☐ reificação de riachos

☐ construção açude ☐ outro _____

75 - Essas alterações apresentaram algum problema? ☐ sim ☐ não

75.1 - Se sim, de que tipo? _____

76 - Já observou alguma das seguintes evidências em sua propriedade? (desastre natural)

☐ erosão do solo ☐ rachadura nas edificações ☐ trincas no terreno

☐ deslizamento de solo ☐ inclinação de árvores, postes ☐ outro: _____

77 - Que soluções usa para evitar:

77.1 - erosão do solo? _____

77.2 - erosão das margens dos rios? _____

78 - Recebe instruções/palestras sobre agricultura?

☐ Emater ☐ Cooperativa ☐ Prof. Autônomo ☐ Sindicato ☐ Prefeitura

☐ outro _____

Fatores ambientais para dados de projeto:

79 - Tem interesse em reflorestar?

☐ sim - 79.1 - Por quê? ☐ a região é carente de produtos florestais

☐ há incentivo e apoio técnico por parte de órgãos públicos ou privados

☐ há empresas na região que consomem madeiras em quantidades suficiente que justifica o investimento no setor

☐ exigência legal

☐ não - 79.2 - Por quê? ☐ a legislação florestal é muito rígida

☐ não tem onde vender

☐ não é economicamente viável

☐ outros. Quais? _____

80 - Qual a área, em ha, disponível para reflorestamento? _____

81 - Que tipo de área, em ha, está disponível para reflorestamento?

☐ encosta _____ ha ☐ plana _____ ha ☐ margens rio/riacho _____

Espécies e interesses de produção:

82 - Que espécie pretende reflorestar?

☐ eucalipto ☐ pinus ☐ acácia-negra ☐ nativas.Quais? _____

83 - Qual objetivo do reflorestamento?

☐ consumo na propriedade ☐ consumidores da região
☐ consumidores fora da região ☐ preservação ambiental

84 - Possui algum interesse em reflorestamento consorciado?

☐ sim 84.1 - De que tipo? ☐ com agricultura ☐ com gado ☐ com agricultura e gado
☐ não

84.1.2 - Na consorciação entre a floresta com agricultura, que espécies prefere adotar?

☐ erva-mate ☐ eucalipto ☐ pinus ☐ acácia-negra ☐ outras.Quais? _____

☐ feijão ☐ milho ☐ soja ☐ fumo ☐ outras.Quais? _____

84.1.2- Para o reflorestamento consorciado com pecuária, quais seriam as espécies de preferência?

☐ eucalipto ☐ pinus ☐ acácia-negra ☐ erva-mate ☐ outras.Quais? _____
RECURSOS NATURAIS85 - Há interesse em receber turistas em sua propriedade? ☐ sim ☐ não85.1 - Caso afirmativo: ☐ interesse direto (hospedagem) ☐ interesse indireto (venda produto/visitação)

86 - Para quais atividades turísticas sua propriedade poderia receber visitantes?

☐ venda produtos coloniais ☐ passeio de cavalo ☐ ecoturismo ☐ turismo rural

☐ banhos de cachoeira, rio ☐ pesque-pague * ☐ visitação a arquitetura local

☐ outros, quais? _____
87 - Há algum local que possibilite uma vista panorâmica das redondezas ou apresente alguma característica interessante para ser observado? ☐ sim ☐ n o87.1 - Caso afirmativo, há algum caminho até este local? ☐ sim ☐ n o88 - Há florestas nativas em sua propriedade (preservada)? ☐ sim ☐ n o88.1 - Caso afirmativo há caminhos (trilhas) que passem por ela? ☐ sim ☐ n o89 - Há campos cultivados de grande extensão? ☐ sim ☐ não Extensão: (em ha) _____90 - Há lagos (naturais) ou apudes em sua propriedade? ☐ sim ☐ não Quantos _____ Extensão: _____91 - Algum rio ou córrego passa por sua propriedade? ☐ sim ☐ não Quantos? _____ Extensão: _____

- 92 - Há cascatas e cachoeiras em sua propriedade? ☐ sim ☐ não Quantos? _____
- 92.1 - Caso afirmativo, há acesso fácil até elas? ☐ sim ☐ não
- 92.2 - Quais período de maior volume de água? ☐ verão ☐ inverno ☐ outono ☐ primavera
- 93 - Há bons locais para pesca em sua propriedade? ☐ sim ☐ não Quantos? _____ Dimensão: _____
- 94 - Há algum tipo de caverna em sua propriedade? ☐ sim ☐ não Quantas? _____ Dimensão: _____
- 94.1 - Caso afirmativo, há acesso fácil até o local? ☐ sim ☐ não
- 95 - Há algum local onde se possa observar a fauna nativa (aves, mamíferos) com facilidade?
- ☐ sim ☐ não
- 95.1 - Em que época do ano é mais fácil encontrá-los?
- 95.2 - Há acesso fácil até esses locais? ☐ sim ☐ não
- 96 - Na sua visão há algum outro atrativo turístico em sua propriedade? ☐ sim ☐ não
- 96.1 - Se sim, qual? _____

EXPECTATIVAS PESSOAIS

- 97 - Você já se desfez de alguma propriedade ou de parte dela para tentar melhorar de vida?
- ☐ sim ☐ não
- 97.1 - Caso afirmativo, de que tipo?
- ☐ rural ☐ terreno ☐ apartamento ☐ casa ☐ outro _____
- 98 - Está disposto a investir em sua propriedade? ☐ sim ☐ não
- 98.1 - Caso afirmativo, na faixa de: (salário mínimo) ☐ 1 a 5 ☐ 6 a 10 ☐ 11 a 15
- ☐ 16 a 20 ☐ + de 20
- 99 - Você se interessaria, ou alguém na sua família, na instalação de uma agro-indústria (engenho, abatedouro,...), se houvesse apoio da Prefeitura ou alguma empresa? ☐ sim ☐ não
- 99.1 - Se sim:
- Qual atividade estaria disposto a apoiar ou investir?
- ☐ leite ☐ derivados do leite ☐ carne ☐ doces/compostas/chimie ☐ mel
- ☐ frutas e hortaliças ☐ artesanato couro ☐ artesanato madeira ☐ artesanato vime/palha
- ☐ cerâmica ☐ massas ☐ pães/cucas ☐ derivados da cana-de-açúcar ☐ cucas
- 99.1.1 - Quanto tempo pode ou poderia dedicar a esta atividade? ☐ integral ☐ parcial
- 100 - Além das atividades atualmente desenvolvidas em sua propriedade pretende desenvolver outras? ☐ sim ☐ não
- 100.1 - Se sim, cite quais seriam elas:

AGROINDÚSTRIA: (egalizada)

101 - A agroindústria é: ☐ formal ☐ informal

102 - Quais produtos fabrica/comercializa? (levantar em anexo o processo de fabricação/comercialização)

103 - A produção é caseira ou industrial? ☐ caseira ☐ industrial

104 - Para quem esses produtos são vendidos?

☐ 1 - Consumidor final

☐ 2 - Intermediário

☐ 3 - Atacadista/CEASA

☐ 4 - Cooperativa

☐ 5 - Indústria/Agroindústria

☐ 6 - Outro: _____

105 - Quais as matérias-primas utilizadas?

106 - De quem compra a matéria-prima? ☐ diretamente do fabricante ☐ em cooperativa

☐ no atacado

☐ no varejo

☐ outro: _____

107 - Que critérios usa para escolher a matéria-prima?

☐ qualidade do produto ☐ menor preço ☐ maior prazo de pagamento

☐ proximidade com o fornecedor ☐ tradição de compra

108 - Quais equipamentos são utilizados no processo de produção?

109 - Quantas pessoas se envolvem na produção?

nº da família: _____ empregados: _____

110 - As pessoas que fazem parte do processo produtivo aprenderam de que forma?

☐ em cursos especializados ☐ com familiares ☐ praticando ☐ outra. Qual? _____

111 - Quanto tempo por dia dedica à produção?

☐ todo o dia ☐ meio dia ☐ duas horas ☐ menos de duas horas ☐ outros

112 - A produção é feita: ☐ diariamente ☐ freqüentemente ☐ esporadicamente

113 - A fabricação desses produtos é considerada atividade principal ou secundária? Por quê?

114 - Como fixa o preço do produto?

☐ via soma de insumos ☐ conforme mercado ☐ conforme indicação de algum órgão

☐ outra. Qual? _____

115 - Existe algum controle para que o produto tenha sempre a mesma qualidade (sabor e aspecto)?

☐ sim ☐ não

115.1 - Se sim, que tipo de controle? Cite:

ANEXO D
QUESTÕES APLICADAS NOS ÓRGÃOS DO SETOR PÚBLICOS

Questões aplicadas aos órgãos do setor Público:

- Como você vê a comunidade de Vargem do Braço nos limites do Parque?
- Porque os proprietários não foram indenizados?
- Como estão as discriminatórias administrativas?
- Como está sendo o processo de fiscalização na comunidade?
- O que você acha da iniciativa da agricultura orgânica na comunidade?
- Existe um trabalho de educação ambiental para a comunidade?
- Existe algum projeto sobre a construção de uma barragem na região de Vargem do Braço?
- De que forma você acha que a comunidade interfere na proteção do Parque?
- Como uma ONG atua junto ao Poder Público? Como pode angariar recursos para a proteção do meio ambiente?